



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 0%\$ E7J F3-FEIRA, \$# DE MARÇO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,98) Rodrigo Rollemberg (65,97) Inácio Arruda (91,100,117) Líder do PT - 13 Humberto Costa (115) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (103) Eduardo Suplicy (99) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,98) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,97) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,100,117) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,119) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (94,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 32ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 20 DE MARÇO DE 2014.....	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down.....	6
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do Senado	
1.2.2 – Interpretação das canções “Amor I love you”, de Marisa Monte e Carlinhos Brown, e “Fica mais um pouco, amor”, de Adoniran Barbosa, pelo Coral do Senado	
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros).....	7
1.2.4 – Oradores	
Senador Wellington Dias.....	8
Senador Cristovam Buarque.....	10
Deputado Romário.....	11
Senador Eduardo Suplicy.....	12
Senador Lindbergh Farias.....	13
Deputada Rosinha da Adefal.....	14
Sr. Marcelo Galvão	16
1.2.5 – Apresentação do vídeo de divulgação do filme “Colegas”	
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Srª Rita Pokk.....	18
Sr. Ariel Goldenberg.....	18
Sr. Breno Viola.....	19
Sr. Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno).....	20
1.3 – ENCERRAMENTO.....	20
2 – ATA DA 33ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE MARÇO DE 2014.....	21
2.1 – ABERTURA.....	22
2.2 – EXPEDIENTE.....	22
2.2.1 – Leitura de requerimentos	
Nº 254/2014, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a retirada do Requerimento nº 244/2014.....	22
Nº 255/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.....	22
Nº 256/2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 545/2013 e 280/2010	23
2.2.2 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 97/2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que <i>acrescenta § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para limitar o montante passível de desconto nos benefícios da Previdência Social e permitir o cancelamento de autorizações de descontos destinados a associações e demais entidades representativas de aposentados e dá outras providências</i>	24
Projeto de Resolução nº 8/2014, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que <i>altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal -, para dispor sobre o registro de frequência de Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior</i>	26
2.2.3 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 8/2014.	27
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Preocupação com a segurança pública no País e considerações sobre projetos apresentados por S.Exª acerca do tema; e outro assunto.....	27

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Necessidade de modernização das corporações policiais do País; e outro assunto.....	30
SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa da criação de uma refinaria de petróleo no Estado de Santa Catarina; e outro assunto.....	33
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Encaminhamento de documento do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior.....	35
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Apelo no sentido de aprovação de projeto de resolução que modifica o horário de realização das reuniões de comissões e de sessões plenárias.....	51
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Defesa da solidez do sistema elétrico do País; e outro assunto.....	52
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Considerações sobre o Dia Internacional da Síndrome de Down, em 21 de março.....	55
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Defesa da Democracia e dos direitos fundamentais; e outro assunto.....	56
SENADORA ANA AMÉLIA – Destaque à importância do “teste do pezinho” para identificar doenças no bebê; e outros assuntos.....	58
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	60
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 6/2014 (nº 2.201/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público, que institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências	64
2.4.2 – Comunicação	
Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de designação de membro para compor as Subcomissões Permanentes para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas; da Amazônia e da Faixa de Fronteira; e de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 51/2014).	85
2.4.3 – Discursos	
SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com o isolamento do Estado do Acre em virtude da cheia do Rio Madeira e apelo à concessão de crédito diferenciado ao setor produtivo acreano.	85
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Reflexão acerca da possibilidade de crise energética no País.	89
2.4.4 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Interna destinada a examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283/2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal (Ofícios nºs 54/2014-Bloco Parlamentar União e Força-SF e 29/2014-Bloco de Apoio ao Governo/SF). Designação do Senador Marcelo Crivella para compor, como suplente, a referida Comissão	95
Da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de assunção do Senador Ricardo Ferraço à Presidência e do Deputado Eduardo Barbosa à Vice-Presidência da referida Comissão (Ofício nº 1/2014)	95
2.4.5 – Recurso	
Nº 3/2014, interposto no prazo regimental, para continuação da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 307/2013-Complementar.....	96
2.4.6 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 307/2013-Complementar.	96
2.4.7 – Discursos (continuação)	
SENADOR EDUARDO BRAGA – Destaque para a aprovação, na Câmara dos Deputados, de PEC que prorroga por cinquenta anos o regime de incentivos à Zona Franca de Manaus; e outros assuntos.....	97
SENADOR ANIBAL DINIZ – Relato da atual situação do Município de Rio Branco em virtude das recentes alagações; e outro assunto.	99
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Críticas à forma como o Governo Federal tem gerido as estatais do setor de energia.	107
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas à política energética do Governo Federal.	111
SENADOR PAULO PAIM – Registro da participação de S. Ex ^a , hoje, no Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas; e outro assunto.	116
2.4.8 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Rollemberg)	118
2.4.9 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – Preocupação com os altos índices de acidentes de trânsito e defesa da necessidade de investimento na área de mobilidade urbana.....	119
2.4.10 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 20.01.2014	120
2.5 – ENCERRAMENTO.....	120

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	121
Bancadas dos Partidos	122
Por ordem alfabética	123

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 124**5 – LIDERANÇAS** 125**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 129**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 133**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	142
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	151
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	154
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	161
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	167
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	176
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	184
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	193
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	200
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	206
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	210
CSF – Comissão Senado do Futuro	214

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	215
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	216
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	217
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	218
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	218
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	219
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	221
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	223
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	225
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	227
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	229
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	231

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	233
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	243
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	247
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	248
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	249
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	250
Comissões Mistas Especiais	251

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	255
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	256
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	260

Ata da 32ª Sessão, Especial, em 20 de março de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 13 horas e 11 minutos e encerra-se às 15 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão é uma sessão especial que se destina a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, nos termos do **Requerimento nº 188, de 2014**, dos Senadores Wellington Dias, Renan Calheiros, Rodrigo Rollemberg, Lindbergh Farias e outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Senador Wellington Dias. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa, com muita satisfação, o Deputado Romário. *(Palmas.)*

Desde sempre, o Deputado Romário, que é um grande Deputado, um grande amigo e um grande craque de bola, tem apoiado o Senado nessas questões. Portanto, sua presença nesta sessão, nesta Mesa, é um imperativo do qual todos nós nos orgulhamos.

Convido para compor a Mesa o Senador Rodrigo Rollemberg. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa a Deputada e conterrânea querida Rosinha da Adefal. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Sr. Marcelo Galvão, que é o diretor do filme Colegas. *(Palmas.)*

Convido, com muita satisfação, para compor a Mesa os atores do filme Colegas Ariel Goldenberg, Breno Viola e Rita Pokk. *(Palmas.)*

Convido também para compor a Mesa a Presidente da Associação de Pais e Amigos (Apae) do Recife, representando todas as entidades que estão aqui presentes, Sr^a Maria Thereza Almeida Antunes.

Convido também, com muita satisfação, para compor a Mesa, a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Maceió e Presidente da Família Alagoana de Down, Walkíria Lúcio Lins de Araújo. *(Palmas.)*

Convido também, com muita satisfação, o Senador Eduardo Suplicy para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanhar o Hino Nacional, interpretado pelo coral do Senado Federal, regido pela maestrina Glicínia Mendes, e, ao piano, Duly Mittelstedt. Ouviremos, em seguida, a música cantada e interpretada pelo coral do Senado Federal.

Primeiro, o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Ouviremos, agora, a música Amor I Love You.

Por favor.

(Procede-se à execução da música Amor I Love You.)

A SR^a D'ARC FREITAS –

Por que eu vivo procurando um motivo de viver,

Se a vida às vezes parece de mim esquecer?

Procuro em todas, mas todas não são você.

Eu quero apenas viver, se não for para mim, que seja pra você.

Mas às vezes você parece me ignorar,

Sem nem ao menos me olhar,

Me machucando pra valer.

Atrás dos meus sonhos eu vou correr.

Eu vou me achar, pra mais tarde em você me perder.

Se a vida dá presente pra cada um, o meu cadê?

*Será que esse mundo tem jeito?
Esse mundo cheio de preconceito.
Quando estou só, preso na minha solidão,
Juntando pedaços de mim que caíam ao chão,
Juro que às vezes nem ao menos sei, quem sou.
Talvez eu seja um tolo, que acredita num sonho.
Na procura de te esquecer, eu fiz brotar a flor.
Para carregar junto ao peito,
E crer que esse mundo ainda tem jeito.
E, como príncipe sonhador, ainda acredito no amor.*

“Príncipe Poeta”, poema escrito por Alexandre Lemos, aluno com síndrome de Down da Apae. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Ouviremos, agora, a música Fica Mais Um Pouco, Amor, de Adoniran Barbosa, interpretada também pelo Coral do Senado Federal, regido por Lucio Piantino. O Lucio Piantino é artista plástico (Palmas.) e autor da exposição Lucio, Arteiro, Artista, Lúcido Pintor.

(Procede-se à execução da música Fica Mais Um Pouco, Amor.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero também registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Distrital Robério Negreiros e do Diretor Administrativo-Financeiro da Associação de Pais e Amigos de Maceió (Apae), o Tiago José Guimarães Cavalcante.

Quero também registrar, com satisfação, a presença da colaboradora, na área de Relações Internacionais do Movimento Down, Sr^a Cristina Aquino, representando a Coordenadora-Geral do Movimento Down, Sr^a Maria Antônia Goulart.

Esta semana é muito especial para o Senado Federal. As homenagens que estamos prestando a segmentos tão importantes de nossa população, como as mulheres, as pessoas com síndrome de Down e as que sofrem de discriminações raciais tornam o Senado mais integrado com a sociedade e mais participativo. Assim, é que, no final do ano passado, aprovamos o Plano Nacional de Educação, que agora está tramitando na Câmara dos Deputados, que prevê, como na Meta 4, a garantia de acesso à educação básica para os estudantes com deficiência.

O ensino deverá ser, preferencialmente, na rede regular, mas as escolas especiais serão mantidas para complementar a educação dos estudantes com deficiência. Assim, não haverá qualquer limitação no repasse de verbas para o Ministério da Educação, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. O dinheiro para as APAEs, que fazem um trabalho de excelência, como todos sabem, precisava ser preservado.

O projeto que se encontra, como disse, na Câmara dos Deputados, deverá vigorar até 2020, mas isso não é o bastante. Atualmente, nós estamos analisando a proposta de lei, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que prevê a dedução em dobro da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física de encargo por dependente acometido de uma série de doenças genéticas, entre essas a síndrome de Down.

Outro projeto que também se encontra em tramitação no Senado prevê a instituição do Dia Nacional da Síndrome de Down, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que se desloca do Rio de Janeiro para esta sessão, já está chegando no aeroporto e nós vamos aguardá-lo para que ele aqui participe conosco deste dia que, como disse, inicialmente, para todos nós é muito especial.

Mas, também, tudo isso não é o suficiente. Temos que mudar atitudes.

Ao lançar nossos olhos para esses segmentos, estamos tornando o País mais justo e igualitário.

As sessões especiais servem, exatamente, para expressarmos um agradecimento pelo papel importantíssimo que cada um desses segmentos desempenha em nossa sociedade. São, também, um modo de ouvir os seus anseios, de nos sensibilizarmos com suas dificuldades e, dessa forma, tentar melhorar o dia a dia da sociedade brasileira como um todo.

Na quarta-feira, recebemos o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mello, que veio ao Senado lançar a campanha de incentivo para uma participação mais efetiva das mulheres na política.

Hoje, nesta sessão especial, estamos comemorando o Dia Internacional da Síndrome de Down. Amanhã, será a vez de reverenciarmos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

Na verdade, o Dia Internacional da Síndrome de Down é comemorado, em todo o mundo, em 21 de março. Contudo, por questão de agenda dos nossos trabalhos, estamos rendendo nossas homenagens a essas pessoas tão especiais no dia de hoje.

Como todos sabem, a incidência da síndrome de Down é um evento genético e universal, que se faz presente em todas as raças e em todas as classes sociais.

Antes estigmatizada, felizmente, hoje, verificamos que a síndrome pode e deve ser encarada como uma particularidade na vida das pessoas, fato esse que não as impede de estudar, trabalhar, fazer arte – e vimos, aqui, sobejas demonstrações –, ter, enfim, uma rotina produtiva, uma rotina saudável.

Os exemplos do que disse estão aqui, com os nossos especiais convidados, como o artista plástico Lúcio Piantino, que tem encantado todos com suas telas abstratas, cheias de cores, formas e texturas, vencendo dificuldades, rompendo preconceitos.

Eu queria parabenizar o Lúcio pela sua produção artística e agradecer desde já a sua presença aqui no Senado Federal.

O panorama vivido pela família do Lúcio não deve ser muito diferente daquele de Ariel Goldenberg, de Rita Pokk e do Breno Viola, protagonistas do curta-metragem, perdão, do longa-metragem *Colegas*.

O SR. BRENO VIOLA (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, posso falar uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pode. Eu vou já lhe dar a palavra, deixe-me só concluir...

O SR. BRENO VIOLA (*Fora do microfone.*) – Eu queria corrigir uma coisa que você falou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu vou te dar a palavra já.

O longa-metragem *Colegas* tem arrebatado prêmios por todo o País e principalmente emocionado multidões: Prêmio Especial do Júri; melhor filme do Festival de Gramado, de 2012; melhor filme brasileiro e Prêmio Juventude; e Prêmio do Público, na 36ª Mostra Internacional de São Paulo, é prova de que podemos todos vencer desafios.

Ter ou não síndrome de Down é apenas um detalhe que não impede o brilho, o sucesso, as conquistas.

Eu queria também, desde já, parabenizar Ariel, Rita e Breno e a todos agradecer também pelas presenças honrosas aqui no Senado Federal.

Não existe ainda em nosso País estatística precisa de quantos brasileiros têm a síndrome de Down. Estima-se que para cada 70 pessoas, uma nasce com trissomia. Assim, teríamos 270 mil pessoas no Brasil com a síndrome.

Portanto, nesta data especial, quero saudar sinceramente todos esses que têm a síndrome, seus familiares, seus amigos e todos aqueles que, de alguma forma, os apóiam e lutam pela inserção integral das pessoas com síndrome de Down na nossa sociedade.

Pessoas especiais como as que têm a síndrome de Down são as que nos fazem refletir sobre a nossa própria identidade e sobre a nossa capacidade de lidar com o diferente. São eles que nos dão oportunidade de avaliar os nossos preconceitos e a nossa atitude ao nos defrontar com aquele que não é nosso espelho.

Assim, a maneira como o nosso olhar pousa sobre as pessoas especiais faz toda a diferença: com discriminação, arrogância ou frieza, nós nos tornamos menos humanos; com tolerância, compreensão e estímulo, faremos um mundo melhor, um mundo mais fraterno.

Para além desta solenidade, quero colocar-me e também colocar o Senado Federal à disposição, sinceramente, para qualquer iniciativa, seja no campo legislativo, político ou institucional, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos que têm a síndrome de Down.

Muito obrigado a todos.

Convido a todos também para visitarem, já que estão aqui no Senado Federal, a exposição do artista Lúcio Piantino, na Chapelaria do Congresso Nacional.

Queria pedir desculpas a todos, em nome da nossa assessoria, que acabou rapidamente sugerindo essas linhas que pronunciamos, por ter, equivocadamente, chamado Down de doença. Não é doença. Down é um evento genético universal, que se faz presente em toda a sociedade.

Muito obrigado a todos pela presença aqui. (*Palmas.*)

Vou, em primeiro lugar, conceder a palavra ao Senador Wellington Dias, que, a exemplo do Romário, do Cristovam Buarque, que tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa, do Rodrigo Rollemberg, das Deputadas, dos Deputados, dos Senadores, das Senadoras, tem somado esforços para que possamos ter, do ponto de vista do Parlamento nacional, uma legislação mais eficiente para colaborarmos com essa integração das pessoas com Down na nossa sociedade.

Com a palavra, o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, que esta semana teve também a iniciativa de convidar a que pudéssemos vários Senadores e Senadoras apresentar o requerimento para este momento aqui; saúdo o Senador Rollemberg, o Senador Suplicy, o Senador Cristovam Buarque; o meu querido Romário, Deputado Federal; Deputada Rosinha da Adefal, também lutadora pelas causas da pessoa com deficiência; todos os presentes aqui, entidades, pais, mães, lideranças, profissionais, enfim, todos que atuam nessa área da pessoa com deficiência, na pessoa do Marcelo Galvão, a Ariel, o Breno, a Rita, a Maria Thereza, a Walkíria, também o Lúcio, os que aqui se apresentaram no coral e todos os presentes.

Havia preparado um pronunciamento até maior, mas, dado o avançado da hora, como temos um artifício “dou como lido”, queria dirigir algumas palavras para este momento, para os que estão presentes e para os que nos acompanham através da Rádio e da TV Senado, e quem sabe da Câmara também.

Não vou muito distante. No ano de 2002, viajando no interior do Estado do Piauí, ainda encontrávamos pessoas com diferentes deficiências no quarto detrás de uma casa, muitas vezes trancado, outras vezes amarrado em árvores, outras vezes recebendo comida por debaixo da porta, para não ir muito mais para trás. Estou falando de pouco mais de uma década.

Somente, eu diria, de forma mais organizada no mundo, de 1980 para cá, passamos a ter uma atenção especial para a síndrome de Down, para dar um exemplo. Ainda agora, recentemente, estando com um conjunto de cientistas na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, apresentavam os primeiros resultados mais avançados sobre os estudos relacionados ao autismo, à síndrome de Down e a algumas outras síndromes. Digo isso para mostrar o quanto é grande o desafio que ainda temos nessa área da pessoa com deficiência: um cadeirante, alguém com autismo. Acompanho, por um privilégio de Deus, uma filha que é autista, que há pouco estava aqui na sessão, e eu recebia fotografias dela na escola com uma coleguinha deitada e ela deitada por cima sem deixar que a coleguinha pudesse dormir.

Eu faço aqui essas lembranças para dizer que também podemos já comemorar alguns passos dados no nosso País, desde o momento em que o Brasil assina com outros países tratados e regras, ao ponto de termos lançado pela Presidenta Dilma, fruto de um trabalho vindo dos movimentos sociais e de Parlamentares, o plano nacional e o programa nacional Viver sem Limite, trabalhando essa área relacionada à pessoa com deficiência, integrando as mais diferentes áreas.

E, é claro, há uma grande caminhada. Todos acompanhamos aqui, como lembrava o nosso Presidente, o forte debate sobre o Plano Nacional da Educação. Ali passamos a ter um capítulo, uma parte especial, um compromisso, uma meta especial voltada para as pessoas com deficiência. Evidentemente, prevaleceu o debate sobre como tratar a pessoa com deficiência na escola regular, se era conveniente ou não manter essa ideia ainda de uma escola especial, mas ali também tratamos de vários outros aspectos, além da educação, como a saúde e a empregabilidade.

Tive o privilégio de acompanhar esse tema já há alguns anos e, também como governador do meu Estado, de poder ver o quanto é desestruturado o Estado brasileiro nessa área, desde a acessibilidade às condições de ter uma rede adequada, e, a cada dia, aprendemos mais.

Quero, aqui, neste instante, comemorar com o povo do meu Estado pelos avanços que ali temos, além de com o povo brasileiro. E esta é a importância de uma audiência como esta, ou, como há pouco, na Comissão de Direitos Humanos: termos a oportunidade de aprender uns com os outros. Aprender com aqueles que, pela ciência, vão encontrando caminhos, descobertas; aprender com aqueles e aquelas que, pelo dia a dia, pela experiência numa organização não governamental, ou como pai, como mãe, ou como pessoas que convivem com alguém que tem alguma deficiência como a síndrome de Down, e, com isso, poder apontar caminhos.

Qual é a importância deste momento aqui?

É uma oportunidade de, também, nós Senadores, nós Parlamentares, Deputados, Deputadas, enfim, aprendermos mais, para, com isso, poder fazer avançar na legislação.

Há pouco, foi lembrado que o Senador Lindbergh é autor, também, de projetos que tratam, especificamente, do tema da Síndrome de Down. Esperamos ver aprovada, não só a comemoração obrigatória, com a definição de uma data em que possamos fazer essa reflexão no País, mas, também, a necessidade de incluirmos avanços noutras áreas. Por exemplo, na área das pesquisas, ou seja, há necessidade de que cientistas brasileiros, se somando a outros do mundo, também possam, aqui, trabalhar com temas específicos.

A própria necessidade de termos dados mais concretos, da criação de uma rede, que, desde, com o Teste do Pezinho, Teste da Orelhinha, o Teste da Linguinha, que, essa semana, passamos a despertar no Brasil inteiro, possa ter descobertas que vão nos ajudar não só a ter uma preparação melhor do Brasil, como, também, garantir uma forma de atendimento melhor aos pais.

A gente já não tem uma preparação nem para o casamento, nem para a criação de filhos, imagine quando temos uma oportunidade de lidar, no nosso dia a dia, desde o nascer, com um filho, uma filha com alguma deficiência.

Há pouco, eu conversava com a Christiane, aprendi, com a experiência dela, nos Estados Unidos, que podemos ter a própria preparação dos pais, o acompanhamento de profissionais, ali, desde o nascer. Veja, esse esforço, agora, do Plano Nacional da Educação, para que possamos, pelo menos, ter redes adequadas para lidar com as pessoas com deficiência.

Portanto – sei que, num horário como esse, no momento, ultrapassando o horário do almoço –, eu quero aqui agradecer a cada um de vocês que vieram de diferentes regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, aos que aprenderam na academia ou que aprendem com o que lidam no dia a dia, para que possamos aprender juntos.

O que eu quero, aqui, é me colocar à disposição, não só como Parlamentar, mas como Líder de um Bloco que represento aqui, não só pelo Partido dos Trabalhadores, mas, tenho certeza, com os partidos representados aqui, no Senado Federal, e me somando à Câmara, que tem, também, a mesma sensibilidade, com a Frente Parlamentar que aqui temos, para que possamos avançar. Queremos avançar, temos esse compromisso e, com certeza, este é um momento importante.

Despeço-me aqui. Além de agradecer a Deus por este momento, quero fazer um agradecimento especial a todos os que lidam com pessoas com alguma deficiência.

Eu acho que o que vimos aqui com a exposição do Lúcio, com essa maestria tão bem encantada – aliás, estava todo mundo aqui já querendo dançar com ele –, com todos os que atuam no cinema ou nas artes, com a sua presença, cada vez maior, nas universidades, no mundo do trabalho. Há pouco, vimos ali fotógrafos, pessoas que são assessoras do Legislativo.

Ou seja, o que é que nós aprendemos com tudo isso? Oportunidade. É isto o que cada um do povo brasileiro tem que ter de compromisso: abrir cada vez mais oportunidades; acabar com o preconceito; e ampliar as oportunidades. Acho que essa é a palavra de ordem.

É por isso que encerro deixando aqui um agradecimento especial a cada pai e a cada mãe que têm esse presente de lidar com alguma pessoa com deficiência. Peço a Deus por vocês, que Ele possa abençoar e dar muita saúde, muita energia, e que possamos juntos fazer o nosso País, cada vez mais, ser um exemplo na área da pessoa com deficiência.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Breno tem lembrado a mim e ao Romário aqui, e eu reparo, com muita satisfação, a necessidade de nós convidarmos, para compor a Mesa, a Christiane Aquino, que é representante do Movimento Down.

(Palmas.)

Muito bem, Breno.

Eu vou, antes de conceder a palavra ao Deputado Romário, conceder a palavra – já combinei este encaaminhamento aqui – ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputado Romário, Excelentíssimos, além do Presidente Renan Calheiros, os Senadores que tomaram a iniciativa da solenidade, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Sr^a Deputada Rosinha, Sr. Marcelo Galvão, Ariel Goldenberg, Breno Viola, Rita Pokk, Maria Thereza Almeida Antunes e Walkíria Lúcio Lins de Araújo, esta é uma dessas solenidades em que dá gosto sermos Senadores, para podermos homenagear cada uma dessas crianças e jovens que vieram ao mundo com a Síndrome de Down.

Como cada um de nós veio com outra síndrome, mais discreta, mais simples, mas ninguém deixa de ter uma síndrome. Mas, em vez de falar a todos, sobre todos, eu vou me reportar a uma pessoa que eu conheço, Rodrigo Salgado, que tem Síndrome de Down, é portador, filho de um grande amigo meu, que é o Sebastião Salgado, o grande fotógrafo do Brasil. Talvez, o nome mais conhecido do Brasil no exterior, salvo jogadores, como o Romário e outros dos nossos craques.

O Sebastião Salgado, hoje, é o maior fotógrafo do Brasil, mas, não só fotógrafo, é um homem que viajou o mundo inteiro e nesse mundo inteiro fez fotografias que hoje estão nos grandes museus do mundo. Um livro chamado Genesis, que resume o mundo inteiro, como ele é hoje, como resistência do mundo primitivo que continua.

O Sebastião e sua esposa, Lélia, são prova de que ter um filho, uma filha, com síndrome não traz impedimento para a realização pessoal; traz dificuldades, traz esforço adicional, como o Wellington, como o Romário têm sentido, mas não diminui a capacidade de realização.

Sebastião e Lélia, quarenta anos fora do Brasil, viajaram o mundo inteiro para fazer as suas fotos, porque ele faz e ela edita. E, em nenhum momento, isso deixou de ser feito por causa do Rodrigo, hoje com 34 anos de idade, a quem eu conheço, inclusive de ir junto com os pais a um bar, tomar uma cerveja juntos.

O Sebastião, esse homem, que, além de um grande fotógrafo, um aventureiro, no sentido de desbravador do mundo, no seu Livro que acaba de sair no Brasil, chamado “Da minha terra”, com “t” minúsculo, “à Terra”, com “t” maiúsculo, porque ele é homem universal, escreve:

Quando nasceu o Rodrigo, descobrimos que tinha Síndrome de Down. Com Rodrigo, entramos em um mundo de “descapacitados” [Estou lendo o livro como está, em Espanhol; estou traduzindo “desca-

pacitados". É como eles dizem.] *do qual, desse mundo, não sabíamos nada. Tivemos que descobrir e dominar. É uma das grandes aventuras da nossa vida...*

E esse homem viveu aventura, e ela também, desde quando fugiram do Brasil por razões políticas, ainda tão jovens, quando eu os conheci.

Ai ele diz:

É uma das grandes aventuras da nossa vida dolorosa. Também nos ensinado muito, Rodrigo, além de rir muito com Rodrigo. Quando era pequena era tão graciosa e adorável. É um tesouro de afeto e de doçura [Isto que é importante, Senador Renan.] Estou convencido de que, sem ele, minhas fotografias teriam sido diferentes.

E conclui com esse trecho:

Ele me fez olhar os rostos de outra maneira, a cerca-me aos seres de forma diferente.

Portanto, no lugar de ter sido um fato que dificultasse a sua vida, enriqueceu a sua vida apesar de trazer todas as dificuldades e aspectos dolorosos que acontecem.

Eu presto homenagem neste sentido, portanto, a esse homem de 34 anos, que é o Rodrigo, e aos seus pais. Os três e mais outro filho foram capazes de fazer, profissionalmente, pelo mundo inteiro, ensinando a todos nós, a doçura como ele diz, a alegria e a maneira de ver um mundo diferente.

Eu não posso deixar de concluir dizendo que, no meu caso, a situação não foi dessa forma, porque eu tenho um irmão que tem idade mental zero. Ele não é portador de uma síndrome que possamos ter algum contado com ele. Está com 65 anos, é o meu irmão Guilherme. Mesmo assim, é uma figura que compõe a vida da gente.

Fica aqui o meu abraço, o meu afeto a cada um de vocês, a cada um dos Rodrigues que estão aqui, a cada um dos Sebastões que estão aqui e das Lélías que estão aqui, que são capazes de ver a doçura do mundo pelos olhos desses meninos e meninas que têm Síndrome de Down.

Meu grande abraço para cada um e cada uma de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós concedemos a palavra ao Deputado Romário. O Romário, como eu disse, foi sempre um dos mais entusiastas apoiadores da Semana de Acessibilidade do Senado Federal e, mais uma vez, está aqui conosco.

Com a palavra, Romário.

O SR. ROMÁRIO – Boa tarde a todos.

Estou bastante feliz e honrado em, mais uma vez, estar aqui presente em um dia em que se comemora o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Eu, antes de falar o que eu tenho um grande orgulho de falar, gostaria saudar e parabenizar o Presidente do Senado e signatário desta presente sessão, o Ex^{mo} Sr. Senador Renan Calheiros; os outros Ex^{mos} Srs. Senadores; o também signatário, Senador Wellington Dias; Senador Rollemberg, que já esteve aqui e teve que sair por compromissos; o Senador Lindbergh, que não está, mas a gente o está aguardando; o Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, que acabou de fazer uma grande fala; o Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Suplicy, que também apoia e está sempre presente nessas causas, no que se refere a pessoas com deficiência, doenças raras e a outras também grandes e positivas causas aqui deste Congresso; o Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, que, por motivo de compromisso, passou aqui e, se der tempo, voltará para participar também deste grande evento; saúdo o diretor do filme Colegas, Sr. Marcelo Galvão; saúdo os atores Ariel Goldenberg, que tem como personagem Stallone, no filme Colegas, Breno Viola, que tem como personagem Márcio, e Rita Pokk, que tem como personagem a Aninha; Presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Síndrome de Down, filiada à Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down, a Sr^a Maria Thereza Almeida Antunes, muito obrigado pela presença; Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Maceió e Presidente da Família Alagoana Down, a Sr^a Walkíria Lúcio Lins de Araújo; representante do Movimento Down, Christiane Aquino; todos os demais presentes; e não poderia deixar de fazer um agradecimento especial, por isso deixei por último, a minha amiga e musa, a Deputada Rosinha da Adefal, que é uma grande guerreira em todas as causas do bem aqui, no Congresso. (*Palmas.*) Realmente uma salva de palmas. Independentemente do que seja o tema, o que for de bom e positivo para a população, ela está sempre presente. Saúdo algumas pessoas que, na minha opinião também, são protagonistas aqui, neste evento: Jéssica Figueiredo, que é fotógrafa – Jéssica, por favor, levante-se – (*Palmas.*), uma salva de palmas; de novo ao Lúcio Piantino, artista plástico (*Palmas.*); ao Tônico, que é artista e pintor; à Viviane Araújo, que está aí, aquela lá, com a mãozinha para o alto...

Devo ter esquecido alguns nomes. Jéssica já foi falada.

Em especial, agora, a minha querida, maravilhosa, linda e assessora, Elaine, que tanto me ajuda e que me faz bem. (*Palmas.*) Conviver com ela no dia a dia me faz, cada vez mais, ser uma pessoa melhor.

Bem, o que eu gostaria de dizer aqui, como Parlamentar, é que temos acompanhado ultimamente e podemos afirmar que o Brasil tem avançado bastante nas suas políticas públicas, nas suas políticas de inclusão. É claro que está longe do ideal, mas o que há de positivo é que já existe alguma coisa.

Infelizmente, há nove anos, por exemplo, quando eu tive meu anjo, Ivy, não existia nada. Hoje, por mais que estejamos longe do que podemos dizer ideal, já há um alento.

Nesta Casa, no Congresso Nacional, nesses primeiros três anos de mandato, sempre tentamos, ou melhor, sempre realizamos eventos como este, para mostrar a todo o Brasil, ao político, ao cidadão, a toda a sociedade em geral a importância de que eventos como este sejam realizados não só aqui, em Brasília, no Congresso, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais, mas também em todos os lugares.

Entendo da importância de mostrar nesses eventos o que realmente essas pessoas com síndrome de Down têm para falar, para demonstrar e para passar para todos nós, principalmente para aqueles que ainda veem pessoas com síndrome de Down e entendem que, por terem essa síndrome, elas não podem conviver na nossa sociedade, elas não podem trabalhar, elas não podem estudar, elas não podem praticar um esporte. Evento como o que está acontecendo hoje é muito importante para que a gente possa mostrar a essas pessoas que, por falta de informação e até, infelizmente, por ignorância, estão realmente totalmente equivocadas em relação a esses pensamentos.

Nós temos acompanhado aí que uma das grandes coisas que têm acontecido na vida das pessoas com síndrome de Down em geral é que, hoje, elas participam diretamente da nossa vida social, em todos os segmentos, em todos os sentidos. Elas praticam esporte, elas participam da nossa sociedade com seu trabalho e com a sua ajuda em todos os aspectos.

Eu tenho certeza de que a tendência de todas essas situações que vivemos hoje que se referem às pessoas com algum tipo de deficiência e, principalmente, com síndrome de Down é que a expectativa seja realmente positiva, com a esperança de que essas pessoas, logo, logo, estejam aí ocupando cargos, o que, para muitos, era impossível. Tenho bastante fé de que isso vai acontecer e logo, logo.

O dia, na verdade, é desses protagonistas de que falei aqui, desses atores do filme em que o Marcelo Galvão participa como diretor e mostra o que realmente uma pessoa com síndrome de Down pode fazer e pode ser e que definitivamente quem tem Down pode, sim, viver no nosso mundo. Inclusive posso afirmar que, nesses últimos 9 anos, que esse mundo, que algumas pessoas acham que é um mundo distante, um mundo diferente, na verdade é um mundo tão melhor que o nosso, é um mundo mais carinhoso, mais amoroso e mais compreensivo.

Agora, como pai, sempre me emociono – vou dar uma respirada aqui um pouco –, sou um cara melhor, sou um cara mais humano (*Palmas.*), sou um cara que aprendeu a respeitar algumas coisas que, não que desrespeitasse, mas passasse despercebido na minha vida, hoje não. A Ivy me fez ver muitas coisas que eu não conseguia ver que estavam na minha frente.

Então, só para finalizar, agradeço ao Papai do Céu por ter me dado esse anjo. Agradeço a presença e a chegada do nosso grande Senador Lindbergh, que também está de cabeça nessa causa, que tem sua filha, uma princesa linda. Parabéns, Senador. Quero dizer que, por mais que façamos alguma coisa, falando por mim, como cidadão, como ídolo e hoje como Parlamentar, nunca é o suficiente e sempre teremos que fazer um pouco mais. Mas, como venho dizendo sempre, quando se trata do assunto da síndrome de Down, vou estar sempre com as minhas portas abertas, não só do meu gabinete como da minha casa, mas principalmente do meu coração, para fazer, para lutar por vocês. (*Palmas.*)

Sei o quanto é difícil para uma pessoa que não tem uma condição financeira como eu, para poder dar a seus filhos tudo aquilo que dei e muitos que tem condição dão, mas, a partir do momento em que passamos a dar o que é mais importante para eles – amor, atenção e carinho –, por mais que seja difícil, eles conseguem. E eu quero dedicar aqui este dia de hoje a esses pais que lutam de verdade por seus filhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós já contamos, em nossa Casa, com a presença do Senador Lindbergh Farias. Como todos sabem, o Senador Lindbergh é um dos expoentes da Casa e, de todos nós, é um dos que mais trabalha no combate ao preconceito e no respeito às diferenças. De modo que é uma satisfação muito grande ter o Lindbergh aqui.

Nós vamos conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, nós concederemos a palavra ao Marcelo e à Rosinha.

Queríamos registrar também, com muita satisfação, as honrosas presenças dos Senadores Ricardo Ferraço e Ruben Figueiró e da Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, queridos Senadores Wellington Dias e Lindbergh Farias, querido Deputado Romário, a sua emoção, o seu sentimento é muito significativo para todos nós.

Diferentemente de Romário, do Wellington e do Lindbergh, aqui terei que ser muito breve, até porque ouço o apelo, como o da diplomata Christiane Aquino Bonomo, de que ela gostaria muito de que aqui fosse dada a palavra também àqueles que vão dar algumas informações preciosas para todos nós, que precisamos mais ouvir aqueles engajados no movimento para não haver quaisquer preconceitos relativos à síndrome de Down.

Por isso, saúdo e aplaudo todos, mas quero dar o meu espaço para que tenhamos mais informações de pessoas como a Cristiane.

Muito obrigado.

Parabéns a todos os proponentes desta sessão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria começar cumprimentando V. Ex^a pela realização desta sessão, cumprimentando a equipe do Senado de Relações Públicas por organizar e pelo empenho que tiveram; cumprimentar nossa Deputada Rosinha da Adefal, que é Presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência; o nosso Senador Wellington Dias, que é um lutador da causa, pai de Daniele, que tem autismo, 13 anos de idade, e está sempre presente em todas as mobilizações; o Deputado Romário, que virou um símbolo maravilhoso neste País pela atuação em defesa das pessoas com deficiência.

Na última passeata, no Dia Internacional da Síndrome de Down, de que participei, era interessante ver como as pessoas com síndrome de Down têm Romário como uma grande liderança desta causa, Senador Renan Calheiros. E vi lá, no dia, Breno e outros dizerem o seguinte: “Nós vamos ter vitória porque temos Romário do nosso lado.” E o Romário é este símbolo fantástico. Não canso de dar testemunho da atuação dele como Parlamentar, destacada, lutando para fazer avançar projetos aqui, neste Congresso Nacional, com coragem de lutar em causas que são duras, em relação à Fifa. Então, Romário, tenho muito orgulho de tê-lo como Deputado Federal do Rio de Janeiro e estar ao seu lado nesta batalha e nesta caminhada. Parabéns!

Eu queria parabenizar aqui Marcelo Galvão, diretor desse belíssimo filme que tanto encantou, que tanto estimulou uma juventude que está buscando o seu caminho e construindo sua autonomia. Esse filme inspirou e inspira muita gente.

Eu queria saudar o Ariel Goldenberg, o Stallone, nosso ator; a Rita, o meu amigo Breno Viola. Romário, eu conheço o Breno no dia a dia e, ao ver o que Breno é capaz de fazer, isso é um grande estímulo para nós. Eu tenho a minha pequena Beatriz, com três anos e meio, e, quando vemos o que Breno consegue fazer, vemos que dá para se viver com independência, com autonomia, não há limites. Há uma luta dura, sim, tem que haver estimulação. O Breno faz judô, e na última vez em que foi participar de uma competição internacional, não me lembro em que País...

O SR. BRENO VIOLA – Na Itália.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas foi uma vez em que você viajou sozinho, fez uma conexão naquele aeroporto em Paris. E eu disse: eu tenho dificuldade de fazer conexão naquele aeroporto de Paris, perco-me um bocado. O Breno tem autonomia, construiu autonomia. E é isto que todos queremos para os nossos filhos: que os nossos filhos tenham condições de serem estimulados, para que tenham uma vida independente e autônoma.

Cheguei atrasado hoje aqui, porque fui ao Rio de Janeiro ontem – participamos da festa de comemoração dos dois anos do Movimento Down –, e o voo que vinha para cá hoje atrasou três horas, e estava com o coração apertado de perder esta solenidade. Mas de onde surgiu, Presidente Renan, esse Movimento Down? Surgiu, quando nasceu a minha filha Beatriz, que tem três anos e meio.

Tivemos que correr atrás de todas as informações, não existia nada sistematizado. E ali começamos a ver que esse era um problema que existia em todas as famílias dos mais diversos Estados deste País – e o Movimento Down surgiu a partir dessa experiência. O Breno Viola é um autodefensor do Movimento Down; minha esposa, Maria Antônia, começou a construir esse *site*. Ontem, na comemoração dos dois anos, interessante era ver como tem sido útil, porque aquele é o local em que você tem algumas informações sobre procedimentos de saúde, o que fazer no primeiro ano, o que fazer no segundo ano. Essa é a nova batalha que temos na área de educação.

Estou perdido aqui no meio desses papéis. Onde estão os dados? Sim, o Portal do Movimento Down tem 50 mil visitas/mês; 65 mil fãs no Facebook; 2,5 milhões de pessoas alcançadas – quase 60 mil fãs do Facebook, Breno. E tem sido esse canal onde as pessoas acessam para ter informações e para trocar informações também. Eu acho que tem sido uma conquista muito importante.

Devo destacar, Sr. Presidente, que aqui, na gestão de V. Ex^a na Presidência desta Casa, nós temos feito avançar um conjunto de projetos importantes. O Deputado Romário e a Deputada Rosinha da Adefal encamparam essa luta também na Câmara dos Deputados, que é a Lei de Aposentadoria Especial para a Pessoa com Deficiência, projeto que foi aprovado neste Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados e já foi sancionado pela Presidência da República.

Mais uma conquista nossa que foi muito importante e surgiu a partir do Viver Sem Limites da nossa Presidente Dilma Rousseff é o Protocolo de Saúde para as Pessoas com Síndrome de Down. Não existia isso. Os profissionais da rede de saúde pelo País afora não tinham um manual, um protocolo, diretrizes sobre o que fazer. Essa foi uma conquista – quero saudar aqui as entidades que fazem parte da Federação Brasileira de Síndrome de Down – do movimento. A partir da pressão do movimento e a partir daquele diálogo com o Governo Federal, o Ministério da Saúde lançou essas diretrizes para a saúde da pessoa com síndrome de Down.

Eu não quero me alongar mais aqui, mas eu sempre digo o seguinte: às vezes, escolhemos as causas, lutamos pelas causas, mas há algumas causas em que fomos escolhidos por elas. E essa é uma causa pela qual nós vamos lutar muito neste País, para avançar, Deputado Romário, cada vez mais.

É através da nossa experiência concreta, no dia a dia, que vemos também a diferença de uma criança com Down que está numa família de classe média alta – que tem condições de fazer todas as estimulações possíveis, terapia ocupacional, fono, fisioterapia – e a diferença que existe nas famílias mais pobres deste País, com todas as dificuldades de acesso a um conjunto de políticas públicas extremamente importantes para serem trabalhadas desde o momento do nascimento.

Dessa forma, eu tenho certeza de que, a cada ano, no dia 21 de março, nós vamos celebrar essa data, sabendo que falta ainda muita coisa, mas eu acho que, cada ano, teremos que conseguir avançar com pequenos passos.

Eu encerraria dizendo o seguinte, Presidente Renan: o passo da vez, a batalha da vez, eu diria, é a educação. E diria também uma coisa aqui: não há como não se falar pessoas com síndrome de Down na educação inclusiva. É preciso estar nas escolas da rede regular. (*Palmas.*) Minha filha tem três anos e meio e estuda desde um ano e meio. Vai sozinha na van para sua escola. Eu sei que há muita luta contra o preconceito e a gente tem de continuar nessa luta contra o preconceito.

Mas, Presidente, Senador Wellington, há muita coisa bacana também. Há muita gente generosa, há muita gente que quer ajudar. Digo isso em meu convívio, no dia a dia, com os pais das crianças que estudam na sala da Beatriz. Há muita generosidade. Há muita gente querendo acolher. É nesse sentimento que temos que apostar.

Então, eu diria que a educação tem de ser enfrentada como batalha número um, porque são muitos os pais que não conseguem matricular seus filhos em escolas, principalmente na rede particular. (*Palmas.*) Há muitas escolas que negam. Acho que essa é a grande batalha.

O que eu vejo, no Rio de Janeiro, de pais que querem garantir a entrada dos seus filhos nas escolas... Esse é um direito que tem de valer na prática, no dia a dia.

Muito obrigado, Presidente Renan. Novamente, parabéns V. Ex^a pela organização deste evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós que agradecemos ao Senador Lindbergh Farias porque, para além de ser um grande Parlamentar, nos concede uma oportunidade muito grande de nossa convivência, no dia a dia, de alguém que tem em seu convívio diário, na sua casa, uma enriquecedora convivência com pessoas com síndrome de Down.

Daqui a pouco, pedirei que Lindbergh conduza nossos trabalhos. Antes, porém, eu queria comunicar à Casa que, há pouco, o Breno falou para o Romário e para mim que colocasse Ariel primeiro, porque ele precisaria se alongar mais. Aí eu disse a Breno: não, Breno, não pode, não! Aqui nós temos um Regimento que delimita o tempo que a gente fala.

O SR. BRENO VIOLA – Pelo menos, quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aí ele disse: “Tudo bem. Em quinze minutos, eu resolvo o problema.” (*Risos.*)

Nós vamos conceder a palavra à Deputada Rosinha.

Todos falarão, Breno.

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Cumprimento esta Mesa tão rica, tão maravilhosa, na pessoa do meu querido Senador Renan, conterrâneo, um grande apoiador da minha carreira política. Cumprimento também as demais autoridades aqui presentes, na pessoa de uma grande amiga, também representando Alagoas – estou emocionada hoje, gente! –, que é a Valquíria Lúcio, presidenta da Família Alagoana Down, uma instituição há mais de 20 anos nessa luta pela inclusão da pessoa com síndrome de Down, e hoje presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que me sucedeu nesse Conselho de que fui presidenta também.

Eu não poderia deixar, também, de fazer uma saudação muito especial ao meu querido amigo Romário, não porque ele fez, de forma alguma. Não é uma retribuição, mas quero, realmente, tornar público esse sentimento que tenho por ele, de admiração – meu esposo está aqui, no plenário, mas ele vai entender muito bem o que digo – e de amor também, de admiração e amor. São sentimentos que a gente vem nutrindo desde quando ele ainda era apenas o craque do futebol, mas muito mais agora, como um craque na política.

Romário me deu uma responsabilidade tamanha, porque me colocou como musa dele numa entrevista que ele deu, fabulosa, para a revista *Playboy*. Imaginem! Eu não sou apenas a Deputada mais bonita do Congresso, eu sou a musa do Romário na revista *Playboy*. Que responsabilidade, hem?

Há muitas passagens dessa trajetória de quase quatro anos de convívio nessa militância pela inclusão das pessoas com deficiência, mas eu lembro uma muito importante. Eu vou contá-la daqui a pouco, quando for falar de acessibilidade.

Eu quero continuar a minha fala, depois dos cumprimentos a todas as autoridades que compõem esta Mesa e a todos vocês que estão neste plenário, agradecendo a Deus, porque é um privilégio.

Quantos estão nos assistindo hoje? Muitos que estão nos assistindo queriam estar aqui, neste dia de comemoração e de luta. Então, é um privilégio estar aqui hoje, como Deputada, e uma honra.

Eu tenho pedido a Deus, todos os dias, nas minhas orações, que me dê sabedoria para honrar, porque eu tenho certeza de que não são só os 90 mil votos do meu povo que me colocaram aqui, mas os 45 milhões de pessoas que acreditam em nós, pessoas com deficiência, defendendo essa causa aqui no Congresso. (*Palmas.*)

E eu posso dizer, seguramente, Senadores, Deputados, todos vocês que estão aqui, que este mandato já valeu à pena, porque, no dia de hoje, vejo esta mesa repleta dos meus amigos, de artistas, com vocês que estão aí na plateia também não sendo mais um, mas, com certeza, cada um com a sua capacidade, com a sua qualidade, com a sua parcela nessa luta e a gente poder contar não mais nos dedos, Senador Lindbergh, porque já nos faltam dedos, graças a Deus, para contar quantos direitos nós já temos garantidos na lei. Então é um dia para se comemorar. E é um privilégio. Agradeço a Ele por poder estar aqui, hoje, com autoridade, que primeiro foi Ele que meu deu e depois o povo de Alagoas e o povo do Brasil.

E aí eu digo que já temos muito o que comemorar. Se juntarmos numa pilha toda a legislação brasileira, toda a legislação de cada Estado e Município sobre os direitos da pessoa com deficiência, nós vamos fazer um edifício, sendo bem positiva. Mas o que a gente conta hoje da efetivação dessas leis? Infelizmente ainda é muito pouco.

Então, este é também um dia para renovarmos as nossas forças, com as emoções minhas, do Romário, de todos que me antecederam, dos colegas que ainda vão falar, parlamentares ou pessoas como eu, com deficiência, com síndrome de *Down*. Este é o dia de trocarmos essas energias e emoções e renovarmos todas as nossas forças, porque a luta ainda é muito grande para efetivar esses direitos.

Nós já somos vistos como pessoas, porque a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, que é a nossa norma constitucional, nos colocou não como deficiente, como especial, o excepcional, o portador, mas como pessoa, cidadã de direitos e deveres. E é assim que a sociedade tem que nos ver.

Com certeza, temos muito ainda o que lutar para efetivar os direitos que nós já garantimos. E isso independe do papel que tenhamos na sociedade. É nosso como parlamentares, da sociedade civil organizada, aqui representada por várias instituições, dos cidadãos com deficiência do nosso País, do Governo eleito, enfim, todos têm que contribuir para isso, porque inclusão – e vou falar do episódio com o Romário – se faz com acessibilidade. E, quando se fala em acessibilidade, achamos que é só a rampa, Senador.

Não é só a rampa. Não é só remover o obstáculo físico. Há as barreiras de comunicação e tantas outras barreiras além das físicas. Mas a principal barreira que temos de vencer, o principal obstáculo para ter acessibilidade e, tendo acessibilidade, ter a inclusão... Lembrando, fazendo um parêntese bem grande, que acessibilidade realmente não é só a rampa; é a sala de aula preparada para receber todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência, é o professor capacitado e com vontade de ensinar a pessoa com deficiência, seja qual for a deficiência, mas principalmente a intelectual. Isso é promover acessibilidade. Mas só se promove isso vencendo as barreiras de atitude. E eu tenho grandes exemplos para dar nesta Casa, aqui no Senado e lá na Câmara.

Quando chegamos à Câmara, eu e os meus colegas Deputados Federais Walter Tosta, de Minas Gerais, e Mara Gabrilli, de São Paulo, já encontramos o obstáculo físico da acessibilidade, que era poder falar da tribuna. Na Câmara, não havia acesso à tribuna. Com a nossa presença, colocou-se o elevador.

Ainda não temos acesso à Mesa Diretora.

O nosso querido Deputado Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já vai iniciar, agora em junho, uma reforma para promover acessibilidade à Mesa Diretora. Registro que isso em nada nos impediria exercer o nosso mandato, mas, com certeza, quem nos colocou aqui nos quer ver falar de qualquer espaço, inclusive das tribunas e aqui da Mesa Diretora.

O meu amigo Deputado Henrique Alves venceu essa barreira de atitude. Houve resistência em outros momentos, e o meu querido Deputado Henrique está vencendo essa resistência e vai promover a acessibilidade à Mesa Diretora na Câmara, a partir de junho, com uma grande reforma. Imaginem o que é parar o plenário da Câmara Federal por três meses para fazer essa reforma e transferir todas as sessões para o auditório Nereu Ramos. Uma grande adaptação para que não se interrompam as sessões da Casa nesse período. Isso é vencer uma enorme barreira de atitude. (*Palmas.*)

Mas o Senado saiu na frente, como tem saído em outras coisas também. Eu me orgulho de dizer que o meu querido Senador Renan Calheiros, presidindo mais uma vez o Senado, saiu na frente. Não esperou elevador, não precisou dar jeitinho. E vocês viram que, quando ele me chamou, não precisei ser carregada como fui pelo Romário. Era isso que eu queria dizer.

Na última sessão que realizamos em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down, lá na Câmara, eu tive que subir carregada pelo Romário, porque não há, mas haverá, acessibilidade na Mesa Diretora da Câmara. E aqui já temos, porque o Senador, consciente de que a legislação precisa ser aplicada e sensível a todas as questões que envolvem a pessoa com deficiência, vencendo a barreira de atitude, determinou que fosse colocada a rampa que dá acesso à Mesa Diretora. Por isso eu não precisei ser carregada hoje e poupei a força dos meus amigos que, gentilmente, sempre se colocam à disposição para que eu fique mais bem acomodada e, principalmente, para que se consigam vencer essas barreiras de atitude.

Então queria, aqui, de público, Senador...

Ontem, na sessão em homenagem ao Dia da Mulher, quando foi lançada a campanha eleitoral que vai fazer a propaganda de mais mulher na política, de mais mulher no poder, eu não tive oportunidade de falar isso em público, não tinha tido ainda. Então hoje me sinto honrada por poder agradecer, porque eu sei que outros Senadores passaram aqui, pela Presidência, e não tiveram a sensibilidade e a consciência de fazer o que o senhor fez.

Muito obrigada.

Vou terminar o meu discurso, porque não quero me alongar mais do que os 15 minutos que não me foram dados, mas vou conceder para o Breno, só fazendo uma lembrança do que está tramitando, mais uma legislação que é muito importante para as pessoas com deficiência, em especial as pessoas com Síndrome de Down.

Gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, como faço desde o primeiro ano de meu mandato, para o caso da supressão da capacidade civil das pessoas com Síndrome de Down, quando são interditas quase que compulsoriamente, mesmo que tenham capacidade para os atos da vida civil. E foi pensando nisso que eu trouxe essa discussão para esta Casa, promovendo uma audiência pública e apoiando irrestritamente o PL nº 2.063, de 2012, do qual fui Relatora na Comissão de Seguridade Social e Família, participando ativamente da construção de seu texto. Esse Projeto de Lei pretende corrigir essa distorção.

Decerto muitas pessoas com deficiência intelectual precisam ser interditas. O que nos preocupa é que todas sejam obrigadas a se submeter a essa supressão de autonomia e de cidadania, ainda que sejam plenamente capazes para os atos da vida civil e colaborem com o seu próprio trabalho para o crescimento econômico do País.

E aqui vemos tantos exemplos dessa capacidade plena para a vida civil. Os meus colegas que compõem a Mesa... Eu me lembro de duas pessoas que não sei o nome, mas sei que estão fazendo faculdade de Direito em Maceió, no Cesmac, dois jovens com Síndrome de Down que trabalham, que recolhem impostos, que votam e exercem tantas outras atividades da vida civil. Eles têm que ser respeitados com essa visão também.

Encerro as minhas palavras evidenciando que hoje é dia de comemoração, mas que aproveitemos para fazer todos os raciocínios com relação às legislações, aos entendimentos, principalmente divulgando o que já temos de direito, porque quem tem informação tem poder e quem tem poder consegue transformar a nossa sociedade. E precisamos dessa transformação.

Que a gente, hoje, realmente troque essa energia e continue com muita força, com muita garra essa luta pela inclusão das pessoas com deficiência no nosso País!

Feliz Dia Internacional da Síndrome de Down para todas as pessoas do nosso País, não só para vocês, mas para todos os cidadãos do nosso País!

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos conceder a palavra ao Marcelo Galvão, que é o diretor do filme *Colegas*.

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO GALVÃO – É um prazer para mim estar aqui.

Eu também tive a felicidade de conviver com uma pessoa com Síndrome de Down. Fui criado com um tio com Síndrome de Down, daí veio a vontade de fazer o filme.

Eu queria fazer um filme não que falasse sobre deficiência, não um filme para baixo, não um drama, porque nunca vi dessa forma. Eu queria fazer um filme que falasse de felicidade, que fosse divertido, que fosse alegre, como eu vejo todas essas pessoas com Síndrome de Down.

Esse processo começou há nove anos. Eu fiz um *casting* com 300 garotos com Síndrome de Down. Conheci muita gente bacana que pretendo usar em outros filmes. Dali eu tirei o Ariel, o Breno e a Rita, três pessoas que mudaram muito a minha vida.

O Ariel, logo no início, quando o chamei para fazer o filme, eu não tinha nenhum dinheiro. Era um filme caro, um filme de R\$5 milhões, R\$6 milhões. No dia seguinte, o Ariel já me ligou perguntando se eu tinha dinheiro para fazer o filme. *(Risos.)*

Eu falei: "Ariel, não é fácil assim". Aí, ele : "Por...por...por...por que que você não pe... pede para o Lula?" – era o Presidente na época. Aí eu falei: "Ariel, eu não tenho o telefone do Lula". Aí, ele: "Está bom. Está bom". Desligou. Depois de cinco minutos, começou a chegar um monte de fax com o telefone do Palácio do Planalto. E aí ele me ligou e falou assim: "A...Agora você tem. Liga para ele".

Então esse é o Ariel. Esse é o Breno, essa é a Rita. Essas são essas pessoas que eu conheço com Síndrome de Down, pessoas que acreditam que tudo é possível.

O Ariel, assim... Eu... Hoje eu estou... *(Palmas.)*

Hoje, eu estou fazendo um documentário que se chama *Três Vidas e Um Sonho*, sobre as mães deles, contando um pouco da história delas. São três mulheres que, logo que tiveram seus filhos, acabaram se separando, os maridos pediram divórcio, cada um do seu jeito. São histórias de luta, de muita superação. Nesse processo, eu conheci essas três mulheres, que são mulheres fantásticas. E, junto com isso, é um... Até me perdi agora...

Nesse processo de fazer esse filme, eu comecei a conhecer muitas outras coisas que não conhecia. Então, você começa a ver, assim, aonde eles chegaram. Eram pessoas totalmente desacreditadas que nascem com Síndrome de Down. E, naquela época ainda: "Não, esse garoto não tem futuro", "Esse garoto, no máximo, vai conseguir andar". Era isso que se passava para essas mães. E, de repente, eles se tornam capa da *Veja*, capa da *Folha*, capa do *Estado*, vão a todos os programas de televisão, ganham prêmio de melhor ator no Festival de Gramado, um dos maiores festivais do Brasil, ganham prêmio na Rússia, no Festival de Moscou. Tem mais de 40 prêmios o filme.

O Ariel tem o sonho de conhecer o Sean Penn, e eu faço um vídeo contando desse sonho dele, contando um pouco sobre ele. Em um dia, dois dias, a gente tem mais de 1,5 milhão de vídeo, torna-se o sexto vídeo mais compartilhado do mundo. E ele conhece o Sean Penn.

Às vezes, para a gente, que tem sonhos não tão grandes como esses, a gente acha tão difícil conseguir isso. E você vê que tudo é possível.

Eu acho que o mais importante, falando do filme que a gente fez, mais importante do que ter feito o filme, na verdade, não de ter feito o filme, mas de ter ganhado tanto prêmio como a gente ganhou, foram mais de 40 prêmios, acho que o mais importante é saber que esse filme, de certa forma, mudou a vida das pessoas que o assistiram, nem que seja de uma pessoa.

Eu, como diretor, sair de uma sessão e ver um cara chegar para mim e falar assim: "Cara, eu acabei de ter um filho com síndrome de Down. Eu estava sem chão, eu estava acabado e, assistindo a um filme desses, eu tenho muito orgulho de ter um filho assim." E orgulho é uma palavra muito forte. *(Palmas.)*

Você saber que contribuiu para isso, que você é responsável por isso, ou, depois de uma sessão, num debate, uma mulher chegar para mim e falar assim, do lado do filho dela de 26 anos:

Olha, meu filho sempre viveu em função do meu sonho. Faz 26 anos que ele vive o meu sonho, e eu nunca parei para pensar qual é o sonho dele. E, assistindo a esse filme, agora eu quero saber o que é que ele quer fazer: se ele quer voar, se ele quer ver o mar.

Então, saber que você consegue mudar uma pessoa, uma cabeça eu acho que é o melhor presente para qualquer diretor.

Eu tenho a felicidade de poder ter tido isso com esse filme. É muito duro. Nós demoramos sete anos para captar dinheiro, porque existe um preconceito enorme. Apesar de eu ter ganhado todos esses prêmios agora, eu ainda estou nesse novo documentário, que ainda tem toda a chancela do Colegas por trás, mas também está muito difícil captar dinheiro.

Eu sei que o preconceito continua e que ele vai sempre existir. Não vamos acabar com o preconceito, mas vamos diminuí-lo muito.

Como o Romário falou, hoje ele é uma pessoa melhor; e eu hoje, também, com certeza, sou uma pessoa muito melhor do que eu era.

Então, eu agradeço este momento aqui, no Senado, por esta oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria pedir desculpas aos Senadores porque nós tivemos que prorrogar esta sessão, e vamos atrasar um pouquinho a nossa sessão ordinária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A causa é justa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A causa é justa. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Nós vamos conceder a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado.

Nós vamos assistir, agora, ao vídeo de divulgação do filme Colegas. Em seguida, vai presidir a nossa sessão o Senador Lindbergh Farias.

Por favor, Claudia.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – É um pedido da Sra Eliana März para que aqui se diga que está faltando a menina Helena März, que, ao onze anos, ganhou essas três medalhas e que se encontra longe de sua mãe já há três anos, na Alemanha.

Ela pede, inclusive, que o Senado Federal possa logo apreciar o projeto que garante, no acordo de März, maior possibilidade de as mães terem o direito à guarda dos seus filhos, porque, muitas vezes, internacionalmente, tem havido dificuldades para as mães, inclusive para mães com crianças com síndrome de Down, e, às vezes, para os pais, de conviverem com o carinho dos seus filhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

(Procede-se à exibição de Vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Breno Viola, autor do filme.

O SR. BRENO VIOLA – Eu vou passar a minha fala para a Ritinha primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Breno está passando a fala para a Ritinha.

Por favor, Ritinha.

A SR^a RITA POKK – Primeiramente, eu quero agradecer o evento do Senador aqui.

Obrigado por tudo!

Esse filme Colegas que passou foi muito emocionante para mim. Ele ganhou vários prêmios, em vários lugares, em vários países por onde passou, entre eles o Japão.

Esse filme foi um grande sonho de criança que eu queria realizar e consegui. Também estou muito feliz por ter participado do filme Colegas, junto com outros atores, junto com atores famosos, como a Juliana Dido-ne, a Mayte Piragibe, o Theo Werneck, entre outros.

Eu estou também muito emocionada e contente por ter participado do filme Colegas ao lado do diretor, um grande amigo e um grande companheiro que me ajudou nas horas mais difíceis por que já passei.

Foi muito emocionante.

Agradeço ao Marcelo Galvão, que foi um pai para nós, por ter nos dado grande ajuda nos momentos mais difíceis do filme. Não foi fácil; esse filme foi muito trabalhoso.

Desculpe-me falar, Marcelo Galvão, porque, na verdade, houve umas cenas em que – eu não vou ficar falando muito – você era um pouco exigente demais. E, aí, ele tinha de pegar no nosso pé, porque nós tínhamos de dar muito sangue nesse filme.

Eu fiquei muito emocionada de ter contracenado com o meu marido, Ariel Goldenberg, e também gostei muito de ter contracenado com o ator Felipe Crisanto, que não está aqui.

Também gostaria de agradecer ao Breno Viola, que fez o papel do Márcio.

É como o Presidente disse, esse filme ganhou o Kikito de melhor filme no Festival de Gramado. Então, estou muito emocionada por ter ganhado esse prêmio pelo júri.

Só para falar que eu estou muito emocionada... *(Palmas.)*

E queria agradecer à equipe, ao elenco e às pessoas que me ajudaram muito. Agradeço à minha mãe por estar assistindo, por tudo.

É isso. Eu só quero falar que agradeço ao Marcelo, ao Breno e ao Ariel, por terem me ajudado a fazer o filme Colegas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Ariel.

Tem que falar um pouquinho menos do que o Breno, hein?

Com a palavra, Ariel.

O SR. ARIEL GOLDENBERG – Muito obrigado.

Boa tarde, meu nome é Ariel. Eu estou aqui em nome das pessoas que têm a síndrome de Down. Também quero parabenizar o nosso querido Ex^{mo} Sr. Renan Calheiros.

Primeiro, como eu faço palestras sobre a síndrome de Down em si, eu falo sobre inclusão social e falo também um pouquinho sobre o casamento. Nós, perante a sociedade, somos downs, mas, perante Deus, somos normais.

Também quero falar que nós estamos com um projeto chamado Três Vidas e Um Sonho, um projeto feito pelo Marcelo com muito carinho. Eu gostaria muito de falar aqui como ator e também como *marketing*, porque eu estou vendendo esse projeto, e quem quiser patrociná-lo, por favor... (*Palmas.*)

Só para terminar aqui, quero falar em nome da Gatacine e também das pessoas que têm a síndrome de Down, como, no caso, eu, a Rita e o Breno.

Quero agradecer em nome de Elis e também quero agradecer ao Renan Calheiros por nos convidar para falar aqui, porque amanhã é o nosso dia, o Dia Internacional da Síndrome de Down.

E é isso, gente.

Muito obrigado. Agradeço o convite. (*Palmas.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Breno Viola.

O SR. BRENO VIOLA – Boa tarde a todo mundo.

Antes de mais nada, quero agradecer a Renan Calheiros e a todos da Mesa, ao Romário...

A primeira coisa que queria relembrar ao nosso Senador é que, quando...

Se eu me emocionar aqui, não se preocupem, porque me emociono rápido.

Quando a Maria começou a fundar o Movimento Down, pensando muito na Beatriz, cheguei à Maria e falei: bota ela no chão, porque ela pode se mover mais rápido.

Quando falei isso para ela, ela começou a deixá-la engatinhar, a fazer tudo o que ela tinha de fazer. Por quê? Eu queria a Beatriz melhor do que eu, melhor que algumas pessoas aqui... (*Palmas.*)

Antes de falar como autodefensor, falo do filme. O filme foi muito bom, porque as pessoas não têm coragem de mostrar a cara para a sociedade. A sociedade não está preparada para receber as pessoas com deficiência, de modo geral.

Acessibilidade.

Primeiro, as pessoas cadeirantes – desculpem-me falar “cadeirante” – precisam de rampa; as pessoas com deficiência auditiva precisam de língua de sinais, porque são esses materiais adaptados que fazem as pessoas se desenvolverem mais rápido.

As pessoas com deficiência auditiva também precisam de ajuda para atravessar o sinal e também precisam do som sonoro do sinal para quando tiver fechado ela atravessar a rua.

Vejo no Rio de Janeiro muitas vezes gente dedicada a ajudar as pessoas a atravessarem a rua; e as pessoas com deficiência intelectual eu encho a boca para dizer que precisam primeiro de texto simples (*Palmas.*), precisam também ter materiais adaptados, menos informações e mais imagens, vídeos, essas coisas. Por que eu estou falando isso? Eu acho, Renan, que não só aqui no Senado, na Câmara também, nossa Presidenta amada Dilma Rousseff está fazendo tudo o que o povo precisa. Eu tenho certeza de que se ela se eleger vai olhar com outros olhos. Não estou dizendo que ela não tem preconceito nem nada, só acho que olhar mais para as pessoas com deficiência que sofrem discriminação e preconceito.

Chega, gente!

Nós queremos mostrar à sociedade que nós somos capazes.

Além de encerrar essa parte, sou ator, participei do filme Colegas. Esse filme mostra que a gente tem capacidade de fazer tudo na vida. Tudo na vida a gente conquista depois. Para isso, quero dizer que autoconfiança, coragem, determinação, inclusão já. (*Palmas.*)

Esqueçam o que é exclusão na sociedade.

Para terminar, quero dizer a todos o meu carinho.

Peço que vocês fiquem em pé, por favor. Todos, por favor. Como sou autodefensor do Movimento Down, quero dizer assim: um, dois, três, quatro, cinco mil, inclusão em cada canto do Brasil. (*Palmas.*)

Também, para encerrar mesmo... Eu gosto muito de falar... Mas, como o Renan disse que temos pouco tempo, para encerrar mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É o Regimento, Breno.

O SR. BRENO VIOLA – Para encerrar mesmo, eu só quero dizer uma coisa: gente, acreditem no sonho de vocês. Não importa o que seja. Importa é ser feliz, no nosso caminho. Que Deus sempre sabe as horas da justiça final. A justiça final é daquele que faz o bem e que não faz o mal.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós temos a satisfação de receber aqui o livro do Lucio: *De arteiro a artista: a saga de um menino com Síndrome de Down*. Eu peço ao Lucio aqui que, por favor, autografe o livro, ao tempo em que convido a todos para assistirem à sua exposição. (*Palmas.*)

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. convidados, Sras e Srs. que acompanham o nosso trabalho no meu querido Ceará e em todo o Brasil por meio dos canais de comunicação do Senado Federal.

Esta sessão solene destinada a assinalar o Dia Internacional da Síndrome de Down é uma oportunidade para fazermos uma reflexão e um balanço sobre os avanços conseguidos pelos portadores dessa característica genética.

Trata-se de uma questão que não tem causa conhecida e não tem tratamento, no sentido clássico do termo.

Nesse sentido, é muito importante destacar que, nos últimos anos, a abordagem do problema evoluiu de forma significativa. Como é possível constatar pela maior participação dessa população na nossa vida social e profissional.

Estudados exaustivamente os problemas de saúde e cognição relacionados à síndrome, a abordagem moderna garantiu também, acesso aos cuidados especiais de saúde que eventualmente necessitem.

Existe hoje, felizmente, uma grande preocupação com a questão do desenvolvimento intelectual, de tal forma que parte significativa desenvolve suas habilidades a ponto de freqüentarem instituições de ensino regulares, incluindo universidades.

Resulta daí a garantia de plena integração social do portador, inclusive no mercado de trabalho, tornando-se natural encontrá-los em diversas funções produtivas, incluindo aqui no Parlamento.

Abandonamos, com isso, a visão da síndrome como impossibilidade absoluta de desenvolvimento.

Assim, uma vez tendo acesso ao mercado de trabalho, é natural que se abra um campo de novas oportunidades e objetivos.

A Fundação Síndrome de Down, com sede em Campinas, São Paulo, por exemplo, iniciou no final do ano passado o projeto Moradia Independente, que busca materializar a possibilidade assinalada no artigo 19 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de que essas possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar.

Ressalta a fundação que o objetivo não é desenvolver alternativa na ausência ou falecimento dos pais ou cuidadores, mas uma forma de possibilitar que o sujeito produza sua própria vida como cidadão.

No meu querido Ceará, em 2001, por iniciativa de um grupo de pais, foi constituída a associação “Existir”, com o objetivo de incluir e apoiar as crianças portadoras de necessidades especiais.

Em 2004, a existir passou a ser formalmente uma entidade sem fins lucrativos, trabalhando com crianças a partir dos dois anos de idade.

Mais recentemente, em 2012, a nossa Assembléia Legislativa aprovou a data de 21 de março como o Dia Estadual da Síndrome de Down, para salientar a importância dessas crianças participarem de atividades que visem seu mais completo desenvolvimento possível.

Felizmente, cada vez mais, as antigas barreiras colocadas à presença do cidadão Down são exterminadas por essas novas realidades.

Senadoras e Senadores, Sras e Srs., ainda existe um grande trabalho legislativo a ser feito para garantir a plenitude de direitos do portador da Síndrome de Down.

Devemos, portanto, acelerar, por exemplo, a discussão e o aperfeiçoamento do projeto de aposentadoria especial para os portadores de deficiência.

A lei atual determina a possibilidade de aposentadoria com o mínimo de 25 anos de contribuição.

Em que pese o notável aumento da expectativa de vida desses cidadãos, que saltou de 15 anos em 1947 para 50 anos a partir de final do século XX, sendo mais comum hoje se chegar aos 60 ou 70 anos, a incorporação mais tardia ao mercado do trabalhador Down pode impedir que venham a usufruir, na prática, de aposentadorias dignas.

Sr. Presidente; concluo lembrando que a instituição desta efeméride internacional ainda é relativamente recente. Foi apenas em 2012 que a Organização das Nações Unidas incluiu a data em seu calendário oficial.

Lutemos, portanto, para que o ano de 2014; passe a ser considerado o ano da Fundação da Cidadania Down em nosso país, e que eles consigam sempre atingir seus principais objetivos: direitos iguais, bem estar e inclusão social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, nós agradecemos a presença de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado, mais uma vez.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 254, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 256, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 244, de 2014, de minha autoria.

Sala das Sessões, de março de 2014. – Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento. Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2014

Solicita informações ao senhor Ministro da Saúde sobre contrato firmado entre o Ministério e a empresa Labogen S/A.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, para que este providencie as seguintes informações acompanhadas dos documentos comprobatórios:

Cópia integral do processo de contratação firmado entre o Ministério da Saúde e a Labogen S/A, conforme a justificação abaixo, incluindo todos os pareceres técnicos e jurídicos.

Justificação

A “Operação Lava-Jato” da Polícia Federal rastreou suposto esquema de desvio de recursos públicos envolvendo contrato da empresa Labogen S/A Química Fina com o Ministério da Saúde. Interceptações telefônicas da PF apontam para um negócio firmado entre governo e a empresa para fornecimento de remédio usado no tratamento de hipertensão pulmonar, no valor de 6,2 milhões de reais por ano. O contrato, assinado em dezembro de 2013, durante a gestão do ex-ministro Alexandre Padilha, tem o formato de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP), modelo que começou a ser usado em 2009 e ganhou força nos últimos dois anos.

As PDPs da Saúde são parcerias entre instituições públicas e entidades privadas “com vistas ao acesso a tecnologias prioritárias, à redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em longo prazo e à racionalização e redução de preços de produtos estratégicos para saúde, com o comprometimento de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas e de valor agregado elevado”.

A operação prendeu 24 pessoas em seis Estados e no Distrito Federal. A polícia aponta que o esquema sofisticado de lavagem de dinheiro chegou a movimentar 10 bilhões de reais através da ocultação de bens adquiridos de forma ilícita. O doleiro Alberto Youssef é o alvo maior da missão. Vigando os movimentos de Youssef, a PF descobriu que um aliado dele, provavelmente por sua influência, conseguiu firmar contrato de 150 milhões de reais para fabricação de medicamentos no Brasil e fornecimento à Saúde.

A PF capturou um e-mail, no dia 12 de dezembro de 2013, no qual Leonardo Meirelles, empresário ligado a Youssef, comemora a assinatura do contrato. “Assinamos 1 contrato governo, olha reportagem. Realização sonho!!! 150 mi.”, escreve Meirelles.

Em trecho de gravação, o empresário Pedro Argese comenta ter conversado com o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da Saúde, Carlos Gadelha. De acordo com a transcrição, durante o evento, o secretário teria prometido dar todo o apoio possível para “retomada da Labogen”, referindo-se a empresa. Na avaliação da PF, a Labogen estaria figurando como intermediária do contrato com o governo, com subcontratação integral, pois não teria condições e estrutura para produzir os medicamentos, “não havendo também razão para que detivesse o contrato junto ao Ministério da Saúde”, aponta o relatório policial.

“A Labogen, sabe-se lá por quais meios, obtém o contrato milionário junto ao Ministério da Saúde, mesmo absolutamente sem condições de executá-lo e, por sua vez, repassa para uma empresa idônea a fim de sua execução, pois, conforme se observa claramente, a segunda empresa é que dispõe das instalações e estrutura de produção”, ressalta a Polícia.

Portanto, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois as mesmas garantirão que se impeça que o governo haja de acordo com os seus próprios interesses e prioridades políticas, prejudicando os interesses nacionais.

Sala da Sessão, de março de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2010, por versarem sobre a mesma matéria.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 545, de 2013, que visa alterar a Lei nº 8.078, de 1990, encontra-se pronto para a Pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMADS). A matéria estabelece que o estabelecimento que reter senha de atendimento ou qualquer outro documento que comprove o horário de sua chegada ao local será passível de punição. Para assegurar um comprovante de duração do atendimento, o estabelecimento deverá anotar no comprovante o horário de atendimento e quem efetuou o mesmo.

O Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2010, estabelece que os órgãos de proteção e de defesa do consumidor necessitem de mecanismos de punição aos infratores, para tornar mais efetivo o cumprimento das normas de proteção ao direito do consumidor. Para tanto, a matéria dispõe que os órgãos reguladores do Código de Defesa do Consumidor poderão impor obrigações de fazer ou não fazer, estipulando como serão as formas de atendimento ou de conduta aos clientes, por exemplo.

Ambas as proposições modificam o Código de Defesa do Consumidor com o intuito de melhorar as formas de relações entre fornecedor e consumidor. Visando o respeito ao direito do consumidor, as propostas regulamentam as instituições, proibindo a retenção de senhas de atendimento que comprove o horário de chegada ao estabelecimento, além de que após o atendimento, o funcionário da empresa deverá comprovar o horário de atendimento na própria senha juntamente com sua identificação.

Para que essa regulamentação seja seguida, é necessário que os órgãos de controle tenham poder sobre as empresas que não respeitam os direitos do consumidor. Com a capacidade de poder declarar a obrigação de fazer ou não fazer, órgãos poderão determinar de forma mais clara as sanções às empresas que descumprem as leis, como no caso de empresas que retenham a senha de atendimento que comprova o horário ao qual o cliente foi atendido, ou até mesmo no caso de o prazo de atendimento ter passo do limite aceitável em lei.

Visando a melhora e modernização no Código de Defesa do Consumidor – CDC, e levando em consideração que as matérias versam sobre assunto correlato, sugerimos para uma da devida economia processual a tramitação conjunta das propostas supracitadas.

Sala das Sessões.



Senador **ARMANDO MONTEIRO**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2014

Acrescenta § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para limitar o montante passível de desconto nos benefícios da Previdência Social e permitir o cancelamento de autorizações de descontos destinados a associações e demais entidades representativas de aposentados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 115.

.....
§ 3º Na hipótese do inciso V, o desconto é limitado a 1% (um por cento) do valor mensal do benefício e poderá ser cancelado, a qualquer momento, mediante simples manifestação do interessado, protocolada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os aposentados e pensionistas da Previdência Social precisam receber a proteção do Estado contra eventuais abusos nos descontos efetuados em seus benefícios, pois circulam denúncias de que algumas associações e sindicatos, vinculados a categorias profissionais dos beneficiários da Previdência Social, estão solicitando ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social descontos de mensalidades. É comum os titulares dos proventos não reconhecerem como devidas essas contribuições. Eles não lembram de ter autorizado o desconto ou simplesmente alegam a existência de fraude.

Há registro de que muitos daqueles que sofreram descontos, ao procurarem os sindicatos e associações, foram desestimulados a cancelar as autorizações, sob o argumento de que seria mais vantajoso manter a filiação associativa ou sindical, com as contribuições supostamente devidas. Em nossa visão, a avaliação da relação entre o custo e o benefício da condição de associado ou sindicalizado deve ficar a cargo do próprio interessado. Isso é mais válido ainda em se tratando de aposentados, que possuem necessidades específicas, não participam de negociações coletivas e raramente são beneficiados por assistência social ou jurídica da associação ou sindicato.

O tema já chegou à análise do Poder Judiciário, com demandas judiciais contra esses descontos, contra os quais se insurgem, principalmente, os aposentados rurais. Há decisões favoráveis aos demandantes e a 2ª Turma Especializada do 2º Tribunal Regional Federal, com jurisdição sobre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, em Ação Civil Pública, concedeu prazo de seis meses (a partir de outubro de 2012) para que o INSS melhorasse o sistema de controle dessas consignações.

A verdade é que o Estado não está em condições de fiscalizar, com competência, milhões de operações financeiras envolvendo empréstimos consignados e descontos de mensalidades, que acabam incidindo sobre os proventos de aposentados e pensionistas. Abre-se, assim, um espaço enorme para os abusos. Pessoas da própria família podem manipular a vontade dos idosos, quando não manipulam o próprio cartão utilizado para recebimento dos benefícios. Sindicatos e associações, por sua vez, podem agenciar empréstimos consignados e embutir, no pacote creditício, um desconto em favor de si próprios.

Todo esse quadro é agravado pela verdadeira crise por que passa a estrutura sindical brasileira. Há sindicatos que são meras fachadas. Há assembleias esvaziadas e manipuladas. Há grupos que se eternizam no comando das entidades. Duas ou mais entidades, às vezes, se arrogam o direito de representar certo grupo, competindo entre si. Há, de resto, uma crise de participação e, tanto trabalhadores quanto aposentados, em regra, vislumbram poucas vantagens na manutenção de seus vínculos associativos ou sindicais.

Diante desse quadro de possíveis abusos estamos propondo que os descontos, relativos a mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, previstos no inciso V do art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, sejam limitados a 1% (um por cento) do valor mensal dos benefícios. Além disso, introduzimos previsão de que, mediante simples manifestação do interessado, eventuais descontos sejam cancelados.

Por essas razões e por serem justos os propósitos que nortearam a apresentação da proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, DE 2014

Acrescenta § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para limitar o montante passível de desconto nos benefícios da Previdência Social e permitir o cancelamento de autorizações de descontos destinados a associações e demais entidades representativas de aposentados e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

.....
Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
.....

.....
Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

I – contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;

II – pagamento de benefício além do devido;

III – Imposto de Renda retido na fonte;

IV – pensão de alimentos decretada em sentença judicial;

V – mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

VI – pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício. (Incluído pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003)

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em parcelas, conforme dispuser o regulamento, salvo má-fé.

§ 1º Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em parcelas, conforme dispuser o regulamento, salvo má-fé. (Renumerado pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003)

§ 2º Na hipótese dos incisos II e VI, haverá prevalência do desconto do inciso II. (Incluído pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003)
.....
.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2014

Altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal –, para dispor sobre o registro de frequência de Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior.

O Senado Federal resolve:

Art.1º Os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 3º O nome do Senador incumbido da representação do Senado Federal, ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior, constará das listas de comparecimento das Comissões das quais seja membro e do Plenário, devendo, ainda, neste último caso, estar registrado no painel eletrônico.

§ 4º Nas hipóteses tratadas no § 3º, o nome do Senador não será contabilizado para fins de obtenção de quorum.” (NR)

“Art. 40. A representação da Casa por Senador e o desempenho de missão no País ou no exterior deverão ser autorizados mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.

.....” (NR)

“Art.68.

Parágrafo único. O nome do Senador incumbido da representação externa de que trata o caput constará das listas de comparecimento da Casa, observado o disposto nos arts. 13 e 40.”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal (CF) estabelece em seu art. 55, inciso III, a perda do mandato do Deputado Federal ou do Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer.

A parte final do dispositivo constitucional mencionado excetua da regra geral as hipóteses em que o Parlamentar esteja de licença ou em missão oficial autorizada pela respectiva Casa Legislativa.

O inciso III do art. 32 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), por seu turno, reproduz a regra constitucional. O caput do art. 13 do RISF também cuida do tema.

Poder-se-ia pensar, erroneamente, que a questão do registro da frequência dos Senadores incumbidos da representação da Casa ou em missão no País ou no exterior estaria equacionada, na medida em que o afastamento do Senado nesses períodos não geraria a consequência indesejada da perda do mandato.

Mas a questão é mais complexa, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, e nem se alegue tratar-se de mera querela semântica ou retórica.

O Senador designado, por deliberação do Plenário, para representar oficialmente a Casa em missões externas, no País ou no exterior, não pode carregar a pecha de ausente, ainda que de forma justificada, como consta hoje do caput do art. 40 do RISF.

A representação externa caracteriza pleno e assíduo exercício do mandato parlamentar eis que determinado pela instância máxima de deliberação da Casa.

Há que se afastar o constrangimento e os danos imateriais imputados ao parlamentar ao ver seu nome lançado no rol dos ausentes, ainda que sob o esclarecimento de se tratar de ausência justificada.

É fundamental que todas as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores avaliem o quão pernicioso é para o Senador, afastado para o exercício de relevante missão externa, ser tido como ausente nas Comissões e Plenário desta Casa.

Importante acrescentar que a informação sobre a suposta ausência do Senador será recebida por milhares de cidadãos que acompanham diariamente os trabalhos das Comissões e do Plenário do Senado Federal pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Para muitos desses cidadãos, a justificativa para o fato de o Senador não estar presente em determinado momento não é compreensível, ficando retida apenas a mensagem da “ausência” do Senador. Essa situação é

potencializada quando a imagem do painel de votação é veiculada pela TV Senado e o nome de determinado Senador não aparece no espaço reservado ao seu Estado de origem.

Visando enfrentar essa situação e tornar expressa a circunstância de que o afastamento de Senador incumbido da representação da Casa ou em missão externa está em pleno exercício do mandato e não pode ser considerada, de forma alguma, ausência, submetemos a presente proposição ao descortino dos nobres Pares.

O presente projeto de resolução propõe, para tanto, o acréscimo dos §§ 3º e 4º ao art. 13 do RISF.

O primeiro (§ 3º do art. 13), com o objetivo de determinar expressamente que nas hipóteses mencionadas, o nome do Senador deverá ser lançado nas listas de comparecimento das Comissões das quais seja membro, assim como na lista do Plenário. Atente-se para o adendo que, no Plenário, o nome do referido parlamentar deve constar, ainda, do painel eletrônico.

Já o § 4º acrescido ao art. 13 objetiva impedir que o registro da presença do Senador, nas circunstâncias descritas, seja computado para fins de obtenção de quorum. Entendemos que essa fórmula alcança o desejado equilíbrio entre o respeito à atuação oficial externa do Senador e a preservação das regras básicas de deliberação colegiada.

Busca-se, também, com a proposição, eliminar contradição interna hoje existente no Regimento Interno, pois a despeito de dispositivo constitucional (art. 55, III) e de dispositivo regimental (art. 32, III) não considerarem ausência a representação externa do Senado Federal, a atual redação do caput do art. 40 do RISF afirma o oposto.

Por fim, o acréscimo de parágrafo único ao art. 68 tem como objetivo assegurar a sistematicidade do texto regimental a partir das alterações empreendidas.

Essas são as razões, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, que nos levaram a apresentar a proposição, que esperamos ver aprimorada, se for o caso e, posteriormente, aprovada.

Sala da Comissão, – Senadora **Ana Amélia**, PP/RS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 8, de 2014**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pediria uma inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Lindbergh Farias, V. Exª está inscrito como primeiro orador para uma comunicação inadiável.

E queria, antes de mais nada, cumprimentar V. Exª, o Senador Wellington, todos os Parlamentares que realizaram uma das mais bonitas – acompanhei do gabinete – sessões em respeito, em homenagem a todos os que convivem com a síndrome de Down. O dia é amanhã, e o Senado Federal fez a sessão hoje.

Daqui a pouco também falarei sobre a situação que estamos vivendo no Acre, tendo em vista que se agravou muito a cheia do Rio Madeira, pondo em risco de isolamento maior ainda o Estado. O Governador Tião Viana está em Rondônia hoje, procurando uma solução com o governador daquele Estado.

Convido, para fazer o uso da palavra, como primeiro orador inscrito, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ruben Figueiró. E, em seguida, V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores aqui presentes, em primeiro lugar, de forma muito rápida, eu queria prestar também a minha homenagem a todos aqueles que dirigem as entidades que tratam da síndrome de Down.

Eu tenho a honra de dizer a V. Exªs que eu sou um dos fundadores do Instituto Juliano Varela, na minha cidade de Campo Grande, que trata justamente daqueles com a síndrome de Down. Centenas e centenas de jovens, no curso do tempo, têm recebido assistência dessa benemérita entidade.

Na minha participação aqui, assistindo a quase toda sessão dedicada às pessoas com síndrome de Down, sinceramente fiquei extremamente emocionado, principalmente com as expressões do Sr. Breno Viola, que, de uma maneira muito franca, aberta, sincera, com o coração cristão, disse das dificuldades por que passam todos aqueles que têm essa síndrome, e da perspectiva que ele tem de que as autoridades federais, estaduais e municipais deem uma atenção maior àqueles que têm essa deficiência.

A minha solidariedade, portanto, os meus cumprimentos a todos os Srs. Senadores que promoveram essa reunião, na pessoa do Sr. Presidente, o Senador Renan Calheiros.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz também à tribuna é um problema que tem crescido, em nosso País, com tanta velocidade, tanta nitidez e tanta contundência: a criminalidade. É claro, Sr. Presidente, que temos outros problemas estruturais gravíssimos, entre os quais se destacam a educação, a saúde e os transportes públicos. São setores que também estão a exigir de nossos governantes providências concretas e imediatas.

Nenhum desses setores, porém – ao menos em minha opinião –, apresentou, nas últimas décadas, uma mudança de cenário tão radical e tão preocupante como o da segurança pública. Por isso, penso que chegamos àquele momento em que já não cabem indecisões e adiamentos. É necessário e urgente que a sociedade brasileira, como um todo, empenhe-se num grande debate sobre o assunto, para identificar as causas do problema e, muito mais que isso, propor as soluções adequadas.

Desse debate, é claro, o Governo Federal não poderá se eximir. Não poderá continuar fazendo a “cara de paisagem” que tem feito até agora. O que se espera dele, ao contrário, é que comande o processo, promovendo a efetiva participação dos governos estaduais e municipais, dos demais poderes, de órgãos públicos, organizações não governamentais e empresas privadas direta ou indiretamente envolvidos com a questão, de associações de vítimas e familiares, de especialistas, de quaisquer entidades e pessoas, enfim, que possam contribuir para o debate e para a implementação de propostas. Porque do jeito que está, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, a situação não pode continuar.

O quadro é tão alarmante que não dispomos, sequer, de estatísticas inteiramente confiáveis sobre a evolução da criminalidade. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, por exemplo, divulgado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, apresenta informações incompletas e desatualizadas. Ainda assim, conseguimos, às vezes, com bastante esforço, reunir informações com um certo grau de agregação e confiabilidade. E então podemos expressar, em números, como a situação está-se deteriorando. No segundo semestre do ano passado, por exemplo, o Centro de Estudos Latino-Americanos publicou o relatório *Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil*, que traz alguns dados extremamente perturbadores.

Seria cansativo, é certo, elencar todas as conclusões apresentadas no documento, de modo que me atenho a uma delas, por demais expressiva. Entre 1980 e 2011, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o número de jovens entre 14 e 25 anos que morreram assassinados em nosso País subiu 326%. Desejo repetir, e com ênfase: 326%. No mesmo período, cumpre destacar, a população brasileira cresceu 62%.

De qualquer forma, por mais impressionantes que sejam os números, talvez nem precisássemos deles para chegar à conclusão de que vivemos um momento especialíssimo. Porque o fato inequívoco, inegável, é que a sensação de insegurança tomou conta de todos nós. Ela está nas ruas. Está em nossas próprias casas. Está em todos os bairros, em todas as cidades, em todos os Estados. Não há um só lugar do nosso imenso Brasil, hoje, em que o cidadão sinta-se totalmente seguro, a salvo da criminalidade.

Nessas circunstâncias, volto a insistir, uma tomada de posição de toda a sociedade brasileira, coordenada pelo Governo Federal, vai se tornando cada vez mais urgente e, exatamente por isso, inadiável.

De minha parte, venho tentando trazer uma modesta contribuição ao enfrentamento do problema. Há alguns dias, por exemplo, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2014, que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Código Penal.

O art. 158 de nosso Código Penal, Sr. Presidente, tipifica como crime a ação de – abro aspas – “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa” – fecho aspas. Ou seja: o art. 158 tipifica o crime de extorsão.

Pois bem, a proposição que estou submetendo a esta Casa é a de que se acrescente a esse artigo um parágrafo para determinar que – abro aspas – “aumenta-se a pena de um terço até a metade se o crime é praticado por meio de ligação efetuada do interior de presídio ou se os valores provenientes do crime forem depositados em conta bancária do autor do delito, de coautor, de partícipe ou de terceiro de boa-fé, sobre a qual o autor tenha controle, direta ou indiretamente” – fecho aspas.

Elaborei tal proposta, Sr^{as} e Srs. Senadores, em razão de carta que recebi de um conterrâneo, Luiz Rodrigues Souto, que sofreu extorsão por meio de telefonema disparado de dentro de um presídio, comunicando o falso sequestro de sua filha.

É um golpe, como sabemos, que vem ocorrendo com muita frequência em todo o Brasil. Um golpe, vejam bem, com requintes de crueldade, na medida em que submete as vítimas ao sofrimento de imaginar que um ente querido está em poder de criminosos, e que provocou a justa indignação e o eloquente desabafo do Sr. Luiz. Por sinal, temos aqui uma demonstração de como nossos cidadãos podem contribuir, enormemente, para a solução do problema, transformando sua revolta com a violência de que foram vítimas em sugestões concretas.

Outro aspecto a ser destacado, Sr. Presidente, é o de que a criminalidade deve ser combatida em todas as suas vertentes, sem levar em consideração, para esse efeito, o maior ou o menor grau de violência com que atinge a sociedade. Nesse sentido, nenhum exemplo é mais significativo que a política de tolerância zero adotada pela Prefeitura de Nova York no final do século passado, de conhecimento de V. Ex^{as}.

Foi pensando nesse caso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que apresentei, em novembro do ano passado, o Projeto de Lei do Senado 459, de 2013.

O referido Projeto altera o art. 334 do Código Penal, que trata do crime de contrabando, para dispor que, se o produto contrabandeado for o tabaco, a pena de reclusão será de 2 a 6 anos, acrescida de multa. Aparentemente, teríamos aqui um delito de menor potencial ofensivo, especialmente se comparado àqueles que atentam contra a vida humana. Mas nem por isso, vejam bem, ele há de ser combatido com menor intensidade. Afinal – e fiz questão de ressaltar esse detalhe na justificação de meu projeto –, a informação que temos da Polícia Federal é a de que o contrabando de cigarros, hoje, chega a ser mais rentável que o tráfico de drogas. Ademais, não podemos esquecer que essa atividade, além de sangrar os cofres públicos em cerca de R\$10 bilhões por ano, ainda contribui enormemente para a deterioração da saúde pública.

Em outras palavras, Sr. Presidente, o que quero dizer é que toda e qualquer ação destinada a combater a escalada da criminalidade em nosso País deve ser estimulada, independentemente da natureza e da gravidade do crime praticado. Porque o mais importante, afinal, é que cada um de nós faça a sua parte e dê a sua contribuição.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, atribui-se a Disraeli a afirmação de que – abro aspas – “uma sociedade só é forte quando os homens de bem têm a mesma audácia dos patifes” – fecho aspas.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Ora, é exatamente essa audácia que devemos cobrar de nossos governantes. É exatamente essa audácia que precisa ser exibida, também, por nossa sociedade porque os bandidos a têm, com toda a certeza.

Ainda agora, no final de fevereiro, um relatório elaborado pelo Ministério Público e pelas Secretarias de Segurança e de Administração Penitenciária do Governo de São Paulo revelou que integrantes de uma quadrilha estariam preparando o resgate de companheiros da penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau. O Governo de São Paulo, felizmente, tomou as providências necessárias para conter essa iniciativa criminosa.

Essas, Sr^{as} e Srs. Senadores, as considerações que gostaria de fazer sobre o assunto. A criminalidade, reitero, uma vez mais, está atingindo, no Brasil, níveis assustadores. Portanto a sociedade como um todo e, muito particularmente, o Governo Federal ...

(Interrupção do som.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... não podem mais tratar esse grave problema como “parte da paisagem”.

Há que agir, com urgência e com firmeza! *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, permita-me mais um breve tempo.

Esse para solidarizar-me, ainda no espírito do pronunciamento que acaba de fazer o nobre Senador Aloysio Nunes, Líder do meu Partido, pela lúcida exposição e, que não teve a contradição convincente, no programa televisivo do jornalista Alexandre Garcia, ontem exibido pela GloboNews.

A exposição do Senador Aloysio Nunes não deixou dúvidas, pela procedência de seus argumentos irrefutáveis, sobre a presença nacional de uma lei como a que propõe através da PEC nº 33/2012, esta reclamada por 92% da população brasileira, que deseja a redução da maioria penal. A PEC abre caminho constitucional para que tal aspiração ocorra através de lei complementar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo concedido.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Quero cumprimentar o Senador Figueiró pelo brilhante pronunciamento.

Antes de chamar o próximo orador, concedo a palavra pela ordem à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Consulto a Presidência sobre se, para uma comunicação inadiável, ainda há espaço para mais um orador. (*Pausa.*)

Então, por favor, eu queria a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está inscrita, Senadora.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Lindbergh Farias, para falar como Líder, pela Liderança – desculpe –, para uma comunicação inadiável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma vez mais o Estado do Rio de Janeiro vivencia a barbárie. Refiro-me ao que aconteceu no domingo, dia 16 de março, pela manhã. A auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, 38 anos, baleada no Morro da Congonha, em Madureira, e na sequência arrastada pelas ruas por uma viatura da Polícia Militar.

Presto minha integral solidariedade à família da vítima. Como representante do Estado do Rio de Janeiro nesta Casa Legislativa, trago a solidariedade que se mistura a um sentimento de indignação e vergonha.

Senhoras e senhores, a barbárie cometida é hedionda e repugnante, mas não é um acidente, um ponto fora da curva. É uma tragédia terrível, que se soma a muitas outras, a demonstrar a urgência de se reestruturar o nosso modelo de segurança pública.

Até quando vamos assistir indiferentes às mortes, à violência, ao drama da segurança pública, que nos afeta a todos, como sociedade, indistintamente, mas especialmente aos mais pobres, aos jovens negros, aos moradores das favelas e bairros pobres?

Até quando vamos conviver com um aparato policial que arrasta e leva à morte uma cidadã indefesa, tal como ocorreu com a faxineira, mãe de quatro crianças, Cláudia da Silva Ferreira; um aparato policial que tortura e mata um trabalhador, um pai de família, tal como ocorreu com o pedreiro Amarildo?

Cláudia e Amarildo são símbolos da selvageria do Estado. Temos o modelo de segurança pública herdado da ditadura militar, embora se reconheça avanços pontuais na área, casos como o de Amarildo e de Cláudia não deixam dúvida quanto à necessidade de reformar profundamente o nosso modelo policial.

A segurança pública do País é ineficiente, anacrônica, convive com padrões inaceitáveis de violência; violência que se volta contra a população, mas – é preciso ressaltar – também contra os próprios policiais.

O Estado do Rio de Janeiro, em particular, ostenta estatísticas alarmantes: em 2013, tivemos 4.762 homicídios, uma taxa de 28,7 para cada 100 mil habitantes, um aumento 16,7%, comparado a 2012, 13 mortos por dia no Estado; 6.004 desaparecidas – o número de desaparecidos supera o número de homicídios –, são 16 desaparecidos a cada dia; 416 registros de pessoas mortas supostamente em confronto com as polícias, pouco mais de uma pessoa por dia.

A violência se distribui seletivamente, vitimando principalmente os negros e pobres. As taxas de homicídios observadas entre a população branca do Estado é de pouco mais de 20 por 100 mil habitantes, dobra para 41 por 100 mil habitantes entre a população negra. A população não confia nessas polícias.

Segundo pesquisa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas, o percentual da população brasileira que declara não confiar em nossas polícias é de 70,1%. Esse número cresceu 14% entre os primeiros semestres de 2012 e 2013. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas 12% da população não confia nas polícias, enquanto, na Inglaterra, o índice de desconfiança é igualmente baixo, já que 82% dizem confiar nas instituições policiais.

Como dissemos, a população em geral não é a única vítima. É preciso enfatizar a vulnerabilidade do policial brasileiro, que, mal remunerado e formado para atuar em uma máquina de fazer guerra, mata e morre numa proporção em muito superior a qualquer padrão internacional.

Os policiais, no Brasil, estão sob verdadeiro fogo cruzado; enquanto cinco pessoas morrem, vítimas da intervenção policial todos os dias no País – 4,6 vezes mais do que o padrão nos Estados Unidos –, o risco de um policial brasileiro morrer assassinado em serviço ou fora dele...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... é três vezes maior que o de um cidadão comum. A taxa de homicídio nacional, de 24,3 por 100 mil habitantes, salta para 72 por 100 mil habitantes, quando consideramos população de policiais civis e militares.

As causas apontadas por diversos estudos internacionais para essa alta taxa de vitimização policial coincidem com as características estruturais da segurança pública no País, que são especialmente marcantes no Estado do Rio de Janeiro: treinamento para o confronto; inadequadas condições de trabalho; precariedade das viaturas, dos armamentos e das estratégias de ação; embate com gangues de criminosos armados e prontos para o combate de vida ou morte.

Abundantes relatos e reportagens na imprensa tradicional e na internet têm registrado a impressionante e excessiva brutalidade em que as polícias estão imersas. Essa brutalidade se volta contra a população, como nas tragédias recentes que vitimaram Cláudia e Amarildo, mas também contra os próprios policiais. Isso nada mais é senão reflexo da estrutura interna das polícias, militarizada e marcada por códigos disciplinares draconianos e inconstitucionais, inteiramente inadequados à função democrática que as polícias deveriam desempenhar.

Com frequência, um coturno sujo de um praça ou soldado da Polícia Militar é sancionado com imediata prisão disciplinar, sem direito à defesa ou contraditório, enquanto crimes mais graves ficam impunes.

O que as tragédias cotidianas da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e em todo o Brasil nos permitem concluir é que resultados de longo prazo só serão alçados...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... a partir de reformas estruturais do modelo de segurança pública. Temas sensíveis pertinentes à organização das polícias e à divisão de responsabilidades federativas na área precisam ser enfrentados.

Os vícios da nossa arquitetura de segurança pública estão consagrados na Constituição da República, que contribui para o quadro calamitoso dessa área no País.

O ciclo da atividade policial é fracionado. As tarefas de policiamento ostensivo, prevenindo delitos, e de investigação de crimes são distribuídas a órgãos diferentes. A função de policiar as ruas é exclusiva de uma estrutura militarizada, força de reserva do Exército, a Polícia Militar, formada, treinada e organizada para combater o inimigo, e não para proteger o cidadão.

A União tem responsabilidades diminutas, salvo em situações excepcionais; o Município – ente federado crescentemente relevante nas demais políticas sociais, como educação, saúde e assistência social – é praticamente esquecido; e os Estados concentram a maior carga de responsabilidades.

Por tudo isso, buscando criar condições para que se reduzam as desigualdades na provisão de segurança pública, para humanizar e democratizar a atuação das polícias e o sistema de segurança pública, apresentei proposta de emenda à Constituição relativa à estruturação da segurança pública e ao modelo policial.

A PEC visa uma profunda refundação do sistema de segurança pública e do modelo policial, em particular, redefinindo o papel das polícias e das responsabilidades federativas nesta área, a partir da transferência aos Estados da autoridade para definir...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... o modelo policial, mas o faz sem descuidar de algumas diretrizes fundamentais, consagradas por importantes referências nessa área, para a garantia de uma transformação verdadeiramente democrática das polícias e evitando o risco de descoordenação e desarticulação.

Dentre as medidas propostas pela PEC nº 51, estão:

A. Desmilitarização das polícias: implica reestruturação profunda da instituição policial, no caso, a atual Polícia Militar, reorganizando-a, seja para a divisão interna de suas funções, seja na formação e treinamento dos policiais, seja nas normas que regem seu trabalho, para transformar radicalmente o padrão de atuação da instituição. Sem prejuízo da hierarquia inerente a qualquer organização, a excessiva rigidez das Polícias Militares deve ser substituída por maior autonomia...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... para o policial, acompanhada de maior controle social e transparência. O policial deve se relacionar com a sociedade a fim de se tornar um microgestor confiável da segurança pública naquele território, responsivo e permeável às demandas dos cidadãos. Esta transformação, evidentemente, deve ser acompanhada de valorização desses profissionais, inclusive os salários.

B. Exigência de ciclo completo: a autonomia para os Estados definirem seu modelo policial não implica a faculdade de fracionar a atividade ostensivo/preventiva, hoje atribuída às Polícias Militares, e da atividade investigativa, hoje atribuída a Polícia Civil. Vale ressaltar que isso existe apenas no Brasil.

Necessariamente, toda instituição policial deve ter caráter ostensivo e investigativo.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A diferenciação de atribuições deve se dar não em relação às fases do ciclo policial, mas sobre o território ou sobre grupos de infrações penais.

Terceiro ponto:

C. Definição constitucional de polícia: a polícia é definida como instituição de natureza civil que se destina a proteger os direitos dos cidadãos, a preservar a ordem pública democrática, a partir do uso comedido e proporcional da força. Essa definição supre lacuna da Constituição, e constitui a pedra angular de um sistema de segurança pública democrático e garantidor das liberdades públicas. Ademais, a proposta fixa princípios fundamentais que deverão reger a segurança pública.

Quatro:

D. Valorização do Município na provisão de segurança pública: o Município é incluído entre os entes responsáveis pela segurança pública, podendo, a depender da decisão tomada em nível estadual...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...instituir polícias em nível local.

Isso existe, também, em todos os lugares do mundo, polícias municipais – para maior clareza quanto aos modelos possíveis para o Estado, vide a partir do item 8.

E. Aumento da participação da União: em áreas críticas para a segurança pública, que se ressentem de maior padronização e uniformização em nível nacional, a União deverá estabelecer diretrizes gerais. É o caso da gestão e do compartilhamento de informações, de produção de dados criminais e prisionais, além da criação e funcionamento de mecanismos de controle social e de promoção de transparência. Na formação policial, a União deverá avaliar e autorizar o funcionamento de instituições de ensino que atuem na área, a fim de garantir níveis adequados de qualidade e conformidade a uma perspectiva democrática de segurança pública.

Sr. Presidente, eu, na verdade, voltarei à tribuna novamente, porque eu não quero abusar dos senhores. Eu tinha um pronunciamento feito, um pronunciamento mais completo, mas vou me inscrever na próxima semana para tratar desse tema, que acho extremamente relevante. Aqui, nós não vamos muito longe, se não entrarmos no debate da reforma das polícias. Aqui, nesse texto, eu mostrei, tanto o sofrimento da população, principalmente dos jovens, dessa juventude negra, que tem sofrido, tem sido vítima de violência, de exageros da polícia, mas, como a própria polícia está exposta, com a morte de policiais que se dedicam à construção do nosso Estado.

Então, a reforma das polícias tem que ser enfrentada pelas nossas instituições. Acredito que, com isso...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... possamos oferecer uma solução profunda de reestruturação do nosso sistema de segurança pública, para a transformação radical das nossas polícias e para prevenir tragédias, como a que vitimou Cláudia da Silva Ferreira.

A partir da desmilitarização da Polícia Militar e da repactuação das responsabilidades federativas na área, bem como da garantia do ciclo policial completo e da exigência de carreira única por instituição policial, pretende-se criar as condições para que a provisão de segurança pública se dê de forma mais humanizada, mais isonômica em relação a todos os cidadãos, rompendo, assim, o quadro dramático da segurança pública no nosso País.

Conto com a participação de todos e com a colaboração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para levarmos adiante o processo de aprovação da PEC nº 51.

Agradeço muito V. Ex^a, Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – ... pela tolerância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, em permuta com a Senadora Vanessa.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente, pedindo também licença ao Senador Casildo. É rápido.

Em primeiro lugar, eu queria me congratular com a sessão especial de hoje, realizada neste Senado, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Eu não tive condições de estar aqui, mas queria também manifestar o meu apoio a este dia internacional e à luta das pessoas com deficiência, em especial, hoje, das pessoas com síndrome de Down.

Eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para lamentar uma decisão tomada ontem pela Assembleia Legislativa do meu Estado, o Estado do Paraná, que autorizou o nosso Governo do Estado a aumentar o capital social da Sanepar de R\$2,6 bilhões para R\$4 bilhões.

Esse aumento de capital vai fazer com que a empresa possa emitir mais ações. E, embora a empresa continue sendo majoritária nas ações ordinárias, emitirá mais ações preferenciais e mudará o seu nível de governança.

A mudança desse nível de governança para as ações da Petrobras vai fazer com que as ações que hoje não detêm direito a voto passem a tê-lo. E com isso, gradativamente, o Estado perderá o controle das ações da empresa.

Quero dizer que a Sanepar é um patrimônio construído pelo povo paranaense e que tem uma função essencial, que é garantir o fornecimento de água e o sistema sanitário ao povo.

Infelizmente, o Governo do Estado está entregando esse interesse da população ao mercado.

A empresa não pode pagar pelos erros de gestão do Governador, porque é isso que está por trás da emissão dessas ações. Ela não é instrumento para resolver os problemas financeiros do Estado. Essa é uma conta que vai ser paga pela população, se essa for de fato a gestão que a nossa companhia de saneamento tiver. Faltamente nós teremos um aumento da tarifa de água.

Quero deixar registrado neste plenário que o aumento da tarifa de água vai ser feito exatamente para cobrir ontem o que aconteceu na Assembleia Legislativa. Isso não estava no programa de governo do Sr. Governador. Ele deve explicações ao povo paranaense.

Infelizmente, nós estamos tendo uma medida para privatizar a nossa companhia de saneamento de uma maneira pouco clara.

Quero aqui lamentar, quero lamentar muito a decisão tomada pela Assembleia Legislativa e congratular-me com todos os Deputados Estaduais que votaram contra ontem essa medida proposta pelo Governo do Estado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, e caros colegas, inegavelmente, vivemos um momento de grave crise no setor energético brasileiro. Além de inspirar cuidados, o momento exige muita responsabilidade e planejamento, nesse segmento tão estratégico para o desenvolvimento do País.

Com a escassez hídrica dos últimos meses, foi preciso acionar as termelétricas, que produzem energia a um custo mais elevado. Obrigadas a comprar no mercado livre, as companhias viram suas despesas crescerem, sem poder repassar a conta aos consumidores. Estima-se que o rombo no setor elétrico seja de aproximadamente R\$12 bilhões, exigindo auxílio do Tesouro.

Ora, ainda que a intenção do Governo seja válida, de reduzir os custos com eletricidade, como anunciado efusivamente pela nossa Presidenta da República, o caminho tomado acaba, de uma forma ou de outra, chegando ao consumidor, seja pela via dos gastos públicos, no subsídio às companhias, ou, em um segundo momento, através do inevitável aumento das tarifas.

O setor energético exige, acima de tudo, planejamento de longo prazo e investimento em infraestrutura capaz de garantir segurança para o crescimento econômico que o País anseia.

Com os combustíveis, a situação não foi diferente, e a da Petrobras é emblemática. A manutenção artificial dos preços no mercado nacional, em comparação aos praticados internacionalmente, impingiu fortes perdas à companhia. Como resultado, arrefeceu o ritmo de investimentos em novas refinarias e até na extração de petróleo.

Com isso, passamos a conviver com uma situação esdrúxula. Apesar de termos atingido a autossuficiência na extração, não temos capacidade de refino suficiente para atender a demanda nacional – que só faz crescer. Dessa forma, vimos a chamada conta-petróleo derrubar nossa balança comercial, com a importação massiva de derivados, como gasolina e óleo diesel.

Trata-se de um círculo vicioso, que provoca sérios danos futuros. Sem investimento, nossa dependência externa segue elevada, crescendo exponencialmente os custos de importação.

Ao fim, vemos hoje a companhia que sempre foi orgulho nacional, por sua elevada capacidade técnica e reconhecimento de mercado, perigosamente combatida. Suas ações negociadas na Bolsa de Valores sofreram brutal desvalorização, o plano de investimentos do quadriênio foi sensivelmente reduzido e o futuro fica marcado pela incerteza, condição extremamente desfavorável ao ambiente de negócios.

Faz-se necessário apostar no investimento, com planejamento sério e de longo prazo, que solidifiquem o futuro do setor energético brasileiro. A continuidade e ampliação do investimento em novas refinarias são fundamentais.

E olha, temos defendido, nos últimos anos, a instalação de uma refinaria em Santa Catarina. O Estado tem localização estratégica, logo no início da bacia do Pré-Sal Além disso, dispõe de boa infraestrutura logística, com oferta de rodovias e portos, permitem escoar a produção para todo o País. Por fim, pode oferecer mão de obra qualificada: dispomos de um curso de Engenharia do Petróleo, oferecido pela Udesc, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Temos convicção de que Santa Catarina pode dar uma importante contribuição ao Brasil ao sediar uma refinaria da Petrobras.

Já temos feito isso por diversas vezes. Já levamos – com o apoio de todo o Fórum Parlamentar Catarinense, dos três Senadores, dos 16 Deputados Federais – um trabalho extraordinário da nossa Udesc, a universidade estadual catarinense, de técnicos ligados à Petrobras, da Federação das Indústrias de Santa Catarina, do apoio do governo como um todo, à Presidente da Petrobras. Já levamos ao Ministro de Minas e Energia. Pela logística, pelos cinco portos que Santa Catarina detém, pelo que oferece de mão de obra qualificada de engenharia do petróleo, é algo que pode ajudar o Brasil. Se a Petrobras não tem o suficiente para investir nisso, buscamos gente que investe nisso.

No mundo, despertará interesses, eis que, na Bacia de Santa Catarina, inicia-se o pré-sal, que vai de Campos até o Espírito Santo. Então, é um grande futuro, é a grande ajuda, para ajudarmos no equilíbrio da refinaria, naquilo de que o Brasil precisa, para não estar importando e a balança comercial ficar comprometida.

Isto é o fundamental: estamos importando refino, gasolina, óleo diesel, e a extração bruta nós temos. Então, é uma possibilidade que nós temos a oferecer, porque eu já disse várias vezes: refinarias do Paraná, de Araucária, ou aquela nossa do Rio Grande do Sul, ali em Pelotas, elas, de certo modo, precisam ser adaptadas às novas metodologias, porque elas foram feitas, à época, para o refino do petróleo, do óleo bruto que vinha dos países árabes, que é diferente do nosso. Estão sendo adaptadas, eu sei, mas nós temos que montar outras, e Santa Catarina tem condições de oferecer uma moderna, não precisa ser grande, mas vai ajudar, e muito, o equilíbrio do Brasil, sem dúvida alguma.

Por outro lado, se faz necessário diversificar, inclusive, a nossa matriz energética. No setor elétrico, somos totalmente dependentes das usinas de fonte hídrica ou térmica. As termoeletricas são acionadas sempre que o setor hidroelétrico – responsável por 63% da energia gerada no País – ameaça não dar conta da demanda de consumo. Segundo especialistas, a curto prazo, nenhuma outra fonte de energia renovável será capaz de suprir as atuais necessidades do sistema, mas, para os próximos anos, é preciso investir em alternativas.

Obviamente, não podemos desprezar o imenso potencial hidrelétrico brasileiro, contudo suscetível às variações climáticas. Infelizmente, ao longo dos anos, demos as costas à nossa capacidade, ainda maior, de operação de energia eólica.

Então, além das nossas hidroelétricas, das PCHs... E o Sul do Brasil oferece muitas condições de quedas d'água, para se firmarem PCHs, pequenas hidroelétricas, para ajudar a geração de energia.

E, no campo da energia eólica, é fundamental nos prepararmos – não só no da eólica, mas também no da energia solar. Sobre essa diversificação – a energia solar, a eólica, a biomassa – trago aqui um estudo, mas, tendo em vista meu tempo estar se esgotando, gostaria de apelar à nobre Presidente, que neste instante é a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, para que dê por recebido meu pronunciamento.

Em síntese, é a estruturação do campo energético brasileiro, que precisamos diversificar. Vemos nossos potenciais. No campo da produção de petróleo colocamos a costa catarinense, pela logística, pela mão de obra, pela universidade e engenheiros do petróleo, que detemos, e há a questão do pré-sal, que se inicia por lá e vai até o Espírito Santo. Pensamos também alguma coisa que venha a gerar... Uma refinaria caberia bem. Devagar, mas isso vai ajudar o Brasil no seu futuro.

Eram as minhas considerações.

Pediria, mais uma vez, que desse por recebido este meu pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CASILDO MALDANER

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, inegavelmente, vivemos um momento de grave crise no setor energético brasileiro. Além de inspirar cuidados, o momento exige muita responsabilidade e planejamento, nesse segmento tão estratégico para o desenvolvimento do país,

Com a escassez hídrica dos últimos meses, foi preciso acionar as termelétricas, que produzem energia a um custo mais elevado. Obrigadas a comprar no mercado livre, as companhias viram suas despesas crescerem, sem poder repassar a conta aos consumidores. Estima-se que o rombo no setor elétrico seja de aproximadamente R\$ 12 bilhões de reais, exigindo auxílio do Tesouro.

Ora, ainda que a intenção do governo seja válida, de reduzir os custos com eletricidade – como anunciado efusivamente pela presidente Dilma Rousseff, o caminho tomado acaba, de uma forma ou de outra, chegando ao consumidor. Seja pela via dos gastos públicos no subsídio às companhias ou, em um segundo momento, através do inevitável aumento das tarifas.

O setor energético exige, acima de tudo, planejamento de longo prazo e investimento em infraestrutura, capaz de garantir segurança para o crescimento econômico que o país anseia.

Com os combustíveis, a situação não foi diferente, e a da Petrobras é emblemática. A manutenção artificial dos preços no mercado nacional, em comparação aos praticados internacionalmente, impingiu fortes perdas à companhia. Como resultado, arrefeceu o ritmo de investimentos em novas refinarias e até na extração de petróleo.

Com isso, passamos a conviver com uma situação esdrúxula. Apesar de termos atingido a autossuficiência na extração, não temos capacidade de refino suficiente para atender a demanda nacional – que só faz

crescer. Dessa forma, vimos a chamada conta-petróleo derrubar nossa balança comercial, com a importação massiva de derivados, como gasolina e óleo diesel.

Trata-se de um círculo vicioso, que provoca sérios danos futuros. Sem investimento, nossa dependência externa segue elevada, crescendo exponencialmente os custos de importação.

Ao fim, vemos hoje a companhia que sempre foi orgulho nacional, por sua elevada capacidade técnica e reconhecimento de mercado, perigosamente combatida. Suas ações negociadas na Bolsa de Valores sofreram brutal desvalorização, o plano de investimentos do quadriênio foi sensivelmente reduzido e o futuro fica marcado pela incerteza, condição extremamente desfavorável ao ambiente de negócios.

Se faz necessário apostar no investimento, com planejamento sério e de longo prazo, que solidifiquem o futuro do setor energético brasileiro. A continuidade e ampliação do investimento em novas refinarias é fundamental.

Temos defendido, nos últimos anos, a instalação de uma refinaria em Santa Catarina. O Estado tem localização estratégica, fogo no início da bacia do Pré-Sal Além disso, dispõe de boa infraestrutura logística, com oferta de rodovias e portos, permitem escoar a produção para todo país. Por fim, pode oferecer mão de obra qualificada: dispomos de um curso de Engenharia do Petróleo, oferecido pela UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Temos convicção que Santa Catarina pode dar uma importante contribuição ao Brasil ao sediar uma refinaria da Petrobras.

Por outro lado, se faz necessário diversificar nossa matriz energética. No setor elétrico, somos totalmente dependentes das usinas de fonte hídrica ou térmica. As termoeletricas são acionadas sempre que o setor hidroelétrico – responsável por 63% da energia gerada no país – ameaça não dar conta da demanda de consumo. Segundo especialistas, a curto prazo, nenhuma outra fonte de energia renovável será capaz de suprir as atuais necessidades do sistema, mas, para os próximos anos, é preciso investir em alternativas.

Obviamente, não podemos desprezar o imenso potencial hidrelétrico brasileiro, contudo suscetível às variações climáticas, infelizmente, ao longo dos anos, demos as costas à nossa capacidade, ainda maior, de geração de energia eólica.

De acordo com os últimos leilões promovidos pelo governo, o preço da energia eólica tem sido equivalente à hidroelétrica. Já a térmica e a solar são três vezes mais caras. A atual capacidade instalada de energia eólica, no entanto, não é suficiente para atender às necessidades do sistema.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica, 48 parques que correspondem a 1,2 gigawatts de capacidade instalada estão ainda sem linha de transmissão. A entidade espera que até o final de março 26 dessas usinas entrem em funcionamento. Hoje são 148 usinas instaladas no Brasil, com capacidade de gerar 3,6 gigawatts.

Para o coordenador do Laboratório de Energia Solar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Arno Krenzinger, se o Brasil tivesse investido 30 anos atrás para termos um parque de usinas em funcionamento, o país não seria tão suscetível ao problema de falta de chuva. Segundo o pesquisador, o potencial hídrico do Brasil é suficiente para abastecer o país inteiro, mas o potencial eólico é muito superior ao que é necessário.

Até mesmo a energia solar teria seus custos reduzidos com a elevação da demanda e investimentos contínuos.

Se as carências do setor energético brasileiro não podem ser debitadas na conta desse ou daquele governo, as mudanças necessárias ao seu futuro são responsabilidade que não pode ser deixada em segundo plano. No momento de incertezas e dúvidas, mais do nunca, é preciso atuar com responsabilidade, com planejamento de longo prazo e visão de Estado.

São nossas reflexões, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Eu gostaria, se permite, de assinalar a presença aqui, a visita ao Senado Federal, neste instante, do Sr. Miguel Yoshio Kamiunten e da Srª Celma Regina Hellebust, que são do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, um conselho de representantes que foi instituído pelo Presidente Lula. Há aproximadamente 2,5 milhões – alguns falam em 3 milhões – de brasileiros residindo no exterior, e eles estão nos entregando o resultado de uma planilha de mais de 179 sugestões que eles gostariam que o Congresso Nacional pudesse dar à situação dos brasileiros residentes no exterior.

V. Exª sabe que, acho que o Senador Cristovam Buarque inclusive tem uma proposta para que os residentes no exterior venham a eleger seus representantes e isso está, de alguma forma, relacionado.

Eu gostaria, em atenção a eles, de requerer que seja transcrito esse documento, para melhor conhecimento e exame de todos nós Senadores e da população, Srª Presidenta.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Documento do Conselho dos Representantes dos Brasileiros no Exterior.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS BRASILEIROS NO EXTERIOR (CRBE)

ESTRUTURA E LISTA DOS CARGOS VOTADOS POR OCASIÃO DA IV CBM

(A INDICAÇÃO DOS PORTA-VOZES ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO POR PARTE DE SEUS RESPECTIVOS CONSELHOS)

COORDENAÇÃO-GERAL

CONSELHO DE CIDADÃOS DE BEIRUTE

Porta-voz - Rosalie Maurice Abou Assi (rraffoul@inco.com.lb)

SECRETARIADO

CONSELHO DE CIDADÃOS DE TÓQUIO

Porta-voz - Miguel Yoshio Kamiunten (plojapao@ucb.br)

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

CONSELHO DE CIDADÃOS DOS PAÍSES BAIXOS

Porta-voz - Marcos Elisio Rocha Viana (m.rochaviana1@chello.nl)

COORDENAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS**MESA 1 (PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUESTÕES DE GÊNERO/SEXUALIDADE, SAÚDE)**

CONSELHO DE CIDADANIA DE BARCELONA

Porta-voz - Maria Badet Souza (maria.badet@gmail.com)

MESA 2 (TRABALHO, EMPREENDEDORISMO, REMESSAS, RETORNO)

CONSELHO DE CIDADÃOS DE OSLO E CONSELHO DE CIDADÃOS DE TORONTO

Porta-vozes - Celma Regina Hellebust (celma.hellebust@advokatbrasil.no) e Suely Aparecida da Anunciação (anunciac@hotmail.com)

MESA 3 (SERVIÇOS CONSULARES)

CONSELHO DE CIDADÃOS DE MILÃO E CONSELHO DE CIDADÃOS DE SÃO FRANCISCO

Porta-vozes: Ivo Pasa (ivo.pasa@sacrocuore.it) e Valéria Sasser (v_diniz@hotmail.com)

MESA 4 (CULTURA)

CONSELHO DE CIDADÃOS DE BERLIM E CONSELHO DE CIDADÃOS DE MENDOZA

Porta-vozes – Vanessa Domingues (van.domingues@yahoo.com.br) e Mário André da Silva Vargas (dede.vargas@hotmail.com)

MESA 5 (EDUCAÇÃO)

CONSELHO DE CIDADÃOS DA BAVIERA E BADEN-WÜRTTEMBERG E CONSELHO DE CIDADÃOS DE WASHINGTON

Porta-vozes – Andrea Menescal Heath (a_menescal@hotmail.com) e Ana Lúcia Lico (analulico@gmail.com)

MESA 6 (ASSOCIATIVISMO)

CONSELHO DE CIDADÃOS DE LISBOA

Porta-voz – Carlos Vianna (viannapereirach@gmail.com)

COORDENAÇÕES REGIONAIS

AMÉRICA DO NORTE – CONSELHO DE CIDADÃOS DE MIAMI

Porta-voz – Silair de Almeida (silair@msn.com)

AMÉRICA DO SUL – CONSELHO DE CIDADÃOS DE SANTA CRUZ

Porta-voz – Samara Coco do Amaral (samaracoco@bolivia.com)

EUROPA – CONSELHO DE CIDADÃOS DE BRUXELAS E CONSELHO DE CIDADANIA DE BARCELONA

Porta-vozes – Ticiane Noronha (tnoronha@brasilus.be) e Maria Badet Souza (maria.badet@gmail.com)

ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO – CONSELHO DE CIDADÃOS DE MAPUTO

Porta-voz – Rosemeire Cerqueira dos Santos (brasileirosemmocambique@gmail.com)

ÁSIA CENTRAL E DO LESTE – CONSELHO DE CIDADÃOS DE NAGÓIA

Porta-voz – Carlos Shinoda (cshinoda_cbjs@yahoo.com.br)

OCEANIA – CONSELHO DE CIDADÃOS DE SYDNEY

Porta-voz – Milena Medeiros (milla@justmarketing.com.au)

**IV CONFERÊNCIA BRASILEIROS NO MUNDO
PLANO DE AÇÃO 2014****I – PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS,
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE, SAÚDE****I.a PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Ampliação permanente do rol de países com os quais o Brasil mantém acordo em matéria de previdência social – identificação permanente de países onde há concentração de brasileiros e inexistem acordos em vigor, para fins de proposta de negociação de novos acordos ou retomada de negociações paralisadas (MPS, MRE, CRBE).

**

2. Ampliação da divulgação dos acordos de previdência e dos benefícios do sistema previdenciário brasileiro – Realizar campanhas e missões informativas e de divulgação sobre os acordos já vigentes e os benefícios que podem ser acessados por brasileiros no exterior (MPS, MRE, CRBE)

**

3. Ampliação da divulgação dos acordos de previdência e dos benefícios do sistema previdenciário brasileiro – Publicação e distribuição de cartilhas, em linguagem simples e acessível, sobre o funcionamento dos acordos internacionais e da possibilidade de inscrição como segurado facultativo (MPS, MRE, CRBE)

**

4. Ampliação da divulgação dos acordos de previdência e dos benefícios do sistema previdenciário brasileiro – Promoção, quando necessário, de videoconferências entre o INSS e as comunidades brasileiras no exterior para esclarecimento de dúvidas frequentes sobre temas previdenciários (MPS/INSS, MRE, CRBE).

**

5. Aplicação do princípio de isonomia aos brasileiros no exterior para o pagamento de benefícios previdenciários – Alteração do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, referente à cobrança, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de alíquota de 25% sobre pagamentos de aposentadorias e pensões realizadas em favor de brasileiros residentes no exterior (Casa Civil/PR, MPS/INSS, SRF, MRE)

**

6. Aplicação do princípio de isonomia aos brasileiros no exterior para o pagamento de benefícios previdenciários – Reembolso dos valores cobrados indevidamente desde maio de 2013 decorrentes da alíquota mencionada acima (MPS/INSS, SRF).

**

7. Facilitação da contribuição para o sistema previdenciário brasileiro – Permitir a inscrição no sistema previdenciário brasileiro a partir do exterior, possivelmente por meio da rede consular brasileira (MPS/INSS)

**

8. Facilitação da contribuição para o sistema previdenciário brasileiro – Permitir o pagamento das contribuições a partir do exterior por meio de convênio com instituições financeiras brasileiras (MPS/INSS, Banco Central, BB, CAIXA)

**

9. Facilitação da contribuição para o sistema previdenciário brasileiro – Facilitar o pagamento, no exterior, de contribuições relativas a anos passados, de acordo com a lei que dispõe sobre o assunto (contribuição retroativa) (MPS/INSS, MFaz)

**

10. Monitoramento do funcionamento dos acordos internacionais de previdência social – acompanhamento, junto aos países com que o Brasil possui acordos em vigor, do cumprimento das disposições constantes nos textos dos acordos previdenciários (MPS, MRE, CRBE)

**

Ib. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

11. Ampliação da rede de assistência social a brasileiros no exterior – Ampliação permanente da rede de profissionais de assistência social e psicológica gratuita nos postos consulares em jurisdições onde haja presença de comunidade brasileira significativa e manifestação de demanda (MRE)

**

12. Ampliação da rede de assistência social a brasileiros no exterior – Apoio a projetos específicos de promoção do acolhimento e refúgio a brasileiros em situação de vulnerabilidade (MRE)

**

13. Combate ao tráfico de pessoas e apoio a suas vítimas – Inclusão do tema da prevenção e combate ao tráfico de pessoas nas agendas de discussão entre o Brasil e governos estrangeiros (MRE, MJ, SDH, SPM)

**

14. Combate ao tráfico de pessoas e apoio a suas vítimas – Realização de campanha, em veículos de comunicação no Brasil, de esclarecimento e prevenção ao tráfico internacional de pessoas no Brasil (MJ, SPM e SDH)

**

15. Combate ao tráfico de pessoas e apoio a suas vítimas – Capacitação permanente dos agentes consulares brasileiros para identificar e orientar vítimas de tráfico de pessoas (MRE).

**

16. Defesa dos direitos dos menores brasileiros no exterior – Realização, quando necessário, de gestões junto a governos estrangeiros contra a discriminação de genitores brasileiros junto a cortes e tribunais responsáveis pela concessão de autorização de viagens e guarda de menores (ACAF/SDH, MRE)

**

17. Defesa dos direitos dos menores brasileiros no exterior – Avaliação da possibilidade de adesão do Brasil à Convenção da Haia de 1996 relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e Medidas de Proteção das Crianças (SDH, AGU, SPM, MRE)

**

18. Defesa dos direitos dos menores brasileiros no exterior – Monitoramento, quando possível, da situação de crianças brasileiras adotadas por estrangeiros e levadas ao exterior (SDH)

**

19. Defesa dos direitos dos menores brasileiros no exterior – Criação de uma unidade específica, junto a órgãos competentes no Brasil, que trabalhe em defesa dos direitos e pais e mães brasileiros que perderam a guarda de seus filhos junto a Conselhos Tutelares estrangeiros (SDH)

**

20. Defesa dos direitos dos menores brasileiros no exterior – Estabelecimento de parceria com governos estrangeiros específicos para troca de informações sobre redes de exploração sexual de menores atuantes no Brasil e seu monitoramento (DPF, SDH, MRE).

**

Ic. QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

21. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Realização de campanhas, inclusive por meio da publicação de cartilhas, de combate à violência de gênero contra mulheres brasileiras no exterior (SPM, MRE, CRBE)

**

22. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Capacitação dos atendentes da rede consular para identificar e orientar vítimas brasileiras de violência de gênero (MRE)

**

23. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Ampliação do rol de países onde é disponibilizado o serviço “Ligue 180 Internacional” (MRE, SPM)

**

24. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Divulgação mais ampla do “Ligue 180 Internacional” junto à comunidade brasileira nos países onde se encontra já disponível (MRE, SPM)

**

25. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Expansão permanente da cooperação entre o “Ligue 180 Internacional” e os serviços sociais dos países de residência dos brasileiros onde o serviço está disponível (SPM, MRE)

**

26. Combate à violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior – Avaliar a possibilidade de criação, no âmbito do projeto “Ligue 180 Internacional” de um portal na rede mundial com informações úteis e formulário de correio eletrônico seguro para recebimento de denúncias de violência doméstica contra brasileiros no exterior (SPM)

**

27. Promoção da imagem da mulher brasileira no exterior – Realização de campanha, em países específicos, de valorização e defesa da mulher brasileira no exterior (MRE, CRBE)

**

28. Promoção da imagem da mulher brasileira no exterior – Possibilitar a participação de associações brasileiras de defesa aos direitos das mulheres no exterior na Conferência Nacional da Mulher (SPM).

**

29. Defesa da população LGBT no exterior – Realizar campanha de esclarecimento sobre combate à violência e exploração junto às populações LGBT no exterior, em especial aos profissionais do sexo (SDH, MRE, CRBE).

**

30. Questões de gênero – geral – Realizar Conferência sobre a Mulher Brasileira Imigrante, reunindo lideranças no exterior que estejam trabalhando na temática e autoridades brasileiras competentes (MRE, SPM, SDH)

**

Id. SAÚDE

31. Ampliar a assistência na área de saúde aos brasileiros no exterior – Examinar a possibilidade de negociação de acordos bilaterais para prestação de auxílio médico e hospitalar a brasileiros no exterior, que não envolvam reembolsos pelo Governo brasileiro (MS)

**

32. Ampliar a assistência na área de saúde aos brasileiros no exterior – Apoiar a realização de feiras de saúde no exterior (MS, MRE, CRBE)

**

33. Ampliar a assistência na área de saúde aos brasileiros no exterior – Disponibilizar material informativo de orientação e prevenção produzido pelo Ministério da Saúde brasileiro às comunidades brasileiras no exterior, em países onde haja manifestação de demanda (MS, MRE)

**

34. Ampliar a assistência na área de saúde aos brasileiros no exterior – Possibilitar a inscrição de nacionais brasileiros no Sistema Único de Saúde a partir dos postos da rede consular brasileira em países fronteiriços (MS)

**

35. Ampliar a assistência na área de saúde aos brasileiros no exterior – Garantir verbas na área de saúde a municípios brasileiros localizados em região de fronteira, para habilitá-los a atender brasileiros residentes nos países vizinhos (MS).

**

36. Promoção da atuação de profissionais de saúde brasileiros no exterior – Mapear a diáspora profissional brasileira na área de saúde (MRE, CRBE)

**

37. Promoção da atuação de profissionais de saúde brasileiros no exterior – Realizar gestões junto a governos estrangeiros para reconhecimento de profissionais de saúde brasileiros e estímulo à sua atuação junto às comunidades brasileiras no exterior (MRE).

**

II – TRABALHO, REMESSAS, INVESTIMENTOS, EMPREENDEDORISMO, RETORNO

Ila. TRABALHO

38. Criação de programa de qualificação profissional e empreendedorismo similar ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (MTE, MEC)

**

39. Implantação de projetos de Espaço do Trabalhador Brasileiro em países de grande diáspora brasileira onde haja uma clara demanda (MTE, MRE)

**

40. Criação de site no qual conste cadastro de empresas brasileiras que atuam no exterior, para fins de consulta e envio de currículos por parte de brasileiros residindo no exterior, visando à oferta de empregos temporários e de estágios, aproveitando domínio do idioma português (MTE, MIDIC)

**

41. Apoio ao retorno de garimpeiros ao Brasil, com ênfase em reintegração dentro das mineradoras brasileiras em capacitação laboral diversa (MTE)

**

42. Criação de banco de profissionais de diversos órgãos junto às Câmaras de Comércio de países com grande diáspora brasileira (CRBE)

**

43. Celebração de acordos com países a serem identificados para facilitar intercâmbio de profissionais brasileiros entre países estrangeiros e o Brasil (CRBE, MTE, MRE)

**

44. Gestões junto a governos estrangeiros em países a serem identificados para que haja aceitação de diplomas de cursos técnicos brasileiras, para fins laborais no exterior (CRBE, MRE)

**

45. Gestões junto a sindicatos patronais e de empregados que oferecem capacitação e treinamento trabalhador brasileiro no exterior, em países a serem identificados (CRBE, MRE, MTE)

**

46. Estabelecimento de vínculos das autoridades brasileiras com autoridades estrangeiras locais a serem identificadas, com vistas a fornecer para os brasileiros no exterior informações normativas de cunho laboral (CRBE, MTE, MRE)

**

IIb. REMESSAS FINANCEIRAS E SERVIÇOS BANCÁRIOS

47. Concessão de créditos à diáspora, com possibilidade de abertura de conta com endereço no exterior (CEF, BB)

**

48. Esclarecimento de regras de crédito imobiliário para emigrantes (CEF)

**

49. Reconhecimento, pelos bancos no Brasil, da validade de documento consularizado no exterior (BB, CEF)

**

50. Taxa zero para o pagamento de emolumentos consulares em caixas eletrônicos do Banco do Brasil nos consulados brasileiros no exterior (BB)

**

51. Continuação da prestação do serviço de *money transfer* nos EUA (BB)

**

52. Aceitação do Passaporte como documento de identidade no Brasil para fins de movimentações bancárias (BB, CEF)

**

53. Expansão da rede bancária brasileira no exterior (CEF, BB)

**

54. Expansão do rol de países onde está disponível serviço de Vale Postal Internacional (ECT)

**

55. Extensão do serviço de saque de FGTS para países onde há efetiva demanda por parte das comunidades brasileiras (MRE, CEF)

**

56. Divulgação de lista de empresas de remessas e indicação explícita das tarifas cobradas, de modo a se divulgarem as modalidades mais econômicas (BB, CEF, MRE)

**

57. Divulgação das taxas e serviços dos Correios no exterior (ECT)

**

58. Autorização para que o pagamento de contribuições previdenciárias brasileiras possa ser feito através de bancos parceiros no exterior (CEF, BB)

**

IIc. EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

59. Internacionalização do Sistema "S" em países a serem identificados (SENAC, SENAI, SESC, SEBRAE)

**

60. Educação financeira por meio de cursos de educação à distância em países a serem identificados (CEF, SEBRAE, OIM, MRE)

**

61. Continuação do Projeto Andorinhas nos EUA e divulgação de resultados (Governo de Goiás, SEBRAE, MRE)

62. Criação de linhas de créditos e de financiamento para pequenos e médios empresários no exterior (BNDES e BB)

**

IId. RETORNO

63. Atualização permanente do Guia do Retorno, inclusive com menção a novos acordos que beneficiem a diáspora (MRE)

**

Ile. COMÉRCIO

64. Maior sinergia entre os SECOMs das Embaixadas e os Conselhos locais de Cidadãos/Cidadania (CRBE, MRE)

**

IIf. REMESSAS DE MERCADORIAS

65. Aperfeiçoamento dos procedimentos de envio de encomendas, de modo a assegurar envio tempestivo do Brasil para o exterior e vice-versa (ECT)

**

III – ASSUNTOS CONSULARES E QUESTÕES JURÍDICAS

66. Estudar a viabilidade de implementação de novos métodos de pagamento dos emolumentos consulares (MRE/COF, MPOG)

**

67. Ampliar a rede de cônsules-honorários, bem como o escopo de suas atribuições (MRE)

**

68. Divulgar informações acerca das funções e prerrogativas dos cônsules-honorários (MRE)

**

69. Efetuar planejamento detalhado de consulados itinerantes, bem como estabelecer critérios de relevância e prioridade (MRE)

**

70. Solicitar ao TSE a abertura de novos postos de votação (TSE, MRE)

**

71. Oferecer treinamento específico aos servidores do MRE designados para atuação em funções consulares no tocante ao atendimento a comunidades brasileiras (MRE)

**

72. Reforçar a divulgação de informações sobre o Núcleo de Atendimento a Brasileiros (NAB) junto às comunidades (MRE/CRBE)

**

73. Padronização mínima das páginas consulares quanto à clareza de linguagem, bem como à disponibilização de informações de interesse da comunidade (MRE)

**

74. Elaboração de projeto de emissão de documento padronizado de matrícula consular (MRE)

**

75. Estabelecer diálogo governamental para extensão da validade dos passaportes comuns brasileiros (MRE, Polícia Federal, Casa da Moeda)

**

76. Estudar a implementação de métodos de certificação digital em documentos consulares (MRE, ICP-Brasil)

**

77. Preparar os postos consulares para o atendimento à demanda de celebração de divórcios consensuais (MRE)

**

78. Estabelecer diálogo com o Judiciário para avaliar possibilidades de facilitação dos trâmites de homologação de sentenças de divórcio proferidas em países estrangeiros (MRE, STJ, CNJ)

**

79. Negociar a adesão do Brasil à Convenção de Haia, de 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila), a fim de facilitar o reconhecimento, no exterior, de atos notariais lavrados no Brasil, bem como o reconhecimento de documentos estrangeiros no território nacional (MRE, CNJ)

**

80. Aceitação do passaporte brasileiro comum como documento de identificação válido e suficiente perante os cartórios e repartições públicas (MJ, CNJ)

**

81. Estabelecer negociação, para reconhecimento recíproco da carteira de habilitação, sobretudo em países onde haja significativo contingente de residentes brasileiros (MRE)

**

82. Criar canais que facilitem a interlocução e o fluxo de informações entre as comunidades no exterior e as instituições públicas brasileiras (MRE).

**

IV – CULTURA

83. Ampliar acesso à Lei Rouanet para brasileiros residentes no exterior, bem como possibilitar inscrição no exterior sem CNPJ (MinC)

**

84. Criação/disponibilização de editais de programas específicos para apoio aos produtores culturais e artistas e entidades/projetos culturais residentes/sediados no exterior (MinC)

**

85. Envio de livros (literatura e infanto-juvenis) para os Conselhos de Cidadãos/Cidadania e para demais membros e entidades da comunidade brasileira no exterior que demonstrem interesse pelo tema (MinC/MRE)

**

86. Envio, ao exterior, de profissionais para promover, junto às lideranças brasileiras, capacitação em temas de difusão cultural (MinC)

**

87. Abertura de novos Centros Culturais Brasileiros no exterior (MRE)

**

88. Criação de videoteca do imigrante, com vídeos produzidos por imigrantes contando suas experiências, perfis de pessoas, eventos e afins (MRE/CRBE/MinC)

**

89. Apoio ao “Brasil Cultural Itinerante” – caminhão que levaria música, dança, cinema e pequenos workshops para regiões distantes, no exterior (MinC/MRE/CRBE)

**

90. Apoio permanente a projetos já consolidados (MRE/MinC/CRBE)

**

91. Comprometimento do MRE com projetos já aprovados nos programas culturais para garantir sua realização (MRE)

**

92. Expandir o edital dos Pontos de Memória (IBRAM) e dos Pontos de Cultura no exterior, assim como sua divulgação (IBRAM/MinC/CRBE)

**

93. Criação de programas de incentivo à capoeira, maracatu e outras manifestações culturais, no exterior (MinC/MRE)

**

94. Apoio à realização de eventos, no exterior, que reflitam a tradição e a cultura brasileiras (tais como Festas Juninas e Carnaval) (MinC/MRE/CRBE)

**

95. Incentivo a empresas para que apóiem projetos e eventos culturais brasileiros no exterior (MinC/CRBE)

**

96. Assessoria e orientação a projetos culturais já existentes (MinC)

**

97. Ampliação do uso das mídias sociais para divulgação de projetos e eventos culturais brasileiros no exterior, a fim de gerar maior integração e engajamento da comunidade brasileira jovem (MRE/CRBE)

**

98. Ampliação do alcance dos programas de intercâmbio e difusão cultural (MinC)

**

99. Ampliação de parceria/interlocução com a Fundação Itaú Cultural para recebimento de material de oficinas de contadores de histórias, artes cênicas, teatro de bonecos, musicais, etc. (MRE/CRBE)

**

100. Criação de biblioteca e espaços multimídia nas representações diplomáticas/consulares que disponham de espaço físico adequado (MRE)

**

101. Envio de material radiofônico, ao exterior, por meio de parcerias com fundações brasileiras, no exterior (MinC)

**

102. Disponibilização de exemplares de publicações expostas em feiras internacionais do livro, para entidades brasileiras no exterior que lidem com ensino de Português como língua de herança (FBN)

**

103. Ampliação do apoio a eventos culturais brasileiros no exterior (MRE/MinC)

**

104. Ampliação do alcance de programas de envio de artistas brasileiros, individualmente ou em grupo, ao exterior (MinC)

**

105. Estímulo a iniciativas que visem a integrar a comunidade brasileira no exterior à sociedade local e a aumentar a autoestima da diáspora (MRE/CRBE).

**

106. Estímulo à exibição de programas de TVs públicas brasileiras, especialmente, em salas de espera de repartições consulares (MRE/CRBE)

**

107. Realização de campanhas que valorizem a imagem da diáspora brasileira (CRBE)

**

108. Definição de funcionário responsável por assuntos da comunidade brasileira nas repartições diplomáticas no exterior (MRE)

**

109. Divulgação de critérios de seleção de projetos pelo Departamento Cultural (MRE)

**

110. Orientação das repartições diplomáticas para a elaboração de projetos a serem submetidos no âmbito de programas de trabalho do DC (MRE)

**

111. Esclarecimento e, na medida do possível, facilitação das regras de contabilidade para pagamentos no exterior, pelo governo brasileiro (MRE)

**

112. Disponibilização de lista de filmes cujos direitos autorais permitam divulgação irrestrita (MinC)

**

113. Mapeamento de artistas, produtores e gestores culturais brasileiros no exterior (MinC/MRE/CRBE)

**

114. Apoio a obras literárias de autoria de brasileiros no exterior (MRE/MinC/FBN)

**

115. Maior interlocução entre Centros Culturais e a comunidade (MRE/CRBE)

**

116. Contratação de artistas da diáspora para eventos no exterior (MinC/MRE).

**

V – EDUCAÇÃO

V.a ENSINO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

117. Garantia da presença do Ministério da Educação (MEC) nas próximas Conferências “Brasileiros no Mundo” (MEC, MRE)

**

118. Incentivar interlocução do MEC com representantes do CRBE, para tratar de políticas públicas para a educação no exterior (MEC, MRE);

**

119. Apoio do governo brasileiro, na medida das possibilidades, e da forma que se mostrar viável, a projetos de ensino da língua portuguesa na rede pública de outros países e universidades estrangeiras, capacitando professores locais, de modo a também aprofundar a integração bilateral (MEC, MRE)

**

120. Incentivo ao ensino da língua portuguesa em sua vertente brasileira, promovendo congressos para profissionais da área de educação, desmistificando a ideia de legitimidade de uma única variante da língua portuguesa (MEC, MRE)

**

121. Valorização e apoio para capacitação de educadores e professores de português como língua de herança no exterior, com continuação dos cursos realizados pelo Departamento Cultural do MRE (MRE, MEC)

**

122. Manutenção dos projetos atuais do programa do Departamento Cultural do MRE no exterior para reforço dos vínculos linguísticos e culturais com o Brasil por parte das comunidades brasileiras no exterior (MRE)

**

123. Promoção de intercâmbio acadêmico e promoção da língua portuguesa como língua global (MEC, CAPES, CNPq)

**

124. Incentivo aos Centros Culturais Brasileiros para certificarem professores de língua portuguesa (MRE)

**

125. Criação de banco de dados de instituições de ensino básico e superior que trabalham com português no exterior (MRE);

**

126. Estímulo às empresas brasileiras com atuação no exterior para financiamento de projetos de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, como parte de suas atividades de responsabilidade social (MRE, MinC)

**

127. Fomento ao contato, ao intercâmbio e à troca de experiências entre as iniciativas que promovem o português como língua de herança no mundo (MEC, MRE)

**

128. Criação de cursos de português à distância (item “f” do ponto 4 – Promoção da educação à distância) (MEC).

**

V.b AÇÕES EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS NO EXTERIOR

129. Manutenção e reforço do apoio governamental brasileiro para ensino de língua portuguesa para crianças e jovens (MRE, MEC)

**

130. Realização de prova de proficiência para brasileiros menores retornados do exterior e reinserção escolar (MEC)

**

131. Apoio do governo brasileiro à regularização de escolas brasileiras e bilíngues junto a governos estrangeiros (MRE)

**

132. Designação de servidor no MEC com atribuições específicas para tratar das políticas de educação para brasileiros no exterior (MEC)

**

133. Apoio à criação de programas de educação bilíngue em outros países (MRE)

**

134. Gestões junto a governos estrangeiros determinados para que o ensino básico seja obrigatório também para imigrantes (MRE, CRBE)

**

135. Estímulo à troca de informações entre o Governo, as escolas brasileiras no exterior, as repartições consulares e os Conselhos de Cidadãos/Cidadania locais para melhor avaliação da realidade educacional das comunidades emigradas (MRE, MEC, CRBE)

**

136. Aplicação de exame de avaliação de conhecimentos no exterior, aproveitando experiência do ENCEJA (INEP)

**

137. Agilização dos processos de legalização dos documentos das escolas brasileiras no exterior (MEC)

**

138. Maior divulgação de Portaria do MEC que prevê mecanismo de homologação de cursos técnicos realizados no exterior (MEC, MRE)

**

139. Solicitação de urgência na homologação do parecer 6/2013, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 14/03/2013, que define normas para declaração de validação nos documentos escolares emitidos por escolas de educação básica que atendam a cidadãos brasileiros residentes no exterior (MEC)

**

Vc. ENSINO SUPERIOR

140. Estabelecimento de critérios objetivos e comuns para validação de diplomas de ensino superior no Brasil, sem interferir na autonomia universitária, no intuito de aperfeiçoar o processo de revalidação, hoje antiquado, longo e custoso (MEC)

**

141. Solicitação de gestões para adequação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para modificar o processo de revalidação de títulos pelas universidades públicas

**

142. Verificar junto ao INEP a possibilidade de aplicação do exame REVALIDA com maior frequência, isto é, no mínimo, duas vezes ao ano, e de adequação do exame para avaliação de médicos de clínica geral, evitando questões referentes às áreas de especialidade (INEP)

**

143. Apoio e orientação do governo brasileiro para criação nos Conselhos de estruturas de suporte psicossocial (MRE)

**

144. Avaliação da possibilidade de inclusão de brasileiros residentes no exterior no programa "Ciências sem Fronteiras" (CAPES, CNPq)

**

145. Criação de programa similar ao "Ciências sem Fronteiras", com a concessão de bolsas, que incentive pesquisadores e professores brasileiros que moram no exterior a regressarem ao Brasil (CAPES, CNPq)

**

146. Continuidade e expansão da política do Departamento Cultural do MRE de elaboração de cartilha para estudantes brasileiros (especialmente para bolsistas do programa "Ciências sem Fronteiras") que vão realizar parte de sua formação no exterior (MRE);

**

147. Exame da possibilidade de lançamento de programa nos moldes dos programas PEC-G e PEC-PG direcionado aos brasileiros no exterior, alterando-se o critério de nacionalidade para o critério de residência (MEC, CAPES, CNPq)

**

148. Negociação de acordos com governos estrangeiros para aumento do limite de horas de trabalho permitidas para estudantes brasileiros em intercâmbio (MRE)

**

149. Criação de rede internacional de articulação e apoio ao estudante, dividida por áreas temáticas (MRE)

**

150. Criação de Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior para os brasileiros no exterior

**

151. Implantação de polos presenciais de cursos técnicos do Sistema S no estrangeiro (SEBRAE, SENAI e SENAC).

**

V.d PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD)

152. Divulgação de instituições brasileiras especializadas na área de ensino à distância em nível superior junto às comunidades brasileiras no exterior (MRE)

**

153. Incentivo a parcerias com MEC (Universidade Aberta), Fundação Roberto Marinho e CEF para oferecer cursos à distância para brasileiros no exterior (MEC, CEF)

**

154. Estímulo às parcerias entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras para educação de brasileiros no exterior, incluindo a pós-graduação (MEC, CAPES, CNPq)

**

155. Incentivo à formação técnica e universitária, com a criação de cursos à distância para brasileiros residentes no exterior, com parcerias entre as instituições do Sistema "S" e Universidades e Escolas estrangeiras (MEC, SEBRAE, SENAC e SENAI)

**

156. Criação de cursos de português à distância (MEC).

**

V.e AÇÕES EDUCACIONAIS EM PROL DE BRASILEIROS ADULTOS NO EXTERIOR

157. Estímulo à criação de cursos preparatórios para o ENCCEJA, inclusive em cidades onde o exame não é aplicado, e capacitação de professores, também pela modalidade à distância, para preparação de candidatos para o exame (CRBE, MRE, MEC, INEP)

**

158. Ampliação gradual do número de cidades onde o ENCCEJA é aplicado, com planejamento e sem cancelamentos (INEP)

**

159. Apoio para criação de curso preparatório para o ENCCEJA em parceria com a Fundação Roberto Marinho – Telecurso 2000 (INEP, MRE)

**

160. Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras na preparação para o ENCCEJA (INEP)

**

161. Criação de grupo de trabalho para padronizar o ENCCEJA, desde a preparação dos candidatos até a aplicação do exame (INEP)

**

162. Realização de cursos técnicos para reinserção no mercado de trabalho brasileiro (SEBRAE, SENAI e SENAC)

**

163. Apoio dos postos no exterior para identificar espaços disponíveis para realização de cursos preparatórios para o ENCCEJA no exterior (MRE)

**

165. Incentivo à participação dos membros e profissionais capacitados da comunidade brasileira no exterior a prestar exames de proficiência das línguas estrangeiras em seus países de residência (CRBE)

**

166. Criação de programa de alfabetização para adultos brasileiros no exterior (MEC).

**

167. Identificação, em cidades estrangeiras, de escolas de línguas e incentivo para que ofereçam também o ensino do português, conforme a existência de demanda (CRBE, MRE).

**

V.f ESTÍMULO AO ENSINO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

168. Ampliação do rol de cidades onde é aplicado o Celpe-Bras no exterior (INEP, MRE)

**

169. Valorização de parcerias com a comunidade brasileira no exterior na divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira para estrangeiros (MRE, MEC, MinC).

**

V.g DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO A BRASILEIROS NO EXTERIOR

170. Envio de material didático e paradidático a instituições de ensino de português como língua de herança no exterior (MEC, FNDE, MinC)

**

171. Distribuição de material para capacitação de professores para o ENCCEJA, bem como de material para preparação dos candidatos (MEC, INEP)

**

172. Disponibilização de currículos e materiais de referência de cursos de português contidos no Portal do MEC (MEC).

**

VI – ASSOCIATIVISMO E POLÍTICAS PARA AS COMUNIDADES

173. Incentivo a campanhas permanentes de matrícula consular com a emissão de carteira consular, a exemplo do que já ocorre em alguns estados dos Estados Unidos, nos quais a referida carteira é aceita como documento de identificação pelas autoridades locais (MRE, CRBE).

**

174. MRE deve comunicar aos Postos o teor dos trabalhos desenvolvidos pelos representantes dos Conselhos de Cidadãos/Cidadania durante a IV Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior. Deve-se enviar informativo de imprensa com base nas Atas e Planos de Ação (MRE).

**

175. MRE deve instruir os diplomatas designados para chefia de Repartições Consulares a reunir-se com as comunidades brasileiras locais tão logo chegados ao posto (MRE).

**

176. Reconhecimento, pelas Repartições Consulares, de associações que cumpram com os requisitos legais e preceitos éticos no serviço à comunidade brasileira (MRE).

**

177. Realização de uma reunião dos membros do CRBE com as Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado, com vistas à discussão do Estatuto do Emigrante e outros temas importantes para a comunidade brasileira no exterior (CRBE).

**

178. Incluir, no treinamento das lideranças comunitárias, cursos de gestão de conflitos (MRE, CRBE).

**

179. Incentivar a reativação de Conselhos que deixaram de atuar (MRE, CRBE).

**

180. Realizar reunião dos Conselhos de Cidadãos/Cidadania em dia e horário adequados à realidade profissional e disponibilidade dos conselheiros. Caso as reuniões impliquem custo de aluguel de sala ou de deslocamento dos conselheiros, deverão ser solicitados recursos específicos ao MRE. (MRE, CRBE)

**

181. Os exemplos de modelos bem sucedidos de Conselhos e atividades em benefício das comunidades devem ser publicados no Portal “Brasileiros no Mundo”. (MRE)

**

182. Não deverá ser imposta padronização aos Conselhos de Cidadãos/Cidadania no que se refere à sua forma de organização. Recomenda-se, porém, que o formato de Conselhos de Cidadania eleitos diretamente pela comunidade seja um objetivo a alcançar, a fim de dar maior visibilidade e legitimidade aos representantes dos brasileiros nas diversas jurisdições consulares. (MRE, CRBE)

**

183. Apoio financeiro do Estado brasileiro, mediante regras transparentes, a projetos concretos de apoio social ou de divulgação cultural, desenvolvidos por associações e outras entidades civis sem fins lucrativos ligadas às comunidades brasileiras no exterior sem vínculos com o Estado brasileiro, reconhecidas nos países de acolhimento. Nesse sentido, propõe-se regulamentar este apoio. (CRBE)

**

184. Desenvolver estratégias de informação aos brasileiros sobre direitos e deveres no país de residência. (MRE, CRBE)

**

185. A fim de incentivar o voluntariado, propõe-se a emissão, pelo Consulado, de um certificado de trabalho voluntário prestado em colaboração com a repartição consular. (MRE)

**

186. Disponibilização pelo MRE, no Portal “Brasileiros no Mundo”, de instruções acerca dos procedimentos para constituição de Conselho de Cidadãos/Cidadania. (MRE)

**

187. Em parceria com os Consulados, os Conselhos podem solicitar a criação de um setor de comunidades brasileiras dentro da repartição consular para ajudar na interação com a comunidade. Para tal função, deveria ser designado um funcionário com experiência em atendimento ao público e, portanto, sensível às necessidades da comunidade. (MRE)

**

188. Deve-se seguir divulgando amplamente e incentivando a utilização da Ouvidoria Consular do MRE (ouvidoria.consular@itamaraty.gov.br). (MRE, CRBE)

**

189. É importante que o MRE garanta que as instruções aos Postos cheguem aos Conselhos com a maior celeridade e transparência possíveis. (MRE)

**

DEMANDAS ESPECÍFICAS POR PAÍS/CIDADE/CONSELHO

PREVIDÊNCIA SOCIAL

a. Proposta de negociação de novos acordos de previdência social – Austrália, Eslovênia

*

b. Retomada de negociações / gestões pela assinatura dos acordos – EUA, Noruega, Moçambique

*

c. Realização de missão do MPS sobre os acordos já vigentes - Japão, Suíça, Áustria

*

d. Videoconferências com o INSS - Berlim

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

e. Contratação de profissional de assistência social e psicológica – Los Angeles, Assunção, Toronto, Munique, Paris

*

f. Apoio a projetos específicos de promoção do acolhimento e refúgio a brasileiros em situação de vulnerabilidade – Victoria, Reino Unido

*

QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

g. Inclusão no rol de países onde é disponibilizado o serviço “Ligue 180 Internacional” – Líbano, EUA, Paraguai, Reino Unido, Canadá, Argentina, Alemanha, Austrália, França, Países Baixos

*

h. Realização de campanha de valorização e defesa da mulher brasileira no exterior - Los Angeles, Reino Unido, Porto, Berlim/Hamburgo, Áustria

*

i. Participação de associações brasileiras de defesa aos direitos das mulheres no exterior na Conferência Nacional da Mulher - Reino Unido

*

j. Realizar campanha de esclarecimento sobre combate à violência e exploração junto às populações LGBT no exterior, em especial aos profissionais do sexo - Paris

*

SAÚDE

k. Acordos bilaterais para prestação de auxílio médico e hospitalar a brasileiros no exterior – Alemanha, Espanha, França, Portugal

*

l. Apoiar a realização de feiras de saúde no exterior – Los Angeles

*

m. Disponibilizar material informativo de orientação e prevenção produzido pelo Ministério da Saúde brasileiro às comunidades brasileiras no exterior – Bruxelas

*

n. Possibilitar a inscrição de nacionais brasileiros no Sistema Único de Saúde a partir dos postos da rede consular brasileira em países fronteiriços - Assunção

*

o. Garantir verbas na área de saúde a municípios brasileiros localizados em região de fronteira, para habilitá-los a atender brasileiros residentes nos países vizinhos - Paraguai

*

p. Realizar gestões junto a governos estrangeiros para reconhecimento de profissionais de saúde brasileiros e estímulo à sua atuação junto às comunidades brasileiras no Japão.

TRABALHO

q. Japão: Continuidade do Espaço do Trabalhador Brasileiro no Japão (MTE, MRE)

*

r. Japão/São Paulo: Continuação do Projeto Dekasségui Empreendedor (SEBRAE)

*

s. Paraguai/Paraná: Fortalecimento da Casa do Imigrante em Foz do Iguaçu (MTE)

*

EDUCAÇÃO

t. Aplicação do ENCCEJA nas cidades de Atlanta, Chicago, Londres, Madri, Miami, Países Baixos, Paramaribo, Paris, Porto.

*

u. Aplicação do Celpe-Bras nas cidades de Atenas, Georgetown, Países Baixos, Viena.

*

v. Envio de recursos financeiros e de material didático e paradidático para Baviera e Baden-Württemberg, Berlim, Boston, Colonia, Dubai, Liubliana, Londres, Miami, Paramaribo, Toronto, Victoria.

*

x. Criação de Cartilha para estudantes brasileiros em intercâmbio – Brisbane.

*

y. Criação de Centros Culturais Brasileiros (CEBs/Centros de Ensino) - Beirute, Dubai, Hamamatsu, Nagóia, Tóquio, Zurique.

*

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Passo a palavra, agora, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, que preside esta sessão.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje, eu quero repetir aqui, Senadora Gleisi, um apelo que tenho feito em relação ao andamento de um projeto de resolução que apresentei a esta Casa.

Nesses dias, nós temos visto, mais do que nunca, a impossibilidade de funcionarem adequadamente as comissões deste Parlamento, desta Casa. Por quê? Porque somos 81, e, na mesma hora, no mesmo dia, às vezes, funcionam quatro ou cinco comissões em que você é, no mínimo, titular em três e suplente em três. Então, fica uma correria. Eu diria que fica uma espécie de situação em que o Senador tem de selecionar qual a comissão que é importante, ou porque ele é autor de um projeto, ou porque ele é Relator, ou porque a matéria é de relevante interesse. Isso impossibilita que, de fato, as comissões tenham um ordenamento adequado e os processos sejam bem apreciados e tenham mais celeridade.

Hoje eu fiz um apelo, na Comissão de Constituição e Justiça, ao Senador Vital do Rego, para que, realmente, nós possamos fazer andar esse projeto de resolução. O que esse projeto pede, Senadora Gleisi? Que uma semana seja dedicada às comissões. O Senado estará voltado para as comissões em reuniões de manhã, de tarde e até de noite, se for preciso. A outra semana será só para sessão deliberativa do Senado. Às segundas e sextas, fica como é, não deliberativa, podendo também tanto o Plenário fazer sessão extraordinária quanto as comissões também. Naquilo que for extraordinário mesmo e urgente, tanto o Plenário estará livre para fazer uma convocação extraordinária como o inverso.

Ao longo desse tempo como Parlamentar, duas vezes Deputado, duas vezes Senador, o que eu tenho visto? Que o grande obstáculo aqui no Senado – na Câmara é pior ainda – é que não se consegue fazer com os projetos sejam apreciados num tempo pelo menos uniforme. Como eu disse, há uma seleção desse ou daquele projeto que é mais importante, como ocorreu agora com o projeto que regulamenta a criação, a fusão e o desmembramento de Municípios, que passou 12 anos entre Senado, Câmara e Senado. Há projetos com mais tempo até. Mas isto é inadmissível: um Deputado apresentar um projeto, ficar lá por três mandatos – 12 anos –, e o projeto de seu interesse não ser votado.

O Congresso já regulamentou muitas coisas nesse período. Realmente, regulamentou a questão das medidas provisórias, acabou com o voto fechado na apreciação de vetos, acabou com o voto fechado na cassação de mandatos, o que eu acho que foi um grande avanço, porque cassação de mandato é uma questão ética e moral que interessa ao eleitor. A votação do veto é outra questão ética e moral que interessa também ao eleitor, porque um Parlamentar, na sessão de aprovação do projeto – suponhamos que fosse um projeto de interesse dos Estados, referente a isso ou aquilo –, votava a favor para ficar bem na foto com os eleitores do Estado, mas, na hora do veto, como o voto era secreto, ele votava diferentemente e não era identificado. Agora, não. Ele pode até mudar de ideia; é um direito. Aliás, a alma da democracia é justamente a capacidade de ouvir, de rever os seus problemas e as suas ideias e acomodar um pensamento que seja conjunto.

Então, acho que, com essa medida, nós, no Senado, vamos ter muito mais produtividade do que temos hoje. Não tenho dúvida nenhuma. Aliás, quase todos os presidentes de comissões com quem tenho conversado e ex-presidentes concordam comigo. Realmente, é sumamente impossível haver um trabalho rápido e bom das comissões nesse modelo que está aqui. Toda semana é isto: as comissões se concentram entre terça e quinta-feira, e todo mundo fica numa correria naquele corredor, de um lado para outro. Então, é preciso que nós mudemos isso. É muito urgente que se mude.

Espero que, agora, com o apelo que fiz ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto de resolução...

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – ... possa ser rapidamente enviado a plenário para discussão e votação, porque entendo que nós não podemos mais parar nesse trabalho de aperfeiçoamento do processo legislativo e da nossa democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradecemos, Senador Mozarildo. Peço que V. Exª reassuma a Presidência da Casa.

A Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Gleisi Hoffmann, por permuta com o Senador Jorge Viana.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, população que nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado, nos visitantes que estão aqui na galeria, o que me traz, hoje, à tribuna é novamente um assunto que reputo da mais alta seriedade e de interesse da população brasileira, qual seja, o fornecimento de energia elétrica, o Sistema Elétrico Brasileiro.

Ontem, tivemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Esteve presente o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, que fez lá uma exposição muito detalhada sobre o sistema elétrico brasileiro, sobre a situação das nossas chuvas, dos reservatórios, da capacidade das nossas usinas em termos de geração e também das nossas linhas de transmissão da energia. Usou lá um jargão do sistema, quando se está acompanhando uma situação mais crítica de seca em relação ao sistema elétrico: “sinal amarelo”. Bastou usar este jargão para todos os jornais trazerem hoje que o Governo estava reavaliando a situação do setor elétrico e também do fornecimento de energia e já colocava isso como um sinal amarelo.

Ora, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, “sinal amarelo” é um jargão utilizado no setor elétrico há muito tempo e sempre utilizado quando temos um nível baixo de água nos nossos reservatórios, como é o caso agora. E, aliás, é considerado, quando se usa esse jargão, um baixo risco de racionamento.

Então, quero lamentar exatamente a interpretação que se teve dessa colocação do Secretário-Executivo, Sr. Márcio Zimmermann, que fez uma excelente exposição à Câmara dos Deputados, e lamentar que se faça dessa colocação mais uma ação para trazer medo à população. Não procede que vamos ter racionamento de energia, ter encarecimento de energia, ter problema de fornecimento de energia. Isso não procede.

O nosso sistema está sendo monitorado passo a passo, está sendo cuidado. Os nossos órgãos estão acompanhando atentamente a situação, acompanhando a seca. Já vimos que começa a chover, os reservatórios começam a recuperar, ainda que lentamente, sua capacidade. Mas estamos acompanhando e também tomando as medidas que são necessárias, para que não falte luz à população, para que não precisemos fazer nenhum tipo de racionamento e, também, para que a população não tenha impacto de valor ou majoração da sua conta de luz.

Desde 1930, o Estado brasileiro faz a medição da vazão dos rios brasileiros. Em 81 anos, em apenas um destes 81 anos, no ano de 1971, tivemos uma situação crítica, aliás, parecida com a situação que estamos vivendo agora. Por que estou dizendo isso? Porque nem a situação de 2001, 2002, quando tivemos o racionamento de energia, quando a população brasileira teve que abrir mão de utilizar a energia elétrica por determinados períodos, nem nesse momento tivemos uma situação crítica como a que tivemos em 1971 e como estamos tendo agora.

Por que agora é diferente? Porque, agora, temos o sistema equilibrado estruturalmente. Já falei isso desta tribuna, o Secretário Márcio Zimmermann reafirmou: temos um sistema equilibrado estruturalmente, fizemos investimentos. Hoje, temos geração de energia e infraestrutura para transmissão de energia, o que é diferente de 2001 e 2002. Aliás, naquela época, se tivéssemos a estrutura que temos hoje, teríamos tido sobra de energia e não racionamento. O setor elétrico fez questão de rodar com um modelo novo as condições hídricas que tínhamos naquela época. E qual é o resultado? O resultado é este: sobra de energia.

Portanto, o que temos hoje? Apesar de ser uma das situações mais críticas dos últimos 40 anos, estamos preparados estruturalmente para esta situação. Colocamos, no setor elétrico brasileiro, mais da metade do que existia, quer dizer, o dobro do que existia de megawatts disponíveis para a geração de energia. Tínhamos 80 mil, hoje, estamos com 126 mil. Tínhamos cerca de 73 mil km de linhas de transmissão, hoje, temos 116 mil. É um sistema interligado de tal modo que, hoje, se temos geração no Sul, chegará ao Sudeste, chegará ao Nordeste, o que não acontecia em 2001.

Só posso creditar a esse tipo de informação, a esse tipo de análise que vemos pela imprensa e também feitas por alguns Líderes da oposição, a uma tentativa de semear medo e descrédito na população. Aliás, tentativa semelhante à que vimos em relação à economia.

Algumas semanas atrás, tínhamos um tom de catástrofe no nosso País de que a economia brasileira estava quebrada, de que o Brasil não receberia investimentos, que não tínhamos os pressupostos da macroeconomia equilibrados. Aconteceu, Sr. Presidente, que, dez dias após a todas essas avaliações catastrofistas, tivemos a divulgação do nosso Produto Interno Bruto crescendo muito mais do que a expectativa de mercado: 2,3. Tivemos um crescimento da nossa indústria de 2,9; tivemos uma das menores taxas de desemprego – aliás, o mês de fevereiro, agora, fechou como o segundo melhor mês da série histórica da geração positiva de empregos; tivemos a nossa renda do povo trabalhador, da população trabalhadora deste País protegida; e tivemos mais entrada de dólares do que saída.

Os senhores podem ver que não temos mais a intensidade de críticas que tínhamos a respeito da economia: tudo estava mal, tudo iria quebrar, tudo estava mal administrado, o Governo não conseguia dar conta da sua economia. Acabou, por quê? Porque mostrou resultado e era o que havíamos falado sempre: estamos, sim, cuidando dos pressupostos, do equilíbrio fiscal; estamos cuidando para que a inflação não saia da meta; temos uma política adequada de câmbio. Mas, mesmo assim, insistiam.

Então, o que está acontecendo hoje com a energia do nosso País, com a avaliação do setor elétrico brasileiro é exatamente isto: uma aposta de que vamos ter racionamento e uma aposta de que vamos ter um aumento considerável da tarifa de luz. Não é verdade, isto não procede. Retomamos o planejamento do setor elétrico brasileiro, criamos uma empresa para isso. Hoje, o sistema é confiável, temos geração e transmissão. Essa tentativa de colocar o medo não pode prosperar.

Quero falar sobre a questão do preço da energia, que muito tem sido discutido e tem-se dito que o Governo, a Presidenta, causou um rombo no sistema elétrico brasileiro, que estamos fazendo uma administração desastrosa, que isso é muito ruim para o sistema. Primeiro que não é verdade. Reestruturamos o sistema e, hoje, temos energia e transmissão. Segundo, temos condição de enfrentar essa seca, porque colocamos na nossa

matriz energética, além da geração hídrica de energia, as termoeletricas, exatamente para fazer frente num momento como este. Quando temos um baixo nível dos rios e dos reservatórios em que a geração hídrica fica mais cara, utilizamos a energia de termoeletricas.

Essa energia não caiu do céu, não está aí por acaso e não está sendo utilizada agora. Ela foi contratada, Sr. Presidente, as distribuidoras já pagam essa energia. Ocorre que elas pagam, quando não precisam utilizar, apenas o valor de investimento das termoeletricas. Quando nós precisamos utilizar essa energia, despachar essa energia, nós pagamos a sua operação, que é uma operação mais cara, mas assim foi concebido o modelo, exatamente para que tivesse segurança, para que não faltasse luz no País.

O que o Governo está fazendo, Sr. Presidente? Não está deixando que esse valor mais caro da energia termoeletrica impacte a tarifa da população, porque isso tem que ir para a tarifa, é um custo que tem que ir para a tarifa. Então, o que o Governo está fazendo? Está adiantando um dinheiro através de um empréstimo e colocando dinheiro do recurso do Tesouro para ajudar as distribuidoras na compra dessa tarifa mais cara, para que elas não precisem repassar ao consumidor.

Ano que vem, Sr. Presidente, nós vamos ter uma entrada substantiva de energia mais barata no nosso sistema. Qual é essa energia mais barata? É aquela energia da Copel, da Cesp, da Cemig, que não foi negociada na extensão dos contratos, no ano passado e no ano retrasado. Essa energia é de uma concessão que acaba. Essas empresas vão ser obrigadas a devolver ao Governo Federal a sua geração de energia para que o Governo Federal possa licitar. E nós vamos licitar com o preço apenas da operação e manutenção, porque hoje a energia dessas três empresas – repito: Copel, no Paraná; Cemig, em Minas Gerais; e Cesp, em São Paulo – está sendo vendida muito mais cara do que foi vendida a energia daquelas empresas...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Governo/PT – PR) – ... que aceitaram antecipar a prorrogação dos seus contratos. Infelizmente, a população está pagando essa conta, mas, em 2015, deixará de pagar.

Nós teremos cerca de 5 mil megawatts que entrarão no mercado com um preço muito mais barato. O preço de hoje é R\$150,00 o megawatt, e entrará a um preço médio de R\$30,00 o megawatt. Então, imagine a redução que nós teremos.

O que vai acontecer em 2015? Vai compensar. Aquilo que as distribuidoras terão que repassar para o consumidor – teriam que repassar agora –, em 2015, vai ser compensado com essa energia mais barata.

Então eu queria alertar, porque infelizmente se faz muita especulação a esse respeito, coloca-se muito medo para o consumidor de energia e uma avaliação muito crítica sobre a situação estrutural do sistema que não é verdadeira

A MP nº 579, que antecipou a prorrogação...

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, muito obrigada.

A MP nº 579, que antecipou a prorrogação dos contratos, foi um benefício enorme para a população brasileira, porque significou a redução da conta de luz. Quem está me ouvindo sabe disso, porque recebeu conta de luz mais barata. Significou isso. Se nós não tivéssemos feito antecipação dos contratos da concessão e renegociado, hoje nós estaríamos com energia cara e tendo de despachar as térmicas. Seria uma situação muito mais difícil.

Eu lamento muito que as três empresas dos três Estados governados pelo PSDB não tenham feito essa opção e estejam vendendo hoje energia mais cara para o consumidor brasileiro. Estão vendendo energia mais cara para o consumidor brasileiro Copel, Cemig e Cesp. Aliás, não são só 150 reais o megawatt/h. Há empresas que estão comercializando energia no mercado de curto prazo e estão vendendo a R\$800,00 o megawatt. Imaginem o impacto disso para as distribuidoras. Por isso é que o Governo tem que ajudar! Porque, se as distribuidoras tivessem de arcar com isso, passariam para o consumidor.

O Governo não pode permitir que o consumidor de energia, de um bem essencial à vida, nossa produção, pague um preço exorbitante, porque há mais interesse no mercado, no negócio e na articulação política desses Estados do que, necessariamente, no interesse do consumidor de energia e daquele que é usuário. Então, queria lamentar muitíssimo isso.

Hoje, nós temos empresas como, por exemplo, as que eu falei – Copel, Cesp e Cemig –, que estão precificando, assim como as outras que já negociaram, a sua manutenção muito mais do que aquelas de energia nova. Por isso nós fizemos essa renegociação e antecipamos os contratos, prorrogando-os e negociando com as geradoras um volume menor para pagar a energia, porque os investimentos feitos por essas empresas, por essas geradoras antigas já foram pagos, não há por que constar em da tarifa. Quando se paga um investimento,

não há por que remunerá-lo. Nós temos, com essas geradoras mais antigas, que pagar apenas o que se chama de operação e manutenção (OIM). Por isso cai a tarifa.

Infelizmente, nos três Estados – São Paulo, Paraná e Santa Catarina – governados pelo PSDB, nós não tivemos esse entendimento, e eles continuam cobrando da população brasileira um investimento que já foi pago. Estão querendo que a população pague a conta duas vezes. Por isso há esse choro, por isso vêm dizer que está sendo desestruturado o setor elétrico. Na realidade, o que nós estamos querendo reorganizar é exatamente recompor o preço justo que o consumidor brasileiro tem que pagar pela conta de luz.

Queria deixar isso claro, Sr. Presidente, porque esse é um tema recorrente e me parece que é um tema que está como a economia: há uma aposta para que dê errado, mas a população sabe que não dará, sabe que o sistema está reestruturado. A Presidenta Dilma, como Ministra de Minas e Energia, foi firme e determinada em reestruturar esse sistema na época do Governo do Presidente Lula. Se hoje não falta energia, mesmo com uma das maiores secas em 40 anos, é porque nós temos segurança com esse sistema. Se temos condições de pagar um preço baixo pela energia é porque nós temos um sistema estruturado, mas, sobretudo, temos um Governo que, antes de olhar para o mercado, olha para a população brasileira, olha para o povo brasileiro, porque é ao povo que devemos responder.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço os minutos a mais que recebi de V. Ex^a, porque julgo muito importante fazer esses esclarecimentos, para que a população fique tranquila, fique calma, porque não haverá racionamento nem aumento nem impacto de aumento no custo da energia do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança da Minoria, à Senadora Lúcia Vânia.

Senadora Lúcia Vânia, já anunciei V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 21 de março é o Dia Internacional da Síndrome de Down. No Brasil o preconceito de ontem cedeu lugar a um novo consenso favorável à integração e ao respeito a esses cidadãos especiais.

No plano internacional, o orgulho de milhares de atletas paralímpicos, nas edições regulares dos jogos que os reúnem a cada quatro anos reitera a idéia de que para muito além das sensações efêmeras de vitória e de derrota, tão corriqueiras no âmbito esportivo, as competições podem apresentar não apenas um único vencedor no alto do pódio, mas todos os participantes como autênticos vencedores.

A Síndrome de Down figura entre as dificuldades que acometem o ser humano no plano estrito da existência corpórea. Juntamente com outros problemas orgânicos, tanto os geneticamente herdados, quantos os resultantes de infortúnios como amputações e paralisias decorrentes de acidentes de trânsito ou de trabalho, a Síndrome de Down necessita do empenho de toda a sociedade.

Não deve o problema de saúde, contudo, afligir os pais, familiares e amigos dos portadores de necessidades especiais a ponto de lhes roubar a alegria e o bem-estar. Em verdade, os percalços e as barreiras que a vida nos impõe é que são capazes de fortalecer nossa resistência, nossa vontade e nossa capacidade de mobilização em favor do que deve ser feito.

Por isso, ao falarmos dos brasileiros tão especiais, impõe-se a nós, também, falar de seus amáveis cuidadores; impõe-se a nós falar das mães, dos pais, das irmãs, dos irmãos zelosos. Ao falarmos dos portadores de necessidades especiais, devemos também render nossa homenagem a todos os profissionais de saúde que, dia após dia, se desdobram para oferecer aos que deles necessitam o conforto e o apoio que todos nós ambicionamos em nossa vida.

Cumprе mencionar que, aqui no Congresso Nacional, nós temos feito todo um trabalho no sentido de promover a integração dos deficientes à vida do nosso cotidiano.

Eu, como Parlamentar, consegui, aqui no Senado da República, aprovar um projeto de equoterapia, método terapêutico de eficácia reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina que auxilia os enfermos na reabilitação dos movimentos corporais e na sua reintegração social e psicológica à vida cotidiana.

O contato afetuoso com os animais de montaria facilita aos deficientes a descontração necessária para o aprendizado. Na equoterapia, os movimentos corporais do cavalo auxiliam aos que, em processo de recuperação de traumas neurológicos, precisam reaprender a andar.

É nosso dever, como Parlamentares, contribuir para o avanço possível, em nossa sociedade, que efetivamente auxilie o povo brasileiro a atingir o máximo de bem-estar social ao nosso alcance.

Por isso, no Dia Internacional da Síndrome de Down, devemos reiterar que os brasileiros especiais precisam, cada vez mais, do nosso apoio aqui nesta Casa, para que eles possam ter uma vida tranquila, para que eles possam ser inseridos na sociedade sem preconceitos e assumir com alegria a vida que todos desejamos seja a mais feliz e a mais tranquila para todos nós.

Portanto deixo aqui o meu abraço, o meu carinho e, acima de tudo, o meu compromisso de, como Parlamentar, trabalhar em favor dos deficientes, para que eles possam ter os seus direitos assegurados e ter, sem dúvida nenhuma, uma inserção tranquila na sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante ao Senador Eduardo Suplicy, por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Mozarildo Cavalcanti, nesta semana vai ocorrer algo muito especial, porque 33 anos após ter sido proibida de cantar, pelo então governo militar, na Pontifícia Universidade Católica, no tradicional TUCA, o Teatro da Pontifícia Universidade Católica, a cantora Joan Baez, uma das que mais se destacou nos anos 60, 70 e 80 na luta pela não violência, ela que foi colega, amiga de Martin Luther King Jr., com ele participou das marchas pelos direitos civis, pelos direitos iguais de votação, entusiasmada pela causa da luta pela não violência, ela que, durante a guerra do Vietnã, resolver ir a Hanói para ali presenciar o maior bombardeio já realizado pelo seu próprio país contra o Vietnã e gravou nada menos do que 15 horas de bombardeios, com as pessoas gritando e tudo, para depois levar essa gravação à Nova York e mostrar aos seus conterrâneos aquilo que estava ocorrendo, na sua infatigável luta pela paz... Ela que também esteve na Irlanda, propugnando a todos que usassem dos métodos da não violência, que seguissem os exemplos de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr.

Essa cantora que, em 1981, veio ao Brasil, mas também antes à Argentina, ao Uruguai e ao Chile, ao tempo em que esses quatro países viviam sob ditaduras militares, e que foi objeto de proibições, perseguições e até de dificuldades imensas, documentadas por um dos amigos dela que filmou toda essa viagem e que relata isso em importantes entrevistas.

E ela própria, na sua autobiografia, num livro publicado em 1987, *And a voice to sing with* (Uma voz para cantar), da Summit Books, Simon & Schuster, dá uma aula geral sobre tudo o que ocorreu na sua vida, e eu vou citar alguns trechos.

É muito importante que possamos aqui dar as boas-vindas a Joan Baez.

E, segundo a reportagem de Gustavo Brigatti, ainda ontem em Porto Alegre, a primeira cidade onde ela cantou, depois de “33 anos de espera para ver e ouvir uma das maiores musas da contracultura. Uma demora que, pela reação da audiência, valeu a pena. Demonstrando um domínio raro de público e repertório, Joan Baez finalmente estreou em solo brasileiro, na noite dessa quarta-feira, no Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre”.

Ela vai seguir para Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Ainda diz Brigatti:

Por aqui, Joan, 73 anos, encontrou um Araújo Vianna cheio – cerca de 2,8 mil pessoas saíram de casa para assistir a uma das figuras centrais da música folk voltada para o combate político e a denúncia social. E assistiram como se no palco se desenrolasse um culto, entremeando momentos de silêncio absoluto com explosões de catarse coletiva.

Os momentos de silêncio foram reservados às canções que eram pouco conhecidas da maior parte da audiência, como God is God, do seu disco mais recente, Day After Tomorrow (2008). Ou a doce Just the Way You Are, com Joan acompanhada apenas de piano e sua assistente fazendo segunda voz. Ou Flora, sucesso do cancionero de Peter, Paul and Mary. Nas vezes que explicou, com a ajuda de uma “colinha” em português o que uma determinada música queria dizer, também fez-se silêncio – até para, depois, rir com ela de sua inabilidade com o idioma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Suplicy, eu peço licença, sei que é uma indelicadeza interrompê-lo, mas estamos recebendo uma delegação de Senadores da Áustria. Temos a Embaixadora da Áustria aqui. Acabei de recebê-los em audiência na presidência. Era só para registrar a honra, a satisfação, de receber colegas Senadores da Áustria no plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, então, saudar também os Senadores e a Embaixadora da Áustria, país que conheço. Conheci Viena aos 21 anos, em 1962, mas lá voltei para participar de um dos congressos internacionais da Basic Income European Network, que depois se transformou em Basic Income Earth Network. Sei que na Áustria se debate intensamente a renda básica como um direito à cidadania para todos.

É interessante ver a evolução da Europa. A Suíça, por exemplo, resolveu fazer um referendo sobre se vão ou não pagá-la aos oito milhões de habitantes da Suíça. Nada menos do que 126 mil pessoas na Suíça entregaram, dia 4 de outubro último, um documento propondo ao Parlamento, e, quando mais de 100 mil pessoas o fazem, o Parlamento é obrigado a fazer o referendo no espaço de 4 anos. Isso vai acontecer na Suíça, com

grande repercussão em toda a União Europeia. Estive lá algumas vezes. A Áustria é um país de extraordinária beleza e seu povo merece todo o nosso carinho e atenção.

Mas eu aqui lhes digo quão importante é para nós, brasileiros, perceber que, naquela época dos 21 anos de regime militar, não tínhamos eleições diretas para a Presidência, para elegermos o prefeito das capitais, das estâncias climáticas, não havia liberdade efetiva de imprensa. Tantos shows e peças de teatro, como *Roda Viva*, de Chico Buarque, e peças do Arena, do Teatro Oficina, foram proibidos; shows, como o da própria Joan Baez, uma cantora que apenas se empenhava para que as transformações no mundo se dessem de maneira pacífica, também foram proibidos.

Eu quero aqui lembrar que, no dizer de Winston Churchill, “a democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas”.

Na democracia, embora se respeite a vontade da maioria, os direitos fundamentais dos indivíduos e das minorias têm que ser protegidos.

Os cidadãos numa democracia não têm apenas direitos, têm o dever de participar no sistema político, que, por seu lado, protege os seus direitos e as suas liberdades.

As sociedades democráticas estão empenhadas nos valores da tolerância, da cooperação e do compromisso. As democracias reconhecem que chegar a um consenso requer compromisso e que isto nem sempre é realizável. Nas palavras de Mahatma Gandhi, “a intolerância é em si uma forma de violência e um obstáculo ao desenvolvimento do verdadeiro espírito democrático”.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tenho lido notícias, pelas redes sociais e pela imprensa em geral, que alguns grupos planejam realizar uma marcha no próximo sábado, dia 22 de março, para enaltecer a intitulada “Marcha pela Família, com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo, em 19 de março de 1964, em resposta ao comício que teve lugar na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença do Sr. Presidente, o Dr. João Goulart, em 13 de março daquele ano.

Eu tinha 22 anos quando os militares deram o golpe de Estado, em 1964, e estabeleceram um regime de exceção no País, que não queremos mais que venha a acontecer. À época, eu era estudante e presidente do centro acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Mesmo tendo crescido no seio de uma família que defendia mudanças na linha do governo João Goulart,...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...já avaliava que as reformas estruturais de base propostas eram necessárias e, em função disso, fui crítico do golpe militar de 1964. Como presidente do centro acadêmico da FGV, promovi debates com os professores e estudantes.

E, após longa reflexão, fizemos uma votação em que a maioria dos estudantes, felizmente, votou para que houvesse o respeito à Constituição e não houvesse a derrubada do Presidente que substituiu Jânio Quadros após a renúncia e, portanto, havia sido eleito inclusive com mais votos do que o Presidente Jânio Quadros.

Sim, é verdade que meus familiares até participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pelo menos alguns deles, mas o movimento foi uma reação de parte do empresariado, parcela do clero conservador, entre outros grupos sociais, contra as reformas do então Presidente João Goulart, que acabou sendo deposto no dia 1º de abril daquele ano.

Mas meus pais sempre tiveram muito carinho e sempre respeitaram as minhas atividades e nunca me censuraram por isso. Eu não fui à Marcha porque percebi que era um movimento bastante conservador, e, pelo meu lado, não poderia defender qualquer estímulo ao golpe militar.

Estabelecidos no poder, os militares não realizaram, como até indicaram no início, um período curto de transição para a democracia.

Vinte e um anos se passaram e, nesse período de exceção, além da mácula da tortura, das prisões ilegais e do sofrimento imposto a várias famílias de brasileiros que defendiam o retorno imediato do regime democrático, o Brasil, como nação, e seu povo perderam muito de sua identidade, que, agora, tentamos a duras penas, com avanços e retrocessos, resgatar.

Somente para ilustrar as dificuldades que vivemos, posso citar o caso da bomba do Riocentro, que agora está sendo esclarecido pela Comissão Nacional da Verdade, e o da censura imposta a um *show* da cantora Joan Baez, em 23 de maio de 1981, um ícone da música internacional e uma incessante defensora dos direitos políticos e humanos dos povos. A impossibilidade de pensar, de dialogar com liberdade foi o bem maior que nos foi retirado pelo regime de exceção.

Hoje, passados quase 30 anos do fim desse regime, ainda continuamos na luta para resgatar o tempo perdido, para melhorar as instituições democráticas, principalmente a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, que restabeleceu os direitos e garantias individuais e inovou em diversos pontos, com o estabelecimento de direitos sociais, que procuram proteger as minorias e as classes...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...menos favorecidas de nosso País.

O Brasil tem evoluído no caminho de conscientização política de seu povo. Nesse processo, toma vulto o enorme esforço que temos feito no campo da educação e do ensino e na distribuição mais equitativa da renda.

Desde a campanha pelo *impeachment*, em 1992, não havia manifestações políticas de rua com tantas pessoas simultaneamente em várias cidades do País. É verdade que as atuais não se comparam em número com as havidas na campanha das Diretas Já, que ainda continuam sendo o maior movimento de massas da história do País.

Mas não podemos deixar de ter presente que é a democracia que garante a liberdade para as manifestações. Nessa linha, avalio que a proposta de reviver os argumentos que conduziram ao estabelecimento do golpe de 1964, mesmo sendo possíveis, porque vivemos num regime democrático, devem ser bem pensados, uma vez que não podem pender para, mesmo que descabida na atual cultura política de nossa gente, o cerceamento dos ganhos sociais obtidos com a retomada da normalidade democrática.

É preciso tolerância e respeito ao próximo, e essas devem ser as palavras de ordem quando se fala do direito de reunião e de manifestação. Todos têm o direito de se manifestar, de expor suas ideias publicamente, desde que as manifestações sejam realizadas de modo pacífico, sem qualquer tipo de violência, seja contra o patrimônio público ou privado, seja, principalmente, violência contra as pessoas.

Que bom que Joan Baez esteja no País nestes dias! Eu estarei lá no domingo, às 18 horas, em São Paulo, no Teatro Bradesco, para ouvir as suas belas canções e seus poemas, sobretudo por causa da sua fibra e vontade de prosseguir na batalha pela construção de um mundo justo, mas através de meios pacíficos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa, eu estou recebendo neste momento uma delegação do Parlamento da República da Áustria. Está aqui a Embaixadora da Áustria, Marianne Feldmann, e o Senador do Partido Verde Marco Schreuder. Eles vêm conversar conosco sobre a caminhada da Comissão de Direitos Humanos. E este Senador incorpora a isso, naturalmente, a luta contra todo tipo de preconceito – religioso, de orientação sexual, preconceito racial.

Hoje tivemos aqui uma bela sessão sobre a situação das pessoas com deficiência da questão da síndrome de Down e amanhã teremos uma grande sessão pelo Dia Internacional da Luta Contra os Preconceitos.

Está feito o registro, Sr. Presidente.

Obrigado. Vou recebê-los aqui na sala ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu tive a honra de receber a delegação também, como Presidente do Senado, e já fiz a devida saudação. O Senador Paulo Paim é um militante que nos representa a todos nas causas das minorias e nos direitos sociais. Bem-vindos!

Eu convido, para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Ana Amélia; em seguida, sou eu. Peço ao Senador Cristovam para assumir a Presidência, ou à Senadora Ana Amélia, quando concluir, para que eu possa me pronunciar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador Jorge Viana; caros colegas Senadores, queria renovar também a saudação feita pelo colega Paulo Paim à representação da Áustria, que muito honra esta Casa, especialmente, Senador Paim, por saber que, na Áustria – e o senhor está ao lado do representante do Partido Verde –, metade das representantes do partido no Parlamento são mulheres. E, no conjunto do Parlamento, do Senado da Áustria, 30%, um terço são mulheres.

Aí alguém falou: mas é bom que as mulheres falem mais e decidam mais. O percentual, às vezes, é relativo. Que diga a Presidente Dilma, que assina tudo e manda tudo no País! Apenas para fazer um pouco de humor

nesta tarde, saudando novamente a representação do Senado da Áustria, um país que todos nós apreciamos e admiramos, não só pela sua música, mas pela sua história.

Muito obrigada.

Caro Presidente Jorge Viana, eu queria saudar a Presidente – já que falei do poder dela de, com a caneta, sancionar –, porque ela sancionou, com veto, uma lei muito importante para o meu Estado, para a região da serra do Rio Grande do Sul e também para outras áreas do meu Estado que estão se notabilizando pela produção de vinho de qualidade.

Mas venho falar sobre o que a Presidente sancionou, que é a Lei nº 12.959, da qual fui Relatora nesta Casa, tipificando o vinho produzido por agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, mais conhecido como “vinho colonial”. Esse importante marco regulatório é fruto do trabalho dos Senadores e Deputados, a partir de Projeto de Lei da Câmara nº 110/2013, do qual fui Relatora na CRA, de autoria do nosso ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário e Deputado Pepe Vargas, do seu Partido.

Essa questão relacionada ao veto diz respeito à parte que trata da comercialização de vinho colonial por meio de nota de talão do produtor – é o que desejavam os produtores rurais. A avaliação do Ministério da Fazenda, entretanto, é que a determinação da comercialização de vinho colonial por meio de nota do talão de produtor rural poderia ser interpretada como desobrigação da emissão de nota fiscal. Por isso, o veto.

Dessa forma, certamente, na regulamentação da lei, a própria Receita Federal encontrará uma forma de ajustar as necessidades para favorecer a atividade, que tem mais de 100 anos em nosso Estado.

Então, fico muito grata e saúdo essa regulamentação do vinho colonial com a sanção, com vetos, pela Presidente Dilma Rousseff.

Eu quero falar também de outro tema, Senador Jorge Viana – farei rapidamente este registro.

Hoje nós tivemos uma sessão muito bonita, muito comovente, para celebrar o Dia Internacional da síndrome de Down. Tivemos um filme aqui que era todo vida, celebrando a vida, mostrando famílias que têm um filho ou uma filha portadora da síndrome de Down. Foi uma coisa muito bonita o envolvimento com essa questão por parte dos Senadores, do Senador Lindbergh Farias, do Deputado Romário e também do Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, eu queria cumprimentar a Casa pela realização dessa sessão e dizer que eu também venho abordar agora uma questão que diz respeito a prevenção.

Refiro-me à questão de facilitar a identificação antecipada de doenças graves e complexas no bebê, após seu nascimento, com o indispensável “teste do pezinho”. É preciso que os Estados concluam todas as etapas de implantação do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) do Ministério da Saúde, que foi criado em 2011.

Entre as unidades da Federação, Senador Jorge Viana, o Distrito Federal é atualmente o único capaz de identificar, com os modernos avanços tecnológicos, mais de 50 doenças em um recém-nascido no ato da triagem neonatal. Aqui no Distrito Federal, portanto, temos esse processo modelo, que deveria ser implantado em todo o Brasil.

Ajudei a intermediar, inclusive, a implantação da terceira fase do programa de Governo PNTN no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que detém o maior centro de referência em pesquisas genéticas e doenças raras da América Latina.

De acordo com o Coordenador Estadual da Triagem Neonatal da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, Luis Alberto Piccoli, os bebês gaúchos, com a implantação da terceira fase do programa de saúde, passaram a ter a chance de terem identificadas mais uma doença fatal por meio dos testes em recém-nascidos: a fibrose cística, conhecida também como “mucoviscidose”, que são cistos no interior do pâncreas que causam graves problemas respiratórios e digestivos e podem matar crianças e bebês. Essa doença, infelizmente, tem sido recorrente no Rio Grande do Sul.

A quarta fase de implantação do programa, entretanto, ainda enfrenta problemas. Embora a meta do Ministério da Saúde seja triar todos os bebês brasileiros para seis doenças até 2014, muitos Estados, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste, têm apresentado grandes dificuldades em avançar no programa. Lamentavelmente, o acesso dos bebês ao diagnóstico precoce é bastante desigual nas diferentes regiões do País.

Em muitos Estados, a modernização dos testes neonatais ou teste do pezinho, que são parte obrigatória do programa federal de saúde, tem sido feita por meio de ações legislativas estaduais. Por isso, na próxima terça-feira (25), o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Gilmar Sossella (PDT), vai se reunir com o especialista em triagem neonatal Scott Palubiak. Esperamos que essas iniciativas ajudem a reduzir a mortalidade por doenças que podem ser identificadas no nascimento do bebê. Quanto mais cedo esse diagnóstico for feito e quanto mais abrangente for a identificação de doenças genéticas, maiores as chances de tratamento e de sobrevida.

É preciso lembrar que o teste do pezinho, diagnóstico realizado entre o terceiro e o sétimo dia de vida dos recém-nascidos, é fundamental para antecipar o tratamento de diversas enfermidades transmitidas de pais para filhos, as chamadas doenças hereditárias. A maioria dessas doenças, muitas delas graves e degenerativas, precisam ser diagnosticadas e tratadas precocemente. Caso contrário, as sequelas motoras e os danos cerebrais são irreversíveis, podendo levar à morte.

De acordo com a Dr^a Magda Carneiro Sampaio, da Universidade de São Paulo, os problemas neonatais e as anomalias genéticas e malformações congênitas representam as duas causas mais comuns de mortalidade infantil no Estado de São Paulo. De todas as mortes em menores de um ano registradas naquele Estado, 57%, em média, têm sido causadas por doenças que poderiam ser identificadas nas primeiras semanas de vida.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Desde 1992, quando o teste do pezinho passou a ser obrigatório no Brasil, apenas duas doenças podiam ser identificadas: a “fenilcetonúria”, problema digestivo no fígado que gera substância venenosa causadora de danos cerebrais, e o “hipotireoidismo congênito”, problema na produção de hormônios que dificulta o crescimento. Até o final de 2014, é preciso que todos os Estados consigam – e é um apelo que a gente faz desta tribuna –, no mínimo, detectar seis diferentes tipos de doença nos primeiros anos de vida dos bebês. É o que prega, inclusive, a política do Ministério da Saúde em relação ao teste do pezinho, o teste neonatal.

Portanto, fica meu apelo para que as autoridades públicas de saúde agilizem, nas instâncias federais, estaduais e municipais, os processos para permitir que mais bebês brasileiros tenham a expectativa de vida alongada com diagnósticos antecipados e precisos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Cumpro o papel, dirigindo a Mesa dos trabalhos, de abrir a Ordem do Dia com o informe de que a Presidência recebeu informações de Líderes de que não há acordo para deliberação hoje. Assim, vamos transferir todas as matérias para serem apreciadas na próxima terça-feira.

Dessa maneira, peço a compreensão de todos e encerro a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2013-COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 223, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2013-Complementar, do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (assegura o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo fiscal)*.

Parecer sob o nº 1.356, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.

(Dependendo de parecer da CCJ sobre as emendas de Plenário)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais*.

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da*

Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*

Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob nºs 1.176 e 1.177, de 2013, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin; e Diretora, Relatora: Senadora Angela Portela.

7

REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

8

REQUERIMENTO Nº 1275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

9

REQUERIMENTO Nº 1276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

10**REQUERIMENTO Nº 1277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

11**REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

12**REQUERIMENTO Nº 1332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

13**REQUERIMENTO Nº 1337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

14**REQUERIMENTO Nº 1338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

15**REQUERIMENTO Nº 1344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

16**REQUERIMENTO Nº 1378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

17**REQUERIMENTO Nº 1394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

18**REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

19**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

20**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que *solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

21**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

22**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

23**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

24**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

25**REQUERIMENTO Nº 225, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 225, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria, *solicitando urgência, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (cria cargos no STJ).*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2014** (nº 2.201/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *institui gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 6, DE 2014

(nº 2.201/2011, na Casa de origem,
de Iniciativa do Ministério Público da União)

Institui a gratificação por exercício cumulativo de cargos dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a gratificação por exercício cumulativo de cargos no âmbito do Ministério Público da União.

Art. 2º A gratificação será devida aos membros do Ministério Público da União que forem designados em substituição, na forma do regulamento, desde que a designação importe acumulação de cargos por período superior a 3 (três) dias úteis.

§ 1º O disposto no caput aplica-se também às hipóteses de acumulação decorrentes de vacância de cargos.

§ 2º A percepção da gratificação referida no art. 1º dar-se-á sem prejuízo das outras vantagens cabíveis previstas em lei.

§ 3º As designações previstas no caput deverão recair em membro específico, vedados o pagamento em caso de designação simultânea e o rateio da gratificação.

§ 4º Em situações excepcionais, o Procurador-Geral do respectivo ramo do Ministério Público da União poderá, justificadamente, determinar a redistribuição dos feitos

vinculados ao ofício, cujo titular estiver afastado, para 2 (dois) ou mais membros do Ministério Público da União, hipótese em que não será devida a gratificação prevista no art. 1º.

Art. 3º O valor da gratificação corresponderá a 1/3 (um terço) do subsídio do membro designado à substituição para cada 30 (trinta) dias de exercício de designação cumulativa e será pago *pro rata tempore*.

Art. 4º Não farão jus à percepção da gratificação o Vice-Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar e o Vice-Procurador-Geral de Justiça pelo exercício das funções típicas afetas aos respectivos Procuradores-Gerais.

Art. 5º Não será devida a gratificação nas seguintes hipóteses:

- I - substituição em feitos determinados;
- II - atuação conjunta de membros do Ministério Público da União;
- III - atuação em regime de plantão;
- IV - atuação em ofícios durante o período de férias coletivas;
- V - atuação durante o período de gozo do abono pecuniário previsto no § 3º do art. 220, segunda parte, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Parágrafo único. A gratificação prevista no art. 1º não será devida ao Promotor de Justiça Adjunto, salvo quando, tendo sido designado para ofício de Promotoria de Justiça, acumular, no mesmo período, também em razão de designação, um segundo ofício.

Art. 6º Não será designado para atuação em substituição o membro do Ministério Público da União que, por

qualquer motivo, tiver reduzida sua carga de trabalho por decisão dos órgãos da administração superior de qualquer dos ramos.

Art. 7º As substituições previstas nos arts. 47, 110 e 143 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, não importarão acumulação de ofícios.

Art. 8º A substituição que importe acumulação de ofícios dar-se-á no âmbito da mesma unidade em qualquer dos níveis das Carreiras.

Parágrafo único. As substituições que importarem acumulação de ofícios serão efetivadas dentro dos mesmos níveis das Carreiras ou entre os membros que, apesar de pertencerem a níveis diversos, estejam lotados na mesma unidade.

Art. 9º Caso a designação para substituição importe deslocamento do membro do Ministério Público da União de sua sede funcional, não será admitida a acumulação das atribuições em substituição com aquelas afetas ao ofício originário.

Parágrafo único. Admitir-se-á a acumulação de ofícios com deslocamento ocasional de membro do Ministério Público da União nas unidades situadas dentro da mesma zona metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por Municípios limítrofes e regularmente instituídas e, ainda, naquelas definidas em regulamento como de atuação concentrada em polos.

Art. 10. Ficam criados ofícios em número correspondente ao de cargos de membros criados por lei para cada um dos ramos do Ministério Público da União em todos os níveis das Carreiras.

Art. 11. Para os efeitos desta Lei, considera-se ofício a menor unidade de atuação funcional individual no âmbito do Ministério Público da União, com sede na respectiva unidade de lotação.

Art. 12. São considerados providos os cargos atualmente ocupados por membros do Ministério Público da União.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, são considerados vagos os cargos em número equivalente, por unidade, ao máximo de membros do Ministério Público da União que ali já tiveram lotação, não se admitindo a divisão das unidades em cargos com base na previsão de lotação máxima de membros.

Art. 14. O Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União, fixará diretrizes para o cumprimento do disposto nesta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua entrada em vigor, nos termos do inciso XIII do art. 26 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 15. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 16. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. Aplica-se o disposto nesta Lei à magistratura da União, quando se der acumulação de juízo ou acervo processual ou função administrativa.

Parágrafo único. As despesas resultantes da aplicação deste artigo correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário da União.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de sua regulamentação na forma do art. 14.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.201, DE 2011

Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos ~~membros do~~ Ministério Público da União, e dá outras providências;

Art. 1º Fica instituída a gratificação por exercício cumulativo de ofícios no âmbito do Ministério Público da União.

Art. 2º A gratificação será devida aos membros do Ministério Público da União que forem designados em substituição, na forma do regulamento, desde que a designação importe acumulação de ofícios por período superior a 3 (três) dias úteis.

§ 1º. O disposto no *caput* aplica-se também às hipóteses de acumulação decorrente de vacância de ofícios.

§ 2º. A percepção da gratificação referida no artigo 1º se dará sem prejuízo das outras vantagens cabíveis previstas em Lei.

§ 3º. As designações previstas no *caput* deverão recair em membro específico, vedados o pagamento em caso de designação simultânea e o rateio da gratificação.

§ 4º. Em situações excepcionais o Procurador-Geral do respectivo ramo do Ministério Público da União poderá, justificadamente, determinar a redistribuição dos feitos vinculados ao ofício, cujo titular estiver afastado, para dois ou mais membros do Ministério Público da União, hipótese em que não será devida a gratificação prevista no artigo 1º.

Art. 3º O valor da gratificação corresponderá a 1/3 (um terço) do subsídio do membro designado para a substituição para cada trinta dias de exercício de designação cumulativa e será paga *pro rata tempore*.

Art. 4º. Não farão jus à percepção da gratificação o Vice-Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar e o Vice-Procurador-Geral de Justiça pelo exercício das funções típicas afetas aos respectivos Procuradores-Gerais.

Art. 5º Não será devida a gratificação nas seguintes hipóteses:

I - substituição em feitos determinados;

II - atuação conjunta de membros do Ministério Público União;

III - atuação em regime de plantão;

IV - atuação em ofícios durante o período de férias coletivas;

V - atuação durante o período de gozo do abono pecuniário previsto no art. 220, § 3º, segunda parte, da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

Parágrafo único. A gratificação prevista no artigo 1º não será devida ao Promotor de Justiça Adjunto, salvo quando, tendo sido designado para ofício de Promotoria de Justiça, acumular, no mesmo período, também em razão de designação, um segundo ofício.

Art. 6º Não será designado para atuação em substituição o membro do Ministério Público da União que, por qualquer motivo, tiver reduzida sua carga de trabalho por decisão dos órgãos da administração superior de qualquer dos ramos.

Art. 7º As substituições previstas nos arts. 47, 110 e 143 da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993 não importarão acumulação de cargos.

Art. 8º A substituição que importe acumulação de cargos dar-se-á no âmbito da mesma unidade em qualquer dos níveis das carreiras.

Parágrafo único. As substituições que importarem acumulação de cargos serão efetivadas dentro dos mesmos níveis das carreiras ou entre os membros que, apesar de pertencerem a níveis diversos, estejam lotados na mesma unidade.

Art. 9º Caso a designação para substituição importe deslocamento do membro do Ministério Público da União de sua sede funcional, não será admitida a acumulação das atribuições em substituição com aquelas afetas ao cargo originário.

Parágrafo único. Admitir-se-á a acumulação de cargos com deslocamento ocasional de membro do Ministério Público da União nas unidades situadas dentro da mesma zona metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas e, ainda, naquelas definidas em regulamento como de atuação concentrada em polos.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. Ficam criados cargos em número correspondente ao de cargos de membros criados por Lei para cada um dos ramos do Ministério Público da União em todos os níveis das carreiras.

~~Art. 11. Para os efeitos desta Lei, considera-se cargo a menor unidade de atuação funcional individual no âmbito do Ministério Público da União, com sede na respectiva unidade de lotação.~~

~~Art. 12. São considerados providos os cargos atualmente ocupados por membros do Ministério Público da União.~~

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, são considerados vagos os cargos em número equivalente, por unidade, ao máximo de membros do Ministério Público da União que ali já tiveram lotação, não se admitindo a divisão das unidades em cargos com base na previsão de lotação máxima de membros.

Art. 14. O Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União, fixará diretrizes para o cumprimento do disposto nesta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua entrada em vigor, nos termos do artigo 26, XIII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

Art. 15. As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 16. A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de sua regulamentação na forma do artigo 14.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei institui a gratificação por serviço exercício cumulativo de cargos no âmbito do Ministério Público da União.

Como é sabido, desde 1º de janeiro de 2005, após uma sucessão de alterações do texto constitucional e edição de lei específica, o regime remuneratório dos membros do Ministério Público da União passou a prever a exclusiva remuneração por meio de subsídios, que, em termos gerais, vem a ser a retribuição pecuniária exclusiva e fixada em parcela única, vedado, em regra, o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

A opção pela referida matriz remuneratória, contudo, não invalida ou impede a instituição, por lei, de vantagens que se coadunem com o regime dos subsídios, como é o caso da gratificação por serviço extraordinário em virtude da acumulação de cargos, consoante observado pelo Conselho Nacional do Ministério Público ao fixar o entendimento cristalizado na Resolução 09/06, art. 4º, *verbis*:

Art. 4º Estão compreendidas no subsídio de que trata o artigo anterior e são por esse extintas todas as parcelas do regime remuneratório anterior, exceto as decorrentes de:

I – diferença de entrada ou substituição ou exercício cumulativo de atribuições;

II – gratificação pelo exercício da função de Procurador-Geral, Vice Procurador-Geral ou equivalente e Corregedor-Geral, quando não houver a fixação de subsídio próprio para as referidas funções;

III – gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento nos gabinetes do Procurador-Geral, Vice Procurador-Geral ou equivalente, Corregedor-Geral ou em outros órgãos do respectivo Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, na forma prevista no inciso V do art. 37 da Constituição Federal;

IV – exercício em local de difícil provimento;

V – incorporação de vantagens pessoais decorrentes de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento e da aplicação do parágrafo único do art. 232 da Lei Complementar 75 de 1993, ou equivalente nos Estados, aos que preencheram os seus requisitos até a publicação da Emenda Constitucional nº 20, em 16 de dezembro de 1998;

VI – direção de escola do Ministério Público.

VII – gratificação pelo exercício de função em conselhos ou em órgãos colegiados externos cuja participação do membro do Ministério Público decorra de lei;

Parágrafo único. A soma das verbas previstas neste artigo com o subsídio mensal não poderá exceder o teto remuneratório constitucional.

Art. 5º Está sujeita ao teto remuneratório a percepção cumulativa de subsídios

O mesmo Conselho Nacional do Ministério Público, ao ser chamado a decidir o Pedido de Providências nº 441/2011-72, de forma direta, recomendou aos Ministérios Públicos da União e dos Estados o encaminhamento de projetos de lei a fim de regular o pagamento da referida gratificação. Estes os termos da conclusão do referido *decisum*:

(...) Desta forma, resta evidente que este CNMP, com base na normatividade que rege a matéria em tela, traçou diretrizes para o pagamento de vantagens aos órgãos do Ministério Público Nacional. Nesta esteira, admitiu, de forma expressa, o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções, chegando a recomendar ao Ministério Público da Bahia, segundo se vê da decisão alhures referida, o envio de projeto de Lei ao Poder Executivo (sic) para tratar do tema.

- Considera-se, portanto, salutar que tal recomendação seja estendida a todos os Ministérios Públicos Estaduais, a fim de tornar isonômico o tratamento acerca das vantagens de vidas aos Membros. Com efeito, onde há a mesma razão, deve-se aplicar o mesmo direito.

Pelo exposto, voto no sentido do provimento do presente pedido de providências a fim de que seja expedida recomendação a todos os Ministérios Públicos dos Estados para que encaminhem projetos de lei às suas Assembléias (sic) Legislativas a fim de regular o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções (art. 50, X, da Lei 8.625/93).

Nesta oportunidade, acolho proposta do Conselheiro Mário Bonsaglia, amparada nos mesmos fundamentos, em especial no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 9/2006, e voto para que seja expedida recomendação ao Procurador-Geral da República, para que encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional, objetivando regulamentar o pagamento da referida gratificação no âmbito do Ministério Público da União.

Brasília, 01 de junho de 2011.

Claudia Chagas

Conselheira Relatora

Cumprе ressaltar que a previsão da gratificação objeto deste projeto de lei já havia sido inserida no bojo da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, artigos 226 e 227, §§ 5º e 7º, na versão aprovada pelo Congresso Nacional. Referido dispositivo sofreu veto presidencial calcado nas seguintes razões:

Os dispositivos conferem ao Procurador-Geral da República o poder de criar, fixar e reajustar remuneração e indenizações, sem amparo constitucional para tanto. Só à lei cabe a fixação específica do valor da remuneração do funcionalismo público.

A violação à legalidade detectada nas citadas razões do veto presidencial é agora suprida com o encaminhamento deste projeto de lei, do qual consta minuciosa regulamentação dos aspectos realçados na ocasião da sanção à Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

Portanto, o presente projeto de lei visa atender a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público com vistas à regulação do pagamento pelo exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União.

31 AGO 2011

PL 2201/2011

MENSAGEM PGR/GAB/Nº 2

Brasília, 30 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 61, *caput*, combinado com o disposto no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, o anexo projeto de lei que institui a gratificação por exercício cumulativo de cargos dos membros do Ministério Público da União.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



SECRETARIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO CNMP 0.00.000.001262/2011-52 (Pedido de Providências)

RELATOR: Cons. Alessandro Tramujas Assad

REQUERENTE: Ministério Público da União

ASSUNTO: Requer apreciação e elaboração de parecer de mérito do Conselho Nacional do Ministério Público acerca da apresentação dos projetos de Lei relacionados a aumento de gasto com pessoal e encargos sociais no Ministério Público da União, conforme determina a Lei nº 12465/2011 (LDO 2012).

SESSÃO DE JULGAMENTO: 11ª Sessão Extraordinária

DATA DO JULGAMENTO: 21/09/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: Exma. Sra. Doutora Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira

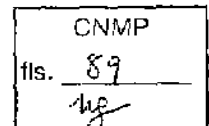
SECRETÁRIO-GERAL: Exmo. Sr. Doutor José Adércio Leite Sampaio

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela emissão de parecer favorável aos Projetos de Lei 2198/2011, 2199/2011, 2200/2011 c, por maioria, ao Projeto de Lei 2201/2011, que institui gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Luiz Moreira e Jarbas Soares, que não concordavam com a gratificação prevista no Projeto de Lei 2201/2011.


Patricia Medeiros Berto
Técnica Administrativa/CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Pedido de Providências
0.00.000.001262/2011-52

RELATOR: Conselheiro Alessandro Tramuja Assad
REQUERENTE: Ministério Público da União

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EXAME DOS PROJETOS DE LEI N 2.198/11, 2.199/11, 2200/11 E 2201/11 PELO CNMP, CONFORME DISPÕE O ARTIGO 77, DA LEI 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS, NÃO SE VISLUMBRANDO QUALQUER INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, a unanimidade, pela aprovação dos Projetos de Lei 2198/2011, 2199/2011, 2200/2011 e, por maioria, o Projeto de Lei n 2201/2011 (gratificação por exercício cumulativo de ofícios), nos termos do voto do relator.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2011.


ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Conselheiro - Relator

RELATÓRIO

Conselheiro **ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**

O presente procedimento tem como finalidade dar cumprimento ao estabelecido pelo art. 77 da Lei 12.465 de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012. Disciplina o referido dispositivo legal que os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do MPU, devem ser acompanhados de parecer do CNMP, atento aos seguintes requisitos, *verbis*:

Lei 12.465/2011

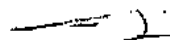
Art. 77. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da LRF;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

III - manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro; e

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da



Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo aos projetos de lei referentes exclusivamente aos órgãos Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 3º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

Em 12 de setembro de 2011, o Secretário-Geral do Ministério Público Federal, Lauro Pinto Cardoso Neto, encaminhou ao CNMP, conjuntamente, estudos e documentos referentes aos seguintes projetos de lei:

1. Projeto de Lei nº 2198/2011 – dispõe sobre o reajuste do Procurador-Geral da República;
2. Projeto de Lei nº 2199/2011 – dispõe sobre a carreira dos servidores do Ministério Público da União;
3. Projeto de Lei nº 2200/2011 – dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União; e
4. Projeto de Lei nº 2201/2011 – dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de cargos de membros do Ministério Público da União.

É o relatório.

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EXAME DOS PROJETOS DE LEI N 2.198/11, 2.199/11, 2200/11 E 2201/11 PELO CNMP, CONFORME DISPÕE DO ARTIGO 77, DA LEI 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS, NÃO SE VISLUMBRANDO QUALQUER INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

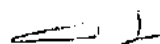
VOTO

Conselheiro **ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD:**

Após análise dos Projetos de Lei n.º 2.198/11, 2.199/11, 2.200/11 e 2.201/11 e de toda a documentação acostada pelo senhor Secretário-Geral do Ministério Público Federal, verifica-se o cumprimento, tecnicamente, do conteúdo do disposto no art. 77 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2012, Lei 12.465.

Em relação a todos os projetos foram apresentados estudos, cálculos e impacto financeiros a serem suportados pelo próprio Ministério Público da União, conforme disposições legais pertinentes e suas respectivas minutas e justificativas.

De tudo o que foi apresentado, necessário apenas maior reflexão da Administração Superior quanto ao índice de 1/3 previsto para gratificação por exercício cumulativo de cargos aos membros do MPU




(Projeto de Lei 2.201/11). Referido índice pode ensejar um acréscimo em mais de 30% ao subsídio dos Membros do MPU, o que acarretará forte aumento de despesa a ser suportada pelo orçamento da Instituição, não obstante a limitação pelo teto constitucional.

De qualquer modo, estando formal e tecnicamente cumpridos os requisitos legais previstos no art. 77 da Lei de Diretrizes Orçamentarias, voto no sentido da regularidade e conveniência dos projetos de lei ora apreciados.

É como voto.

Brasília (DF), 21 de setembro de 2011.



ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Conselheiro - Relator



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



SECRETARIA JURÍDICA
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

PROCESSO CNMP nºs 0.00.000.00 1262/2011-52

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1,
página(s) 76 :

- 1- () a decisão de fl(s) _____
- 2- (**X**) o acórdão de fl(s) 89
- 3- () o edital de fl(s) _____
- 4- () o despacho do Secretário-Geral de fl(s) _____
- 5- () outros. Especificar: _____

CGP/CNMP, 26/09/2011

REMESSA

Nesta data, remeto:

- 1- (**X**) os presentes autos à CORDAD para providências
- 2- () a presente certidão ao Gabinete/Corregedoria para juntada.
- 3- () os presentes autos ao Gabinete do Relator.
- 4- () os presentes autos à CORDPAD, conforme determinação de fls. _____
- 5- () os presentes autos ao arquivo com _____ fls..
- 6- () os presentes autos à Secretaria de Tecnologia da Informação
- 7- () os presentes autos ao Núcleo de Apoio às Comissões
- 8- () outros (aguardando trânsito em julgado)

CGP/CNMP, 26/09/2011

Gláucia Lima Sampaio
Analista Processual
Matrícula: 8200



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CNMP
Fl.: 96
2

PROCESSO CNMP nº . 0.00.000.001262/2011-52

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi expedido o ofício nº
696/2011/NAD-SG/CNMP ao Secretário-Geral
do Ministério Público Federal,
encaminhando cópia da decisão plenária.

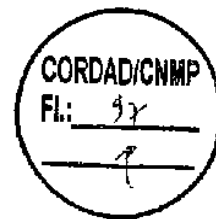
Brasília, 26 de setembro de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Bruno M. Mendonça', is written over a vertical line that serves as a separator between the signature and the name.

Bruno M. Mendonça
Analista Processual do CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Ofício nº 696/2011/NAD-SG/CNMP

Brasília, de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral do Ministério Público Federal

Assunto: Encaminha decisão proferida nos autos do Processo CNMP Nº
0.00.000.001262/2011-52

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento de Vossa
Excelência, cópia da decisão plenária proferida por este Conselho na 11ª Sessão
Extraordinária, realizada em 21/09/2011.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO

JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO
Procurador Regional da República
Secretário-Geral do CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CNMP
Fl.: 03
f

PROCESSO CNMP nº . 0.00.000.001262/2011-52

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o acórdão de fls. 89 transitou em julgado em 03/10/2011, transcorrendo in albis o prazo do art. 128, §1º, do Regimento Interno do CNMP.

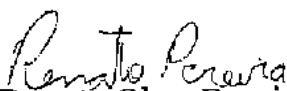
Brasília, 04 de outubro de 2011


Renato Ohse Pereira
Técnico Administrativo do CNMP

REMESSA

Nesta data, remeto os presentes autos ao arquivo com 98 fls.

Brasília, 04 de outubro de 2011.


Renato Ohse Pereira
Técnico Administrativo do CNMP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

.....

Art. 26. São atribuições do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União:

.....

XIII - exercer o poder regulamentar, no âmbito do Ministério Público da União, ressalvadas as competências estabelecidas nesta Lei Complementar para outros órgãos nela instituídos.

.....

Art. 47. O Procurador-Geral da República designará os Subprocuradores-Gerais da República que exercerão, por delegação, suas funções junto aos diferentes órgãos jurisdicionais do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º As funções do Ministério Público Federal junto aos Tribunais Superiores da União, perante os quais lhe compete atuar, somente poderão ser exercidas por titular do cargo de Subprocurador-Geral da República.

§ 2º Em caso de vaga ou afastamento de Subprocurador-Geral da República, por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado Procurador Regional da República para substituição, pelo voto da maioria do Conselho Superior.

§ 3º O Procurador Regional da República convocado receberá a diferença de vencimento correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da República, inclusive diárias e transporte, se for o caso.

.....

SEÇÃO VIII Dos Procuradores Regionais do Trabalho

Art. 110. Os Procuradores Regionais do Trabalho serão designados para officiar junto aos Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Em caso de vaga ou de afastamento de Subprocurador-Geral do Trabalho por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado pelo Procurador-Geral, mediante aprovação do Conselho Superior, Procurador Regional do Trabalho para substituição.

.....

SEÇÃO VIII

Dos Procuradores da Justiça Militar

Art. 143. Os Procuradores da Justiça Militar serão designados para officiar junto às Auditorias Militares.

§ 1º Em caso de vaga ou afastamento do Subprocurador-Geral da Justiça Militar por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado pelo Procurador-Geral, mediante aprovação pelo Conselho Superior, Procurador da Justiça Militar e, nenhum desses aceitando, poderá ser convocado Promotor da Justiça Militar, para substituição.

§ 2º O Procurador da Justiça Militar convocado, ou o Promotor da Justiça Militar, receberá a diferença de vencimentos, correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, inclusive diárias e transporte se for o caso.

SEÇÃO III

Das Férias e Licenças

Art. 220. Os membros do Ministério Público terão direito a férias de sessenta dias por ano, contínuos ou divididos em dois períodos iguais, salvo acúmulo por necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até dois dias antes do início de gozo do respectivo período, facultada a conversão de um terço das mesmas em abono pecuniário, requerido com pelo menos sessenta dias de antecedência, nele considerado o valor do acréscimo previsto no parágrafo anterior.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 6**, de 2014, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 51, de 2014 – CRE

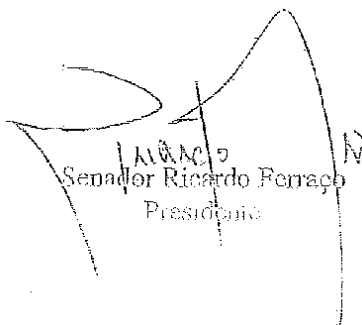
Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Indicação de membro de Subcomissões

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que, de acordo com o art. 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Senhor Senador Marcelo Crivella, como membro Suplente, para integrar a Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA; a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF e a Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20.

Atenciosamente,



Senador Ricardo Ferraz
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Volto à lista de oradores.

Queria ver se o Senador Anibal ou a Senadora Ana Amélia... (*Pausa.*)

Ele logo falará. Sou eu, o Senador José Agripino e ele. Se V. Exª pudesse presidir, Senadora Ana Amélia, para que eu pudesse fazer uso da palavra...

E agora invertemos o tempo, inclusive. O Senador José Agripino poderá falar um pouco mais, porque falará após a Ordem do Dia.

Estou inscrito, sou orador inscrito. Peço desculpas a V. Exª, se posso falar, porque agora eu deveria chamar um Líder, mas, se V. Exª me permite, falo eu e, em seguida, V. Exª.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Presidente Ana Amélia, hoje falei com a senhora, com outros colegas, alguns me viram apreensivo, e estou mesmo. Conversei com o Governador Tião Viana, estou apreensivo por conta do agravamento da situação de isolamento do Acre.

As águas do Rio Madeira, que fica entre a cidade de Porto Velho e a cidade de Rio Branco, dentro do Município de Porto Velho, não param de subir. O nível do rio é alarmante.

Eu procurei informações junto à Agência Nacional de Águas, e não há precedência, no último século, de algo parecido com o que estamos vivendo: o Rio Beni, que é um grande afluente do Rio Madeira, não para de subir; as chuvas são intensas na Bolívia; as cheias no Peru já ocorreram; e, hoje de manhã, o Rio Madeira atingiu o nível histórico de 19,32m.

Imaginem, senhores: nós estamos situados numa planície, e há um desnível entre o Acre e o Pará; a foz do Amazonas – são quase 4 mil quilômetros de distância – está com um desnível de 35 metros, e um único rio

está em uma cota de 19,3 metros. É uma parede de água, e os dados demonstram que se trata de um volume de água nunca visto. As chuvas são intensas, e o volume de água já passou dos 55 mil metros cúbicos por segundo. Já está perto de 58 mil metros cúbicos por segundo o volume de água do Rio Madeira, que é o quarto rio mais veloz do País.

Por mais que eu não esteja aqui para tratar desse ponto, é bom, com calma, esclarecer que a própria Presidenta Dilma – a quem agradecemos, mais uma vez, pela visita que fez ao Estado de Rondônia e do Acre – esteve com o Governador Confúcio, com o Governador Tião Viana e com o Prefeito Marcus Alexandre, em Rio Branco. Ela viu de perto o drama que nós estamos vivendo: muitas famílias desalojadas, milhares pela cheia, e nós estamos tendo um problema de risco de abastecimento. Para o Acre, na BR-364, passam, em média, 500 carretas por dia, e esse número de carretas está reduzido a menos de 10%. Então, imaginem um Estado que deixa de tirar seus caminhões com a sua produção! Os frigoríficos do Acre não estão podendo mandar a sua produção para fora, e, com isso, não estão recebendo. A população não está recebendo produtos de primeira necessidade! O Governador Tião Viana, há mais de um mês, conta com a ajuda da Força Aérea Brasileira e do Ministério da Defesa. Agradeço – e já o fiz isso pessoalmente ao Ministro Celso Amorim – e já comuniquei o agradecimento ao Brigadeiro Saito.

O fato concreto, Srª Presidente, é que, não fossem o empenho e a dedicação do Governador Tião Viana na busca de alternativas – e há mais de 30 dias S. Exª vem fazendo isso –, a situação seria ainda mais grave.

Todavia, o problema é que, com o rio alcançando essa quota de hoje, está ficando inviável mesmo 10% dos caminhões passarem pela BR-364. O risco é muito grande para os caminhoneiros; a situação se agrava porque a estrada está submersa em dois importantes trechos, antes de chegar ao Rio Madeira.

Hoje, o Governador Tião Viana está em Rondônia, onde, juntamente com o Governador Confúcio Moura, estabeleceu entendimento e com o Dnit, do Ministério dos Transportes, no sentido de termos funcionando algo que eu acho fundamental para garantir um melhor abastecimento do Acre. Então, a partir de hoje, Senador Aníbal, estão sendo preparadas três etapas de balsas para transpor o trecho alagado da BR-364. Perto de Jaci Paraná e de Mutum Paraná, vamos ter o embarque dos caminhões e carretas em balsas, transpondo assim esse trecho alagado da BR; em seguida, voltam a trafegar pela BR e, quando encontrarem outro trecho alagado, ali haverá outro sistema de balsas, para, depois, então, fazerem a travessia do Madeira.

A desinformação neste momento ela é algo muito complicado; não ajuda e atrapalha bastante. Primeiro – e sinto muito decepcionar alguns –, as hidrelétricas não têm nada a ver com a cheia do rio. A cheia do rio, especialmente com esse volume de água, está diretamente vinculada a uma quantidade de chuva nunca antes vista – e isso se dá mesmo na Bolívia, a 400km de distância da primeira hidrelétrica. Então, como se vê, essa ideia não tem nenhum sentido. Mas eu já disse aqui – e, inclusive, a respeito apresentei requerimentos – que acho que deve haver, sim, uma vinculação direta o fato de nós termos a BR-364 submersa e a BR-425, no trecho que vai a Guajará-Mirim. E isso nós temos que esclarecer e dar satisfação à sociedade.

Agora, a situação se agrava, uma vez que a parte da viagem feita em balsas, no percurso até Rio Branco, pode chegar a quase 20 horas, afora o trecho por terra. Então, uma viagem que se fazia em sete, oito horas, agora pode ser feita – ressalte-se: apenas para alguns carros, para caminhões que levam gêneros de primeira necessidade – em dois dias ou um dia e meio.

A situação é delicada. Os comerciantes passam por uma situação vexatória, pois já há pouco mais de 30 dias que os estoques não estão sendo renovados. Assim, o risco de não se ter mais a oferta de alguns produtos é real. E outro problema vem junto, agravando ainda mais a situação: certamente, com menor oferta de produtos, verifica-se um aumento de preços.

Sei que a Associação Comercial, a Associação dos Supermercados, a Federação do Comércio têm feito a sua parte, mas há regras de mercado que se impõem. E o que nós estamos vivendo hoje, Senadora Ana Amélia, é uma situação da maior gravidade.

Eu faço um apelo ao Exército brasileiro, que tem equipamentos, que pode estar na estrada, não para consertar estrada submersa, mas para guiar, ajudar e trabalhar com esses equipamentos na passagem dos comboios de caminhão.

Mas a coisa mais importante – e conversava sobre isso hoje com o Governador Tião Viana – é criar uma linha de crédito imediata para os comerciantes e todos aqueles trabalham na atividade produtiva do Acre, para que eles possam honrar os seus compromissos, para que eles possam pagar os seus servidores, utilizando-se, para tanto, de uma linha de crédito de capital de giro com juros diferenciados.

Falei hoje, aqui na Presidência do Senado, por telefone, com o Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Luciano Coutinho, com quem terei uma audiência na próxima terça-feira. Isso é fruto de contatos que tive com o Presidente da Associação Comercial, com a Federação do Comércio e, também, do clamor de todos os comerciantes.

Então, o Governador Tião Viana me pediu que, em seu nome, falasse com o Dr. Luciano Coutinho, a fim de criarmos uma linha de crédito de algumas dezenas de milhões de reais para capital de giro e, com isso, evitarmos que haja, em função dessas dificuldades, a transferência de penalidades, tanto por meio da alta de preços, como também para funcionários de empresas no Acre, com demissões. Nós temos que atuar em várias frentes, e essa é uma delas.

O governador, hoje, conseguiu organizar, junto com o Dnit, uma maneira de nós termos a estrada aberta, fazendo o transporte dos caminhões com cargas de primeira necessidade em balsas naqueles trechos em que a estrada está submersa. Teremos, então, três travessias.

As pessoas também questionam: “Mas a ponte sobre o Rio Madeira não resolveria?” Não resolveria nesse caso porque a estrada está submersa. Mas a ponte também – e já estava decidido, como a Presidenta informou – será construída logo após. E essa demora na construção da ponte sobre o Rio Madeira é inexplicável, é um erro, é um atraso; e nós também sofremos por conta disso.

Mas o fato é que nós temos uma questão objetiva. Logo após conceder um aparte à Senadora Ana Amélia, eu vou ler aqui o ofício que encaminhei ao Presidente do Banco da Amazônia, ao Presidente do Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Presidente do BNDES pedindo a formação dessa linha de crédito para socorrer o setor produtivo acriano, especialmente o comércio, a fim de que esses acontecimentos não impliquem mais sacrifício para o consumidor de todo o Estado do Acre.

O governador decretou situação de emergência no Estado inteiro; tem trabalhado de manhã, à tarde e à noite para se antecipar aos problemas, mas a situação se agravou muito e, segundo a Agência Nacional de Águas, vai se agravar ainda mais até o começo de abril.

Eu ouço com satisfação a amiga e lutadora pelas boas causas desta Casa, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP-RS) – Senador Jorge Viana, aqui fala, neste aparte a V. Exª, a velha com vezo jornalístico, a velha jornalista, a antiga jornalista. As fotos que V. Exª me mostrou dizem muito mais do que muitas palavras, Senador. Eu, se fosse V. Exª, com o auxílio da TV Senado, que tem transmissão digital, mostraria essa situação. Quando V. Exª diz que a estrada está submersa, as pessoas entendem; porém, as imagens da estrada submersa com caminhões no meio da água, quase que fazendo o papel de barcos, têm a força e o simbolismo da realidade vivida hoje pela população do seu Estado e também do Estado de Rondônia em algumas regiões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo /PT-AC) – Só para V. Exª ter uma ideia, Senadora Ana Amélia, eu fiz uma postagem anteontem na minha *fan page* de uma foto, parecida com essa, de um caminhão atravessando um mar de água. Essa postagem foi visualizadas por mais de 170 mil pessoas – e tenho apenas 34 mil seguidores, completei hoje, na minha *fan page*. Mas lamento, e faço um apelo à grande imprensa, pois a situação é muito grave.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP-RS) – É exatamente isso. V. Exª pode postar outras fotos, Senador Jorge Viana, para mostrar o drama vivido nessa região. Eu até não entendi, sinceramente, certas críticas de que a Força Aérea estava ajudando a levar alimentos para abastecer o comércio. Em uma hora de emergência, só quem não está dentro desse drama, em locais onde não se pode ir a lugar algum por estar cercado de água, é que não entende isso. Emergência é emergência! Devem ser tomadas todas as medidas possíveis para socorrer as pessoas, para socorrer os pequenos e médios comerciantes que estão lá vendo suas empresas sofrerem as consequências, bem assim as populações que não recebem comida, que não recebem remédios. Então, eu queria cumprimentá-lo e dizer que essas fotografias dão exatamente a dimensão da tragédia. A grande imprensa faria um grande bem se mostrasse o que está acontecendo naquela longínqua e, às vezes, esquecida região do nosso País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Agradeço, pois a sua veia jornalística me ajuda.

Estou com fotografias – não sei se os que operam as câmeras podem identificar –, como esta aqui, em que um barco disputa espaço com um caminhão. Estou falando de uma lâmina d’água de mais de 1.20m acima do nível da estrada. Então, é uma situação muito grave. Tenho várias fotografias de ontem. Aqui, um comboio de caminhões passando. Isso não pode seguir acontecendo; temos de ter o Exército ajudando; temos de ter equipamentos, guinchos, para que não tenhamos o sacrifício dos caminhoneiros.

Ainda aqui: um caminhão solitário fazendo uma travessia nesse mar de água em que se transformou o Rio Madeira. E muitos dizem: “Como é que passa se há só uma sombra de estrada?”

É de alto risco essa travessia; só passam caminhões levando gêneros de primeira necessidade.

A Senadora Ana Amélia deixou muito claro: graças à Força Aérea, produtos de primeira necessidade estão indo. O Acre não tem como produzir cebola, alho, por exemplo; não tem como produzir algumas frutas pelas suas características climáticas. E, aí, nós vamos simplesmente impedir que a população tenha acesso a esses

produtos? E os hospitais, por exemplo? A merenda escolar? Então, graças à Força Aérea, temos um apoio, mas um apoio muito tênue, muito pequeno.

Assim, eu queria, com o auxílio da TV Senado, se puderem mostrar, dar a exata dimensão do que, lamentavelmente, ainda não foi mostrada nem mesmo na imprensa.

Faço esse alerta: a situação é da maior gravidade! É a inviabilidade de um único acesso rodoviário para um Estado inteiro, que tem 800 mil pessoas. Estou mostrando essas fotografias, e cada uma delas assusta mais do que a outra.

Na minha página no *Facebook*, é impressionante o número de pessoas procurando informações e tentando entender essa situação que nós estamos vivendo. Nem mesmo em Rio Branco as pessoas... Graças a Deus, o Rio Acre baixou mais de quatro metros; então, já saímos da situação de maior gravidade que estávamos vivendo. As pessoas não enxergam, ou seja, como o Rio Madeira fica a quase 300km de distância de Rio Branco, as pessoas não têm ainda a dimensão da gravidade disso. Mas eu conheço; eu sobrevoei a área. O Governador Tião Viana está em Rondônia hoje, e sobrevoou a área.

Dessa forma, eu trago aqui a preocupação: se as águas subirem mais um pouco, como prevê a Agência Nacional de Águas, nós vamos ter a interdição definitiva em alguns trechos. Contudo, uma solução já está sendo tomada pelo próprio Governador Tião Viana, qual seja, a de termos uma baldeação, como chamamos, com os caminhões levando gêneros de primeira necessidade, podendo pegar três balsas, demorando quase dois dias para percorrer os 500km de Porto Velho a Rio Branco.

Mas estamos juntos, solidários nessa luta para encontrar a melhor solução.

E concluo, Sr. Presidente, fazendo a leitura de um ofício, Senador Anibal, que preside esta sessão, que encaminhei ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, ao Presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e ao Presidente Jorge Hereda, da Caixa Econômica, e a Valmir Rossi, do Banco da Amazônia.

Eu leio o ofício, que traduz bem a nossa situação.

Sr. Presidente,

Considerando a gravíssima situação que o Acre enfrenta, especialmente sua população, por conta das cheias tanto nos rios acrianos, mas principalmente em função da maior cheia da história do rio Madeira, que alcança níveis alarmantes;

Considerando que o Governador do Acre, Tião Viana, decretou situação de emergência em todo o Estado e o mesmo foi feito por alguns prefeitos, como o da Capital [Prefeito Marcus Alexandre], que também decretarem situação de emergência nos Municípios;

Considerando que trechos da BR-364 estão submersos há mais de 30 dias, afetando drasticamente o abastecimento de todo o Estado, que é feito basicamente por essa rodovia, única via de acesso ao Acre com o resto do Brasil.

Pela BR-364 passavam em média 500 carretas com cargas para o Acre por dia. Há quase um mês, menos de 10% da carga é transportada [há centenas de caminhões e um conjunto de mercadorias, que vão de eletrodomésticos a carros, estocados em Rondônia, e, há quase um mês, essa carga é de apenas 10% do que, normalmente, é transportado]. Produtos de primeira necessidade estão sendo levados de avião em cooperação com a FAB [com o Ministério da Defesa] e com o Governo do Estado. E, pior, a situação, segundo a Agência Nacional de Águas, tende a se agravar [ou seja, o Rio Madeira tende a subir]; [...]

Então, entro com um pedido feito ao Presidente do BNDES, ao Presidente do Banco do Brasil, ao Presidente da Caixa e ao Presidente do Banco da Amazônia:

Venho solicitar que Vossa Senhoria possa adotar providências, com a urgência que a situação requer, no sentido de socorrer o setor produtivo acriano, especialmente os comerciantes, que enfrentam uma situação da maior gravidade, tendo em vista não poderem recompor estoques, comprometendo suas vendas, assim não podendo honrar compromissos assumidos. As faturas vencem, e não há possibilidade de honrá-las.

A solicitação é que, imediatamente, seja aberta uma linha de crédito especial, com juros diferenciados e carência adequada, a fim de socorrer todo o setor produtivo acriano [...].

[...]

Então, o que queremos é que, imediatamente, como foi feito em 2011, seja aberta linha de crédito diferenciada, com juros de 5%, com um ano de carência, para socorrer imediatamente todo o setor produtivo acriano, especialmente o comércio.

Por outro lado, se essa medida é benéfica para os empresários, também é necessária para as próprias instituições financeiras que podem sofrer as consequências do aumento da inadimplência. Nesse sentido, lembro que, na grande cheia de 2011 [esta ocorreu no Acre; a outra é grave e é agravada pelo fato de impedir o fluxo normal de transporte de mercadorias para o Acre e do Acre], o BNDES – através do Banco do Brasil – adotou um programa de socorro que alcançou grandes e bons resultados. Agora que estamos enfrentando uma situação muito mais grave, é importante que medidas semelhantes possam ser adotadas imediatamente.

*Atenciosamente,
Senador Jorge Viana
Vice-Presidente do Senado.*

Sei que esses ofícios vão criar uma situação parecida com a que a Presidenta Dilma viu quando visitou o Acre e Rondônia e disse que queria ajudar. Estou apontando o caminho concreto, objetivo, de como o Governo Federal, por meio de instituições financeiras federais, pode ajudar neste momento.

O próprio Governador Tião Viana alterou as regras de cobrança de impostos. Eu queria cumprimentar o Tião, que me falava hoje que todas as mercadorias adquiridas, compradas pelos comerciantes e por todo o setor produtivo do Acre só vão ter sua primeira parcela vencida a partir do dia 2 de junho. O imposto será recolhido em três parcelas, com 30, 60 e 90 dias. Isso é um sacrifício para um Governo como o do Acre, mas o Governador Tião Viana faz esse sacrifício em benefício do conjunto da população. Não pode haver aumento de preços, como já está ocorrendo, e não pode haver escassez de mercadorias, como já está havendo. Para que isso possa ser mínimo, temos de agir imediatamente.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Eu queria, daqui, agradecer a gentileza do Dr. Luciano Coutinho, que falou comigo hoje por telefone e que se dispôs a estudar o pedido que estou fazendo, essa solicitação de socorro, em nome de todo o setor produtivo do Acre. Ele me garantiu que, na próxima terça-feira, fará uma audiência comigo aqui, em Brasília. Nós vamos ter uma resposta desse pedido, que formalizo, por meio desses ofícios, para socorrer o setor produtivo acriano, especialmente o comércio.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É esse o assunto que trago, Sr. Presidente, um assunto da maior gravidade. Sei que V. Ex^a também o compartilha comigo.

Nesta hora, é muito importante a união de todos. Juntos, temos de buscar permanentemente soluções para essa situação tão grave que o Estado do Acre e, especialmente, a sua população enfrentam.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O Senador Jorge Viana falou como orador inscrito.

Agora, vai falar um Líder, que é o Senador José Agripino, pelo DEM.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta tarde de quinta-feira, eu queria fazer uma reflexão sobre um sentimento que eu guardo, o de que nosso País, sem catastrofismo, está descendo a ladeira. E é preciso ampará-lo, é preciso estabelecer uma rede de proteção para evitar que um gigante com o potencial do Brasil, com os talentos que o Brasil guarda e com o potencial econômico que o Brasil encerra não malogre.

Eu queria dizer a V. Ex^{as} da experiência que vivi recentemente.

Senador Eduardo Braga, não sei se V. Ex^a, que é do Amazonas, um Estado que desperta a curiosidade do mundo inteiro, já esteve ou não na Croácia. Eu estive na Croácia agora. *(Pausa.)*

V. Ex^a já esteve na Croácia. É um país que é bom no futebol. Vai inaugurar a Copa do Mundo contra o Brasil, parece-me. Brasil contra Croácia será o primeiro jogo. É um país mínimo, que ficou famoso pela guerra recente que enfrentou contra a Sérvia, contra a Bósnia-Herzegovina e contra Montenegro e que soube resistir. Resistiu e está lá.

Eu fui conhecer – meu Estado, como o seu, tem um potencial turístico formidável – o grande trunfo da economia da Croácia, que é o turismo. Eu fui lá agora, no período do Carnaval. Fui a Dubrovnik, que fica à margem, à beira do Adriático. Desembarquei em Dubrovnik, cujo aeroporto é decente. Fui do aeroporto até a cidade e pude ver que a estrada de 26km a 30km era perfeita, bem sinalizada, com um trânsito organizado,

com táxis de boa qualidade. Fiquei hospedado em um hotel decente, nada luxuoso, mas decente, onde tudo funcionava, a telefonia, a internet, a energia elétrica.

É um país pequeno, de pouca potencialidade, de um povo extremamente educado, seguro. Eu me lembro de que, no primeiro dia em que lá cheguei, fui ao centro da cidade, fui à Old Town, para conhecer aquilo que chamam de Pérola do Adriático, com piso de mármore. É uma cidade meio medieval, com piso de pedra brilhante. À luz da iluminação, o piso da rua principal brilha como se estivesse molhado. Fui jantar já tarde e voltei a pé. Fiz um percurso de 1,5km, mais ou menos. Eram 23h, meia-noite, e não havia quase ninguém na rua. E, acostumado com o Brasil, fiz o percurso inteiro temeroso, mas as pessoas que cruzavam guardavam um semblante tranquilo, como se falassem que, naquele país, a segurança era completa.

Fiquei imaginando, comparando aquele país com o nosso Brasil, um País que o mundo inteiro respeita. Quando se fala no Brasil, quem está lá fora fala na pujança, fala em mil trunfos que o Brasil guarda. Mas nós, que estamos no Brasil, que moramos no Brasil, que vivemos o dia a dia no Brasil e que fazemos a vida pública, temos a obrigação de fazer uma reflexão sobre aquilo que entendo que é uma escalada descendente perigosa e de avaliar as responsabilidades.

Eu queria hoje fazer uma reflexão rápida sobre a questão da energia no que diz respeito à eletricidade e a combustível líquido. O Ministério das Minas e Energia é o Ministério que cuida desses dois assuntos.

Eu me lembro que eu era Líder do Democratas – acho que era ainda PFL – quando discutimos, na liderança do governo, anos atrás – a Ministra das Minas e Energia era a hoje Presidente Dilma Rousseff –, o marco regulatório da energia elétrica. E discutimos à exaustão o marco, com o qual eu não concordava. Ameacei abandonar a reunião ao final e terminei convencido, por argumentos que me trouxeram e por recursos que o governo ofereceu, a votar o marco regulatório, entendendo que não era o perfeito, mas que era o marco regulatório possível para a época, que criava a energia nova e a energia velha, com tarifa de energia nova e com tarifa de energia velha.

O que é tarifa de energia velha? É a tarifa das estatais, das CHESFs, de Itaipu, de Furnas, das companhias estatais, que o governo queria fortalecer com uma tarifa de energia elétrica mais alta. E a tarifa de energia nova era a tarifa que se oferecia para quem viesse investir na hidroeletricidade daqui para frente.

Eu entendia que aquilo era um desestímulo, e isso faz bastante tempo, faz oito anos ou mais. E, no governo, você sente as consequências com o passar dos anos. Se você adota uma providência agora, só daqui a um tempo é que você vai perceber as consequências, vai apreciar os resultados.

Eu votei contrariado e fiz vários discursos nesta tribuna, dizendo do perigo em que nós estávamos incorrendo com aquele marco regulatório que iríamos votar, porque o desestímulo aos investimentos seria um fato. Não haveria investidores novos. Os investidores são os mesmos. Quem está no Brasil está no Brasil. Quem vai para a França está na França, não vai se mudar da França para o Brasil. Quem está aqui conhece a realidade, a segurança jurídica do Brasil, e fica por aqui ou, no máximo, vai para o Chile, para a Argentina, mas não é muito móvel. E não viriam novos investidores, como não vieram.

As PCHs eram uma alternativa que eu entendia como viável, porque seriam dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Se houvesse uma tarifa boa e se a energia fosse gerada para consumo próprio e para venda, elas se multiplicariam, o que não aconteceu na medida devida, mas aconteceu na medida indevida, com menos do que era preciso. O resultado é aquilo a que estamos assistindo agora.

Há um lado: no apagão que ocorreu à época de Fernando Henrique Cardoso, tomou-se a providência emergencial de se montar um complexo vigoroso de termelétricas para atuarem como geradoras de ponta. Na hora do pico ou na hora da necessidade, entrariam aquelas termelétricas – no meu Estado, há uma grande, a Termosul –, para gerarem energia cara, mas energia de salvação, energia baseada em gás que vem da Bolívia ou em petróleo que o Brasil poderia produzir, mas não produz e, então, tem de importar BPF, óleo *diesel* ou carvão mineral, criando dificuldades à balança comercial e produzindo energia poluente e cara.

Por outro lado, estimulou-se o programa da energia eólica no meu Estado, Senador Anibal Diniz. Dá gosto ir à região do Mato Grande para ver os cata-ventos gigantes. Como o meu Estado, como o Ceará, como a Bahia dispõem de um fluxo de ventos vigoroso, implantou-se, por leilão, um vigoroso parque eólico de energia elétrica, que lá está funcionando, Senador Eduardo Braga, e jogando energia no ar. Por quê? Porque o linhão, que está a cargo da Chesf – foi a Chesf quem ganhou a concorrência para fazer o linhão, que é a rede de transmissão que recolhe a energia produzida pelos cata-ventos e injeta na rede de distribuição, nas linhas de alta tensão –, não está pronto.

Resultado: por conta de um marco regulatório, em minha opinião, ideologicamente defeituoso, deixou-se de fazer, na época devida, nos últimos dez anos, o investimento que seria imprescindível para que não estivessemos passando a aflição de agora, para que a energia hidrelétrica que poderia ter sido ao longo do tempo

implantada não exigisse o funcionamento das termelétricas, que estão sugando dólares da balança comercial, que estão poluindo o ambiente e gerando energia elétrica cara.

A Presidente fez um pronunciamento, em cadeia de rádio e televisão, anunciando que ia baixar 20% da tarifa da energia elétrica, no ano passado; e, agora, não teria condições nem de manter a antiga tarifa, que dirá a tarifa mais baixa.

Resultado: no ano passado, foram 10 bilhões; neste ano, vai ser coisa de R\$20 bilhões, que, em vez de ser investidos em estradas, como as da Croácia; em mil obras de infraestrutura, como países menores do que o Brasil têm, vão ser investidos no cumprimento da palavra do Governo, que prometeu sem ter planejamento e sem poder prometer o que estava prometendo. E o fez, na minha opinião, por razões demagógicas e por razões – previsíveis – eleitorais.

Resultado: hoje, o modelo energético do Brasil está baseado no socorro de termelétricas; na ineficiência da energia eólica, que está pronta ser ter o linhão; na ausência das hidrelétricas, que deveriam estar prontas e não estão; e num déficit que redunde no pagamento às concessionárias de um dinheiro que vem da União, do Orçamento da União, que vai fazer falta ou ao Bolsa Família, por um lado, ou à provisão de infraestrutura pelo outro. Resultado: Brasil “incompetitivo” por conta de um modelo de gestão defeituoso.

Segundo ponto. Quero me referir agora à questão da Petrobras. Eu não quero nem falar sobre aquilo que aconteceu, que foi noticiado ontem e que vai ter desdobramentos, porque há um fato que tem que ser registrado.

Daqui falei inúmeras vezes, Senador Eduardo Braga, inúmeras vezes, sobre a visão que eu tinha do modelo de partilha *versus* o modelo de concessão. O modelo de concessão produziu a autossuficiência, no Brasil, em petróleo; o modelo de partilha produziu a impossibilidade de a Petrobras – porque não tinha caixa – abrir leilões, provocar leilões para a perfuração de mais petróleo. Por sorte, descobriu-se o pré-sal. Mas o fato é que a Petrobras – e não quero aqui avaliar se foi bem gerida ou não, se os Presidentes ou Diretores eram qualificados ou não – foi usada politicamente para segurar a inflação. O Brasil, importando petróleo – e dizia-se autossuficiente, e não é – a um preço elevado e vendendo os derivados subsidiados pela Petrobras, que passou a ter o seu valor de ação reduzido à metade pelo desempenho da Petrobras nesse campo e em outros, visto no exterior como deficiente. Além de elementos como o desastre que foi anunciado, com a digital da Presidente da República colocado, porque, até então, os fatos aconteciam e eram negados. Dessa vez, não. Comprou-se uma refinaria de petróleo em Pasadena, no Texas, pertencente a um grupo belga, que havia comprado essa refinaria por US\$42,5 milhões. Pouco tempo depois, vendeu-a à Petrobras por US\$320 milhões. Cinquenta por cento dela por US\$320 milhões, com o compromisso ou com a obrigação...

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Com o maior prazer, em seguida.

Com a obrigação de, em seguida, ser obrigada, por decisão judicial, a comprar a outra metade, que valia US\$320 milhões por aproximadamente US\$800, perfazendo US\$1,18 bilhão. Uma coisa que os belgas compraram por 42, o Brasil teve que investir US\$1,18 bilhão.

Está envolvida nessa história diretamente a autorização da Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, que é Sua Excelência a hoje Presidente da República. Ela é a tida como uma gestora competente e conhecedora de todos os detalhes e fatos de sua administração. Ela sabe que alguém, pela Lei das SAs, quando assina em nome do conselho, está assumindo a responsabilidade do que assina. Tentou, num primeiro momento, justificar o mau negócio por má instrução do processo que levou à compra da refinaria, dados esses que são hoje contestados pela diretoria da Petrobras ou por executivos da Petrobras, que dizem que todos os elementos para a tomada de posição estavam entregues ao conselho e que o conselho tomou a atitude de forma refletida. Se se arrependeu é porque não teve outra desculpa, não de não haver elementos disponíveis para a tomada de posição refletida, segura e patriótica.

Ouçó com muito prazer o Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Meu caro Senador José Agripino, V. Exª, obviamente, como engenheiro e engenheiro de boa formação, traz, com visão técnica, uma análise política. E me permita fazer colocações com relação à primeira fase do discurso de V. Exª, com relação ao setor elétrico. Eu sou engenheiro eletricista por formação e vejo que o Brasil vive e viveu momentos distintos no setor elétrico. Vivemos lá atrás, no período militar, um momento de investimentos em grandes hidrelétricas com grandes reservatórios, como é o caso de Itaipu, como é o caso de Tucuruí, entre outras. Viveu, durante um longo período, dificuldades de investimento, porque o setor privado praticamente era proibido de investir no setor elétrico. Isso acabou fazendo com que o nosso parque gerador não crescesse e acabou fazendo com que as linhas de transmissão que levavam essa energia das hidrelétricas até os centros consumidores também não existissem. Diferentemente do que disse V. Exª, eu creio que, no primeiro momento, o novo marco regulatório do setor elétrico possibilitou uma expansão de investimento do setor privado extremamente importante. O que acon-

tece é que, num período em que nós estávamos tendo investimentos do setor privado, não apenas em PCHs, houve muitos investimentos em PCHs. Muita gente ganhou dinheiro investindo em PCHs, nas diversas regiões brasileiras, mas muito especialmente no Centro-Oeste, por causa das características geológicas e geográficas da região. Mas também houve muitos investimentos no setor privado, em áreas em que o Brasil estava muito defasado, seja na geração, seja na transmissão de energia. O Brasil também tinha um outro problema, porque as distribuidoras de energia eram praticamente exclusivas do setor público e de capital fechado do setor público, ou seja, eram estatais puras. Não havia aporte de recursos privados nessas empresas, como é o caso da Cemig, por exemplo, que mudou completamente e se transformou na potência que é hoje. É fato que diante da crise econômica internacional e é fato também que diante de determinados ajustes que a economia brasileira fez, porque a fronteira econômica brasileira caminhou. E caminhou, como V. Exª bem disse, no sentido dos Estados mais distantes dos grandes centros até então. É o caso do Rio Grande do Norte, que ganhou pujança e força econômica. É o caso do Amazonas, que ganhou pujança e força econômica. Veja, Senador Agripino, o meu Estado era absolutamente isolado do sistema elétrico brasileiro. Há dez anos, o Amazonas não tinha nenhuma interligação com o sistema elétrico brasileiro. Quatro milhões de pessoas eram absolutamente isoladas, cuja única fonte de energia era termoelétrica a combustível fóssil. De lá para cá, vários investimentos aconteceram. Posso falar inclusive do meu Estado: foi construído um gasoduto, 700km de gasoduto, em plena Floresta Amazônica, sem trauma ao meio ambiente e sem crise nem crítica internacional, e estamos hoje com uma nova matriz energética de gás natural em plena capital do Estado do Amazonas e em pleno centro da Floresta Amazônica. O linhaço de Tucuruí até Amapá e até Manaus foi concluído: 1.400km de linhaço de transmissão de energia elétrica. A interligação do Acre ao Estado de Rondônia, Porto Velho, ao sistema Furnas também aconteceu. Agora, se V. Exª me pergunta e me diz: “Mas isso foi suficiente?” É claro que não, mas o Brasil tem hoje volume de produção de energia que nos garante dizer que nós temos energia. Agora, a imprevisibilidade – e aí se pode questionar o planejamento dos últimos 3 anos, 4 anos, 5 anos com relação à questão climática, com relação ao ritmo hidrológico, com relação à tendência de que o mundo hoje está vivendo uma crise climática e ambiental que precisa ser analisada, e isso fortalece a tese de ambientalistas como eu, que acha que os serviços ambientais devem ser valorizados – acabou fazendo com que os reservatórios das hidrelétricas tivessem, portanto, nos níveis mais baixos. Mas o que dizer do Estado de São Paulo, administrado há tantos anos pelo PSDB, que está vivendo neste momento racionamento de água, no Estado mais rico da Federação, no Estado que tem a maior capacidade tecnológica da Federação? Ora, essa imprevisibilidade, portanto, não foi privilégio do setor elétrico e não foi privilégio do Governo Federal. Aí está o caso de São Paulo, e hoje nós estamos diante de uma discussão entre São Paulo e Rio de Janeiro, em função da proposta estabelecida pelo Governador Geraldo Alckmin. Digo isso para dizer a V. Exª que concordo que há que se ter novos debates sobre o setor elétrico, mas não dá para deixar de reconhecer que nós tivemos avanços e avanços extremamente importantes no setor. Extremamente importantes. O mercado livre de energia só foi possível a partir do novo marco regulatório. Mercado livre esse que tem possibilitado atração de capital privado. V. Exª sabe disso. Agora, vamos ao caso Petrobras. Com relação ao caso Petrobras, a primeira meia verdade que está sendo dita, e de forma bastante estridente, é que a Astra Oil, empresa que comprou essa refinaria em Pasadena, teria pago US\$42 milhões e que teria vendido por US\$300 e tantos milhões a Petrobras. O que ninguém diz é que entre o ato da compra e o ato da venda, essa empresa promoveu US\$82 milhões de investimento em Pasadena. E o que ninguém diz é que na parte dos US\$300 e tantos milhões da venda, mais de 170 milhões era de venda de estoque de combustível, meu caro Senador Agripino. Não era do negócio. Não era da estrutura. Não era do investimento. Era estoque de combustível. Portanto, mercadoria que estava estocada. Dessa forma, a Petrobras não pagou a importância de US\$300 e tantos milhões para uma empresa que foi comprada por US\$42 milhões; ela pagou por uma empresa que tinha custado US\$42 milhões, que sofreu um investimento de US\$84 milhões, na sua estrutura, e que, ao vender a Petrobras, vendeu com US\$170 milhões referentes a estoque de mercadorias que tinha.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Mais do que isso: quando a Petrobras decidiu comprar essa refinaria, ela o fez baseada em três relatórios, três consultorias renomadas internacionalmente: da Cera, empresa conhecida internacionalmente, McKenzie, empresa reconhecida internacionalmente, e o Citigroup, que também fez avaliação inclusive de risco do negócio. Agora, V. Exª, como um homem de mercado, como um homem que conhece o setor privado, sabe que as razões do mercado e as razões econômicas se alteram. E se alteraram profundamente. A emitida de dentro do refino nos Estados Unidos da América mudou profundamente a partir dos anos 2008 e 2009, em função de uma crise. A análise de compra de petróleo por PSI de instalação de refino era absolutamente correta. Agora, se V. Exª me pergunta com relação às duas cláusulas, a

Marlim e a que diz respeito exatamente à Put Option, eu diria a V. Exª que o mesmo Conselho de Administração se recusou a pagar os 50% em função desse contrato. E aí, questionado num tribunal de arbitragem americano, perdeu. E o Governo resistiu, através do Conselho, nessa discussão. No mais, meu caro, eminente e sempre brilhante Senador Agripino, é dizer que as instituições de comando e controle deste País precisam avaliar isso, analisar, fiscalizar, concluir e tomar providências. E, se houve culpados, que eles possam pagar. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a sua conhecida ponderação e bom senso, deu uma declaração, hoje à tarde, ao *Estadão*, que só engrandece o seu currículo. O Presidente disse o seguinte: "Sou contra qualquer tipo de Comissão Parlamentar de Inquérito com relação à Petrobras, porque não quero que uma empresa do tamanho e da importância da Petrobras corra o risco da politização partidária às vésperas de uma eleição. E acho que todos os mecanismos de comando, controle e fiscalização de que disponha o Estado democrático de direito estão acontecendo e que o Parlamento acompanha essas fiscalizações". Ou seja, eu quero dizer que V. Exª, como Líder do DEM, Líder da oposição, faz, com brilhantismo, a sua análise crítica com relação aos modelos, mas é preciso reconhecer os avanços que houve no setor elétrico e é preciso reconhecer que, nessa questão da Petrobras, existem duas situações distintas: uma, a questão do negócio econômico e financeiro; a outra, atitudes daqueles que, porventura, tenham sido negligentes, tenham tido má-fé e tenham participado, de alguma forma, com algum dolo. Esses precisarão, caso existam, responder na forma da lei. E o nosso Governo está apoiando toda e qualquer investigação nesse sentido, tanto é assim que, antes da denúncia do *Estadão* envolvendo as declarações da Senhora Presidenta, nós aqui, neste plenário, com o voto de V. Exª e com o apoio da Base do Governo, aprovamos requerimentos da oposição para o Tribunal de Contas, para a CGU e para os órgãos de comando e controle a respeito das operações aqui citadas. Portanto, cumprimentando V. Exª e agradecendo a tolerância com o aparte, dizer que V. Exª, com o brilhantismo que lhe é peculiar, com uma análise política do setor elétrico e uma análise política sobre a Petrobras, merece esse esclarecimento. E só para concluir, se V. Exª me permitir, é importante dizer que a Petrobras, no setor de empresas de exploração de petróleo no mundo, tem sido, nos últimos cinco anos, meu caro Senador José Agripino, a empresa que mais tem investido no setor de produção e no setor de refino. No ano passado, o Brasil investiu, com a Petrobras, US\$42 bilhões no setor de combustível, no setor de produção de petróleo, no setor de refino, e esse percentual *versus* o capital da empresa é o maior percentual de investimento no mundo hoje. Isso tem trazido problemas para a empresa, que está carregando um alto custo de investimento? Concordo com V. Exª, mas é importante para o Brasil que nós possamos avançar, que nós possamos solucionar certas questões. Por fim, quero dizer que concordo com V. Exª quando diz que nós precisamos buscar cada vez mais aprimorar os modelos de gestão. Os modelos de gestão são fundamentais para tanto e, por isso, eu acho que a questão da obrigatoriedade dos 30% no regime de partilha é uma questão que o Brasil precisará rever para que não seja um limitador de licitações para novas fronteiras de prospecção de petróleo e para novas fronteiras de produção de petróleo. Portanto, ao concordar parcialmente com a tese que V. Exª traz do ponto de vista técnico, quero ressaltar tanto os avanços e a evolução do setor elétrico quanto os pesados investimentos que estão sendo feitos pela Petrobras, prejudicando, inclusive, o desempenho de dividendos, que tem reflexo, obviamente, no valor unitário de ações na Bolsa de Valores. Muito obrigado pela paciência de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho que quem está nos ouvindo deve estar se perguntando quem é o orador e quem é o aparteante, porque o Senador Eduardo Braga... Eu não sabia, descobri agora – coisa curiosa –, que V. Exª é engenheiro, meu colega. Eu sou engenheiro civil e V. Exª é engenheiro elétrico e, com muita competência, expôs todos os seus pontos de vista, como é a sua obrigação como Líder de Governo. E eu, como Líder de oposição, tenho a obrigação de expor os meus pontos de vista. Quem governa presta contas de seu governo, quem é oposição fiscaliza, denuncia, procura aperfeiçoar o processo, como é a minha intenção.

Senador Eduardo Braga, vou começar pelo final.

V. Exª traz uma tese nova: a de que a Refinaria de Pasadena teria sido um bom negócio.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Não...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Deixe-me concluir.

V. Exª falou que as opiniões todas são calcadas em informações incorretas, o que não é bem assim. Foram 42 mais o dispêndio em estoque, de 80, e isso e aquilo, que perfaziam quase os 320 milhões, que foi o que o Brasil, a Petrobras pagou com 50%.

Tenho o direito de concluir que está se justificando que o negócio não teria sido um mau negócio, que teria sido, no mínimo, um negócio razoável. Contraria a unanimidade do próprio Governo, que entende que foi feito um mau negócio.

A Presidente soltou uma nota atribuindo o mau negócio à deficiência de informações no campo legal e no campo técnico. V. Exª diz que relatórios foram apresentados por parte de consultorias de nível internacional da melhor qualidade. Eu não tenho nenhuma dúvida com relação à qualidade de uma McKinsey.

Agora, a Presidente da República decidiu pela compra da Petrobras com base em relatórios de qualidade de que ela disse que não dispunha e que a diretoria da Petrobras afirma hoje que já estavam disponíveis e que seguramente o Conselho de Administração, ao decidir pela compra, tinha conhecimento desses competentes relatórios. E o que é fato é que foi feito o negócio. Se havia estoque de 160 milhões de combustível e isso e aquilo, talvez a empresa valesse US\$200 milhões. Foram pagos US\$320 milhões com uma cláusula que obrigou o Brasil, a Petrobras, a pagar mais US\$800 milhões em seguida.

Que bom negócio ou que negócio é esse que não mereça reparo? Eu estou aqui para trazer a palavra da oposição no rumo da correção de rumos de um fato que está indignando o País e que foi autorizado por Sua Excelência a Presidente da República, que disse que não dispunha de elementos, que a diretoria da Petrobras disse que tinha elementos, que V. Exª, com competência, diz que eram elementos confiáveis, porque eram relatórios de consultoras de primeira categoria...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – ... e que dariam tranquilamente a condição à Presidente de tomar uma posição refletida em função de dados confiáveis.

É essa a minha preocupação com uma empresa cujo valor patrimonial caiu, e caiu violentamente, cujo valor da ação, inclusive em função de uma visão externa... Porque, na cotação da Petrobras, vale mais a cotação da Petrobras na Bolsa de Nova York do que na Ibovespa, porque são muito praticadas em matéria de negociação lá fora. É a visão do mercado. Ela pode estar investindo, e deve estar investindo, precisa estar investindo, mas o que é fato é que o desempenho dela, porque ela está sendo obrigada a fazer uma política de governo de combate à inflação para a empresa que é propriedade do País, do Governo brasileiro e de milhões de acionistas ou milhares de acionistas, está com o desempenho abaixo da crítica, tanto é que o valor da ação caiu para menos da metade. É a visão do mercado.

Então, esse patrimônio não é de V. Exª, não é meu, é do Brasil. Temos a obrigação de, na hora em que os fatos existirem, debater como estamos debatendo, para encontrarmos o caminho da correção.

O setor elétrico, Senador Eduardo Braga. Eu aqui fico desnivelado, porque sou engenheiro civil e V. Exª é engenheiro elétrico. Mas seria tão mais fácil se a Chesf, que é uma estatal, exibisse competência e tivesse completado o linhão. Esse linhão estaria injetando nas linhas de distribuição de alta tensão perto de uma Itaipu de energia elétrica na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará. Perto de Itaipu. É isto: perto de Itaipu. Em energia elétrica muito mais barata do que a termoelétrica, muito mais barata, poluição zero e com investimento já feito pelo setor privado. Veja, o setor privado foi capaz de, em tempo hábil, preparar o mais difícil, os postes e os cata-ventos. E o Poder Público, ineficaz, foi incapaz de produzir o linhão que recolhe a energia produzida pela eficiência do setor privado e joga para o consumo dos brasileiros.

Vou repassar a V. Exª o meu sentimento, como o modelo do marco regulatório envolve reparos a fazer. Se a hidrelétrica de Belo Monte estivesse pronta, se tivesse seguido o cronograma original, nada de binóculo observando como está o nível de água no Centro-Sul, no Nordeste, no Sudeste, nada, ela estaria dando ao Brasil a condição de nadar de braçada, como na Croácia, no campo da oferta de energia elétrica aos brasileiros.

V. Exª se lembra que no leilão foi preciso que se arrumassem os competidores e que o BNDES entrasse para subsidiar. E isso por conta de quê? De um modelo de marco regulatório. Assim como na questão do pré-sal foi preciso um arranjo para que o pré-sal saísse.

Está errado! Há algo errado que é preciso consertar, e o meu receio é o de que esses erros, que me dão a sensação de que o Brasil está ladeira abaixo, impeçam que nós, V. Exª e eu, encontremos a rede de proteção para segurar o Brasil, que é de nós todos.

E essa é a minha intenção e é esse o argumento que venho nesta tarde trazer para a reflexão da Casa, para conhecimento dos brasileiros e para a correção de rumos, antes que seja tarde.

Com agradecimentos à Presidência pela tolerância e ao brilho do Senador Eduardo Braga, que, com muita competência, acho que deu nível ao debate que fizemos. Pena que poucos colegas tenham assistido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Enquanto o Senador Eduardo Braga se encaminha para o púlpito, a Presidência informa que se encontra o seguinte Expediente sobre a mesa:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Marcelo Crivella para integrar, como suplente, a Comissão Temporária para Modernização do Código de Defesa do

Consumidor, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo, conforme o **Ofício nº 54, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força; e **Ofício nº 29, de 2014**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 54/2014-BLUFOR

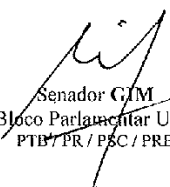
Brasília, 20 de março de 2014

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Marcelo Crivella, para integrar, como membro Suplente, a Comissão Temporária para Modernização do Código de Defesa do Consumidor – CTCDC – em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 29/2014-GLDBAG.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

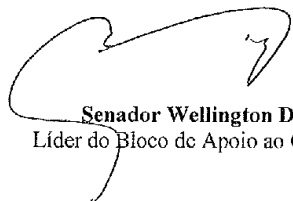

Senador GJM
Líder do Bloco Parlamentar União e Força
PTB / PR / PSC / PRB

Ofício nº 29/2014 – GLDBAG

Brasília, 19 de março de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunicamos que o Bloco de Apoio ao Governo mantém a cessão da vaga de suplente na Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, ao Bloco Parlamentar União e Força.


Senador Wellington Dias
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2014**, do Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Senador Ricardo Ferraço, comunicando, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, sua assunção como Presidente, e a do Deputado Eduardo Barbosa como Vice-Presidente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 1/2014 – CCAI

Brasília, 19 de março de 2014

Assunto: Presidência da Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

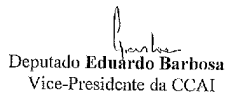
Senhor Presidente,

Nos termos dos parágrafos 1º e 2º e do inciso I, art. 7º, da Resolução nº 2, de 2013-CN, comunico a Vossa Excelência que, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, assumi a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Na-

cional, e que, nos termos dos dispositivos citados, assumiu como Vice-Presidente do colegiado, o Deputado Eduardo Barbosa, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente,

 Senador Ricardo Ferraço
 Presidente da CCAI


 Deputado Eduardo Barbosa
 Vice-Presidente da CCAI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 3, de 2014**, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do **Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013 – Complementar**.

É o seguinte o recurso:


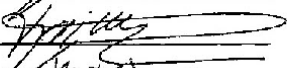

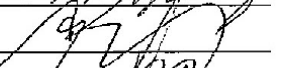
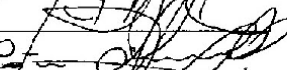

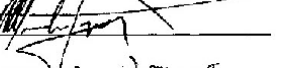
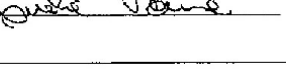

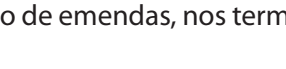
RECURSO Nº 3, DE 2014

Com fundamento no disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.”

Justificação

A despeito do PLS nº 307/2013 – Complementar – ter recebido Pareceres contrários das Comissões de Assuntos Sociais e Comissão de Assuntos Econômicos, e que dado o mérito da proposição, qual seja: alterar a Lei dos chamados fundos de pensão, para democratizar a participação de seus assistidos e, com isso, evitar possíveis e prováveis prejuízos futuros, tal como está ocorrendo no Fundo Aerus, da categoria dos aeronautas, entendemos que a matéria poderia ter sua discussão aprofundada pelo Plenário desta Casa, e, quiçá, se assim entender este Plenário, ser reexaminada por seus colegiados de mérito e até mesmo também ser instruída pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2014.

ASSINATURAS	SENADOR
1 	PEDRO SIMON
2 	PAULO PAIM
3 	PAULO TETZLAFF
4 	Eduardo Suplicy
5 	Agripino Maia
6 	CICERO LUCENA
7 	Fernando Fajardo
8 	Bruno Brandão
9 	Paulo Vitor
10 	Paulo Vitor
11	

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “e”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu só queria pedir à Secretaria que descontasse o tempo dos requerimentos do meu tempo, já que o Presidente leu e comunicou todos os requerimentos, enquanto eu chegava à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com toda justiça, V. Exª terá o tempo necessário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria, antes de fazer o pronunciamento que me trouxe à tribuna, de poder esclarecer, já que não podia mais apartear o Senador Agripino, de que Belo Monte se atrasou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vocês que estão em casa nos acompanhando, não por causa do marco regulatório, mas por questões ambientais. Nós tivemos graves e sérios embates para liberação ambiental para a construção de Belo Monte. Tivemos inclusive celebridades internacionais visitando Belo Monte e fazendo movimentos para que não fosse construída.

Que bom que agora a oposição reconhece que Belo Monte é necessário e que a construção de Belo Monte fará com que o Brasil possa nadar de braçada na geração de energia, nas palavras do nosso eminente e competente Senador José Agripino.

Outra questão que eu gostaria de corrigir em relação ao marco regulatório é que, sem o marco regulatório, Srs. Senadores, Sr. Presidente, senhores telespectadores, os parques eólicos do Nordeste não teriam sido construídos pela iniciativa privada. Se a iniciativa privada pôde construir no Nordeste brasileiro os parques de geração de energia a vento, energia eólica, é por causa do marco regulatório. Agora, é verdade que CESF precisa ser mais eficiente, ser mais competente para poder implementar a linha de transmissão que trará não a equivalência de uma Itaipu. O total dos parques eólicos prontos no Brasil significa 1.8 gigawatt. Isso é muito menos do que Itaipu produz. Itaipu produz muito mais do que isso.

Para que os telespectadores possam ter ideia, Tucuruí produz e remete para o Sudeste brasileiro, para o Centro-Oeste brasileiro mais de 5 gigawatts por hora. Portanto, nós estamos falando de avanços que aconteceram nesse setor. Há problemas? Há. Precisa de mais investimento? Precisa. Precisamos debater o setor elétrico? Precisamos. Tem razão o Senador Agripino. Mas nós não podemos deixar de reconhecer que o Brasil saiu de uma era de racionamento e de blecaute para uma era em que nós estamos debatendo por que não fizemos mais quando estávamos numa época que nada fazíamos. Portanto, é um discurso e um debate que nós do Governo não temos nenhum problema em fazer.

Por fim, quero dizer que, no caso da Petrobras, nós não estamos dizendo que Pasadena foi um bom negócio. Nós estamos mostrando que Pasadena foi um negócio que respeitou os parâmetros e os padrões internacionais e que, em função de uma crise que reduziu a rentabilidade naquele setor, aquele negócio se tornou um mau negócio temporariamente. Se ele vai se transformar num bom negócio em médio prazo ou não, só o tempo dirá.

E é verdade também que a Petrobras hoje é a empresa do setor de prospecção de petróleo que mais investe em produção de petróleo hoje no mundo – na razão do seu investimento *versus* o volume do seu capital.

Mas, Sr. Presidente, eu venho à tribuna no dia de hoje para poder fazer um registro memorável, porque, no dia de ontem, a Câmara dos Deputados, em sessão memorável, aprovou, na noite desta quarta-feira, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 103, de 2011, de iniciativa da Srª Presidenta da República Dilma Rousseff, prorrogando por mais 50 anos o regime de incentivos da Zona Franca de Manaus, do Polo Industrial de Manaus.

Foi, sem dúvida, uma das vitórias do povo do Amazonas mais importantes neste Congresso, senão a maior vitória neste Congresso. Ainda parcial, mas que mostra a ampla margem de votos. E, representada pela sua ampla margem de 364 votos, ou seja, 56 Deputados além do número mínimo exigido, demonstrou o firme compromisso dos Parlamentares com o fortalecimento e a consolidação do Polo Industrial de Manaus.

Estimulados pela votação da noite de ontem, vamos multiplicar nossos esforços de negociação com as Lideranças partidárias na Câmara, de modo que a PEC da Zona Franca, como é conhecida, seja votada em segundo turno no mais curto espaço de tempo possível.

Completada sua votação na Câmara dos Deputados, será a vez deste Senado cumprir o seu papel relevante de gestor da Federação, votando também em dois turnos a importante matéria, que é essencial não só ao desenvolvimento do Amazonas, mas de toda a Amazônia ocidental, como indispensável ao restante do País.

De fato, Sr. Presidente, estamos em 2014 e o regime de incentivos fiscais da Zona Franca, na forma inscrita em nossa Constituição, acabará em 2023.

Trata-se de um lapso de tempo muito curto – menos de nove anos – para que os investidores sejam estimulados a aplicar seus recursos no Polo Industrial de Manaus.

Porém, com a prorrogação por 50 anos, eles terão a tranquilidade de que necessitam para programar seus investimentos naquela região e para ter a demonstração inequívoca da vontade e do compromisso político da República brasileira para com este projeto.

Tenho insistido, Sr. Presidente, em destacar dois elementos importantes que envolvem a Zona Franca de Manaus.

Primeiro, a implantação, em plena Floresta Amazônica, de um dos maiores polos da América Latina, que emprega mais de 100 mil pessoas diretamente trabalhando na indústria eletroeletrônica, entre outras indústrias de ponta da tecnologia.

Segundo, a implantação do Polo Industrial de Manaus ocorreu e ocorre preservando-se e conservando-se a Floresta Amazônica e seus incomensuráveis recursos naturais.

Trata-se de um desafio reconhecido e aplaudido pela comunidade internacional. E, por essa razão, Sr. Presidente, assumimos o compromisso público com o Amazonas e a Amazônia de lutar com toda a força de nossa convicção para que a iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff possa, ainda este ano, neste primeiro semestre, transformar-se em realidade.

Desta tribuna, prometemos ao povo do Amazonas e aos guardiões da floresta que permaneceremos em atitude de permanente vigilância em favor da preservação e da consolidação da Zona Franca de Manaus. Continuaremos muito confiantes de que este desafio será enfrentado e vencido, pois lutamos uma guerra justa.

Na semana passada, para reforçar nosso pedido aos nobres Deputados, publiquei artigo no *Correio Brasileiro* falando sobre a importância da Zona Franca para o Brasil e lancei no meu Estado a campanha Eu Apoio: Zona Franca de Manaus mais 50 Anos, conclamando o povo amazonense, seus artistas e cidadãos a se mobilizarem pela aprovação da PEC, postando a *hashtag* nas redes sociais e enviando *e-mails* para os Deputados.

Também criei um *site* para facilitar o processo e uma plataforma em que as pessoas inseriam seus dados pessoais e, com um simples toque, peticionavam para os Deputados Federais pedindo a aprovação da proposta, a qual hoje celebramos a aprovação.

A campanha lançada foi um sucesso estrondoso e foram enviados para a Câmara dos Deputados cerca de cinco milhões de *e-mails*, atraindo a atenção da mídia e fazendo com que a classe política amazonense também se juntasse ao nosso esforço no Parlamento, independentemente de cores partidárias.

Eu gostaria, se me fosse permitido, de fazer um breve histórico dos projetos que trabalhei para que fossem aprovados, que ajudaram a fortalecer nosso polo industrial. Isso porque a Zona Franca de Manaus sempre foi uma das principais bandeiras da minha luta no Parlamento.

No Senado, desde o primeiro ano de mandato, protagonizei inúmeros embates em defesa do principal modelo econômico do Amazonas junto ao Governo Dilma.

Em 2011, fui Relator de uma importante medida provisória, conhecida como MP dos Tablets (MP 534/2011). A medida reduziu a zero a alíquota do Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para quem produz *tablets* no Brasil.

Para garantir a competitividade das indústrias instaladas no Polo, incluí no texto benefícios que até então as empresas da Zona Franca não tinham, como a isenção fiscal para produção de bens de informática voltados para inclusão digital e crédito de 5,6% de PIS/Cofins para quem comprar *tablets* produzidos no Polo Industrial de Manaus.

Outra medida que preservou as indústrias instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus) foi a definição do que é *tablet*. Essa definição preservou a competitividade da indústria de televisores e monitores do Polo Industrial de Manaus e evitou que os incentivos fiscais dos *tablets* fossem utilizados para a produção de TVs em outras regiões.

Também em 2011, negociamos com o Governo e conseguimos o aumento das tarifas de produtos importados, especialmente dos que concorriam com produtos feitos na Zona Franca de Manaus, como ar condicionado modelo Split, pneus e câmaras de bicicletas e motocicletas. Com essa medida, a indústria nacional teve mais condições de concorrer com os produtos chineses, gerando mais empregos para trabalhadores brasileiros e amazonenses.

Apresentei emendas à MP do Plano Brasil Maior que possibilitaram a proteção do setor de telefonia e televisores do PIM, permitindo que as empresas que produzem equipamentos como *notebooks*, *netbooks*, *desktops*, *tablets* e *modems* voltados para programas de inclusão digital tivessem isenção de até 100% do Imposto de Renda. Pela primeira vez, a Zona Franca de Manaus pôde conceder incentivos fiscais para a fabricação de bens de informática.

Já em 2012, defendi no Senado a unificação da alíquota de ICMS para produtos importados. Isso permitiu a aprovação da Resolução do Senado nº 72, que unificou em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos importados e acabou com a chamada Guerra dos Portos.

Em outubro de 2012, o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar declarando inconstitucionais os benefícios fiscais concedidos pelo Governador de São Paulo, para a produção de *tablets* naquele Estado. A medida prejudicava os produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus e tirava empregos de uma região que precisa olhar para todos esses desafios.

Por ocasião de outra ação no Supremo, eu me reuni novamente com os Ministros do Supremo para esclarecer a importância de se decidir a favor da ADI nº 310, de 1990, há mais de 20 anos. E a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, felizmente, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 310, impetrada na década de 1990, pelo então Governador Vivaldo Frota, contra o Conselho de Política Fazendária.

Vitória esmagadora do nosso povo, pois o relatório da Ministra foi acompanhado por unanimidade pelos demais Ministros daquela Corte.

Em março de 2013, atendendo aos apelos da Bancada do Amazonas, o Exmº Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, instalou, após mais de um ano e meio, a comissão especial para apreciar a PEC de prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.

Após o adiamento da primeira votação, em outubro de 2013, nos reunimos com o secretário executivo do Ministério da Fazenda para tentar acordo de votação da PEC de prorrogação do nosso modelo, com o impasse sobre a prorrogação por mais 50 anos da Lei de Informática.

Por fim, neste último mês, articulamos com as Lideranças de todos os Partidos – repito, de todos os Partidos da Câmara dos Deputados –, para que conseguíssemos inserir a PEC na pauta de votações da Casa.

E finalmente, podemos finalmente comemorar a aprovação em primeiro turno da prorrogação da Zona Franca.

Sr. Presidente, Senador Paim, todo o Brasil acompanha a atuação exitosa do Polo Industrial de Manaus.

Repito: graças ao modelo industrial baseado na sustentabilidade ambiental, o Amazonas preserva a maior floresta do Brasil e do mundo e mantém protegida a maior biodiversidade do Planeta.

De nossa parte, cidadãos do Amazonas, estaremos sempre atentos e dispostos a fortalecer nossa Zona Franca.

Gostaria de agradecer à Ministra Ideli Salvatti, ao Ministro Aloizio Mercadante, ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Líderes de todos os partidos e, em especial, ao Líder do PT, Deputado Vicentinho; ao Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha; e ao Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

Muito obrigado a todos os Líderes partidários. Todos encaminharam, sem exceção, a favor do Polo Industrial de Manaus, a favor da Zona Franca de Manaus. Agradeço os esforços de todos em favor da aprovação deste projeto, que representa a vida dos amazonenses e a preservação do maior patrimônio de floresta em pé e de biodiversidade do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Braga, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, que fez um brilhante pronunciamento.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Anibal Diniz, que permutou com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só como informação: eu gostaria que V. Exª pudesse explicitar a ordem de inscrição. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois do Senador, será um Líder; o próximo Líder é V. Exª e, na sequência, este Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham pela Internet, gostaria de, seguindo o que já foi feito hoje pelo Senador Jorge Viana, dizer que a capital do Estado do Acre vem enfrentando, nos últimos dias, uma situação grave com a alagação provocada pela cheia do Rio Acre, que chegou a quase 17m em Rio Branco e desabrigou mais de mil famílias. Foram exatamente 1.176 famílias. Hoje a Prefeitura de Rio Branco está auxiliando, com o apoio do Exército e também do Governo do Estado, na remoção das famílias, na chamada Operação Volta para Casa. Graças a Deus, as águas do Rio Acre voltaram ao nível considerado normal. Na medição de hoje, às 9h, o nível do Rio Acre era de 11,84m, nível considerado seguro pela Defesa Civil. A vazante permite o retorno das famílias em segurança para casa.

Outro fator importante no retorno das famílias para as residências é o avanço nos serviços de limpeza de ruas e casas atingidas pela alagação.

O cenário, nas ruas destruídas pela enchente de 2014, é desolador, mas o Prefeito Marcus Alexandre e o Governador Tião Viana trabalham com suas equipes desde segunda-feira na operação de limpeza dos bairros afetados pela cheia do Rio Acre, em Rio Branco. O trabalho é coordenado pela Secretaria Municipal de Serviços

Urbanos (SMSU), e as áreas prioritárias foram definidas no sábado, dia 15, numa reunião entre o Prefeito Marcus Alexandre e os presidentes das associações dos 18 bairros mais atingidos pela enchente.

A operação de limpeza está sendo realizada simultaneamente nesses 18 bairros. Essa operação conta com grande contingente de homens e de máquinas, que estão sendo mobilizados para esses serviços. Equipados com pás– carregadeiras, retroescavadeiras, caçambas, caminhões de carga seca e caminhões-pipa, dezenas de operadores, motoristas, garis e encarregados fazem essa operação limpeza nos bairros. A previsão é de que, até este sábado, dia 22, todos os 18 bairros estejam completamente limpos. Ao longo de toda a semana, além da operação de limpeza dos bairros, o trabalho está garantindo o tráfego de veículos e evitando a proliferação de doenças.

O Governador Tião Viana, que também é médico infectologista e doutor em Medicina Tropical, destaca a importância da limpeza para reduzir a possibilidade de transmissão de doenças típicas das enchentes, como a leptospirose, que é transmitida pela urina do rato e vem fazendo vítimas no Acre, além da hepatite A, que também tem relação com a água contaminada. Portanto, somente com uma ação eficaz de limpeza e desinfecção das vias públicas, dos quintais e das casas é possível fazer essa prevenção. Justamente por isso, essa ação de limpeza tem de acontecer antes do retorno das famílias para as suas casas. O objetivo da Prefeitura é que os trabalhos avancem até que os bairros estejam completamente limpos.

Essa limpeza começou pelos bairros Taquari, Seis de Agosto, Triângulo Novo, Comara, Cidade Nova, Alzira Cruz, Beco da Cigana, Cadeia Velha, Adalberto Aragão, Baixada da Habitasa, Base, Ayrton Senna, Aeroporto Velho e Palheiral, que tiveram as suas ruas atingidas.

O Prefeito Marcus Alexandre está acompanhando de perto a ação de limpeza e tem feito visitas aos bairros mais atingidos. Ele esteve ontem, por exemplo, no bairro Ayrton Senna, que foi o quinto bairro a ser completamente limpo. Também na limpeza das casas, há um apoio direto da Prefeitura e do Governo do Estado, através das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde. Elas fornecem o *kit* de limpeza para garantir que a desinfecção aconteça de maneira segura.

Quero destacar aqui a postura responsável e comprometida das equipes, tanto do Governo do Estado quanto da Prefeitura e do Governo Federal, através da Defesa Civil, do Exército, da Aeronáutica, que têm tido uma atitude de muita solidariedade no atendimento às famílias atingidas pela alagação; a atuação se dá desde a remoção dessas famílias de suas residências tomadas pelas águas aos cuidados nos abrigos onde elas foram colocadas temporariamente e, agora, no trabalho de retorno para a casa. Há todo um esforço conjunto, desde os gestores até voluntários.

A população também tem sido muito solidária, tem dado uma contribuição muito importante. Como já é sabido, milhares de famílias foram prejudicadas com a cheia do Rio Acre. A vazante começou no final da semana passada, e o momento ainda é de cuidados. Por isso esse apoio especial que vem sendo dado pelo Prefeito Marcus Alexandre e pelo Governador Tião Viana.

O número de famílias atingidas, quando o nível chegou a seu ponto máximo, com 16,77m, chegou a 1.176 famílias, num total de 4.500 pessoas. Neste momento, a assistência social, a Secretaria Municipal de Assistência Social informa que ainda existem 951 famílias abrigadas no Parque de Exposição. Estão sendo desmontados os abrigos do Sesc/Bosque e do Ginásio Coberto, mas os abrigos do Parque de Exposição permanecem.

Eu gostaria, Sr. Presidente, também de fazer uma ressalva: nós tivemos uma contribuição muito importante no último sábado, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff em Rio Branco. Ela fez um sobrevoo na capital, depois esteve reunida com as famílias abrigadas no Parque de Exposições, e isso, para nós, tem um significado muito especial, porque as palavras têm um significado, mas o significado maior para a gente é o gesto, é a presença. E a Presidenta Dilma demonstrou uma sensibilidade muito grande ao estar com o Governador Tião Viana, com o Prefeito Marcus Alexandre e também ao fazer uma visita aos abrigos, receber o abraço das pessoas, posar para fotografias e acompanhar, com o Prefeito Marcus Alexandre e com o Governador Tião Viana, o plano estratégico que foi desenhado para o atendimento de todas as vítimas. Ao mesmo tempo, ela acompanhou também qual é o planejamento que vem sendo desenvolvido, tanto pelo Governo do Estado, quanto pela Prefeitura de Rio Branco, para dar uma resposta definitiva a esse problema da alagação.

E, nesse sentido, o Governador Tião Viana fez uma exposição, através de um vídeo e de retroprojetores, mostrando o programa Minha Casa, Minha Vida, como ele está sendo executado no Acre, principalmente através da Cidade do Povo, que prevê a construção de 10.500 casas, para atender, prioritariamente, famílias que são atingidas por essas alagações.

Ao mesmo tempo, o Prefeito Marcus Alexandre mostrou quais são as ações principais que estão acontecendo no Município de Rio Branco, como fruto da parceria com o Governo Federal, principalmente no que diz respeito à mobilidade urbana, aos terminais urbanos e ao *shopping* popular, que visa atender aos feirantes

ali do centro comercial da cidade, da parte central da cidade. O *shopping* popular é um investimento que está acontecendo também, que vai dar uma grande contribuição para melhorar as condições do centro da cidade.

E a Presidenta Dilma, ao ter acompanhado esse conjunto de ações e principalmente a atenção especial que o Governo do Estado e a Prefeitura de Rio Branco estão tendo para com as pessoas vítimas da alagação, passou muita segurança. A Presidenta colocou-se à disposição para ajudar naquilo que for possível, naquilo que estiver ao alcance do Governo, seja através da Aeronáutica, seja através do Exército, seja através da Defesa Civil Nacional, e, ao mesmo tempo, colocou-se completamente à disposição para ajudar naquilo que estiver ao seu alcance.

E vale a pena ressaltar que foi objeto do pronunciamento do Senador Jorge Viana que a gente, enquanto está na operação Volta para Casa, em Rio Branco – porque as águas do Rio Acre atingiram um nível que dá certa segurança, isso avaliado pela Defesa Civil – não podemos dizer o mesmo do Rio Madeira, que teve hoje o nível de 19,32m, podendo chegar a 19,50m, segundo previsão da Agência Nacional de Águas. Isso compromete completamente o tráfego de caminhões entre Porto Velho, no Estado de Rondônia, e Rio Branco, no Estado do Acre.

A situação continua muito preocupante no que diz respeito à alagação do Rio Madeira, e isso afeta diretamente o Acre, porque grande parte de todos os produtos alimentícios e outros produtos básicos que chegam ao Acre chegam através da BR-364, que neste momento está interrompida.

Então, estamos vivendo uma situação bastante delicada. Enquanto o nível das águas do Rio Acre chegou a um ponto que dá uma segurança para a volta das famílias às casas, e já existe uma mobilização do Governo do Estado e da Prefeitura para a volta das famílias às suas casas, não podemos dizer o mesmo em relação à situação do Rio Madeira, em Rondônia, que continua num nível bastante preocupante e que pode, inclusive, ficar mais elevado, comprometendo completamente o tráfego de caminhões entre Porto Velho e Rio Branco.

Gostaria, Senador Paim, Sr. Presidente, terminando esta minha exposição, de pedir a V. Ex^a que autorizasse a transcrição na íntegra deste documento, porque é um documento que tem de ficar registrado aqui no Senado Federal, e usar os meus minutos finais para fazer um relato da experiência fantástica que tive na semana passada, juntamente com o Senador Jorge Viana, de conhecer a Estação Antártica e todo o trabalho realizado pelo Programa Antártico Brasileiro (Proantar), através de um convite que nos foi formulado pela Marinha do Brasil. Pudemos estar presentes numa missão que considero excepcional. Fico muito agradecido à Marinha do Brasil, a todos os seus comandantes, que puderam nos levar, com total segurança, juntamente com a Aeronáutica. Pudemos fazer um pouso na Antártica, no continente do gelo, e conhecer as experiências de pesquisas que estão acontecendo lá como fruto do Programa Antártico Brasileiro.

Então, Sr. Presidente, na semana passada, tive a satisfação, atendendo ao convite da Marinha do Brasil, por meio do Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, de integrar a comitiva que visitou o Continente Antártico. E, assim, pude verificar *in loco* a reconstrução da nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, que foi destruída por um incêndio há dois anos.

Seguiram também, na expedição, o Senador Jorge Viana; alguns Deputados Federais; o Major-Brigadeiro-do-Ar Carminatti; o General-de-Divisão, médico Feitosa; a Secretária Executiva da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Suzana Dieckmann; o Contra-Almirante Samir; o Brigadeiro-do-Ar Eraldo; o Contra-Almirante Jorge Machado; o Subchefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Paulo Argenta; o Secretário da SAE, Sérgio Margulis; a Terceira Secretária do Ministério de Relações Exteriores, a Secretária Bárbara Boechat; e o assessor de relações institucionais da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, o Capitão-de-Mar-e-Guerra, reformado, Teixeira.

Vale a pena reforçar aqui que o Capitão-de-Mar-e-Guerra, reformado, Teixeira é um dos pioneiros dos trabalhos e das pesquisas no continente antártico. Ele é uma das pessoas que detém o maior número de informações e tem um conhecimento muito profundo a respeito de tudo que é feito e de todas as possibilidades daquela região. E quando estamos falando do Continente Antártico, nós estamos falando de uma área cuja extensão é 1,6 vezes maior que a do Brasil. Quer dizer, tem quase o dobro do Brasil em termos de extensão territorial e possui 80% de toda a água doce do mundo.

Várias autoridades civis e militares que tiveram a oportunidade de conhecer essa experiência certamente ficaram muito impactadas com o que viram. Quero agradecer os oficiais e civis do gabinete do Comandante da Marinha que fizeram todo o trabalho de logística para que a viagem não sofresse qualquer modificação no planejamento.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) foi criado em 1982, com a colaboração de um grupo de pesquisadores que, juntamente com a Marinha, deram início à primeira expedição brasileira à Antártica, com a tarefa inicial de realizar um reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico, bem como selecionar o local onde seria instalada a futura estação brasileira.

O sucesso da primeira expedição resultou no reconhecimento internacional e na nossa presença na antártica, o que permitiu, em 12 de setembro de 1983, a aceitação do Brasil como parte consultiva do Tratado da Antártica, com base na intenção do programa de instalar uma estação científica e de continuar realizando operações anuais naquele continente.

O Proantar – Programa Antártico Brasileiro é gerido por uma parceria entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Meio Ambiente, de Relações Exteriores, de Minas e Energia, da Defesa e o CNPq. A quantidade de órgãos públicos envolvidos evidencia a importância do programa para o País. A Antártica influencia sobremaneira no clima mundial e na vida no Planeta, detém as maiores reservas de gelo e água doce do mundo e é depositária de riquezas energéticas e minerais incalculáveis.

O Programa Antártico Brasileiro vem realizando, de maneira muito corajosa, muito séria, muito responsável, muito disciplinada – e tem aqui o meu reconhecimento –, pesquisas com descobertas importantes sobre aquele continente. Nessas últimas três décadas, pôde realizar uma média anual de 20 projetos de pesquisa nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia e arquitetura, além de permitir à Marinha do Brasil, com o apoio da Força Aérea Brasileira, realizar uma das maiores operações de apoio logístico em termos de complexidade e distância.

O Programa Antártico Brasileiro tem legado ao País, a par da produção científica, a formação de novas gerações de pesquisadores antárticos; a consolidação de importante experiência operacional em ambiente glacial, de clima adverso; e o desenvolvimento de uma logística complexa de alcance internacional em área remota.

Em 1984, foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Península Keller, no interior da Baía do Almirantado, na Ilha Rei George. Em 2012, um grave incêndio destruiu a edificação principal da Estação. Apesar do incidente, as pesquisas científicas prosseguiram com os recursos disponíveis, e com o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, o Navio Polar Almirante Maximiano e os laboratórios que não foram afetados pelo incidente.

Além disso, a comunidade científica nacional, amparada pelas manifestações de solidariedade enviadas por instituições de outros países com os quais o Brasil tem sólida cooperação na Antártica, está podendo realizar atividades conjuntas com esses parceiros, durante o tempo de reconstrução da Estação Comandante Ferraz.

Em 10 de outubro do ano passado a Marinha do Brasil recebeu o Projeto para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz. Após um concurso organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com mais de 100 inscritos, o projeto foi elaborado pelo escritório de arquitetura Estúdio 41, de Curitiba, que levou em conta as considerações da Marinha e dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Meio Ambiente para ser preparado.

O projeto prevê uma área em torno de 4.500m² do edifício principal e mais cerca 500m² das unidades isoladas. A Estação será construída no mesmo local ocupado anteriormente, com capacidade para abrigar até 64 pessoas durante o verão e 34 no inverno.

A complexa infraestrutura será composta por sistemas de água potável e residuária, energia, resíduos sólidos, rede lógica e comunicações de dados e voz, segurança, logística, instalações mecânicas e sistemas especiais, como fontes de energias renováveis. Serão 19 laboratórios, cinco unidades de pesquisa independentes (módulos de meteorologia, módulo ozônio, Punta Plaza, VLF e Ipanema) e cinco unidades de logística e segurança (refúgios, estação rádio emergência, oficina náutica, módulo de mergulho e casa de bombas). Além disso, terá biblioteca, academia, *lan house*, centro cirúrgico de emergência, entre outros ambientes.

O projeto encontra-se em fase de licitação para a reconstrução das edificações, com o custo estimado de R\$140 milhões, cuja obra de suas fundações está prevista para ocorrer no início do próximo verão austral, em novembro de 2014 e com o término previsto para março de 2016.

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Então, Sr. Presidente, para concluir este meu pronunciamento, eu gostaria de reforçar o meu agradecimento à Marinha do Brasil, o meu agradecimento especial a todos os oficiais e civis, tanto da Marinha do Brasil quanto da Aeronáutica e do Exército Brasileiro, ao General Feitosa, que foi muito gentil para conosco, atuando também como médico da equipe lá. Para aqueles que sentiram algum incômodo lá, ele sempre estava à disposição para dar uma atenção especial. Toda a equipe da assessoria parlamentar da Marinha e da Aeronáutica aqui, no Senado Federal, também foi muito solícita.

E o mais importante de tudo, Sr. Presidente, foi poder ouvir das pessoas que compreendem a importância estratégica da presença do Brasil do ponto de vista do trabalho científico mesmo. Não se trata de ação de defesa militar, mas sim de trabalho científico no Continente Antártico.

Nós temos, hoje, uma certeza: o Brasil não deixa nada a dever às grandes nações do mundo no que diz respeito à logística instalada para o Programa Antártico Brasileiro. Tanto é verdade que, para essa nossa via-

gem, saímos daqui com um avião a jato da FAB; viajamos depois, de Punta Arenas até a Antártica, num avião turbo-hélice, um Hercules C-130; depois, tivemos apoio, em viagem de helicóptero, para o trecho entre a estação e o navio; depois, percorremos uma parte de navio, pelo menos quatro horas, entre a estação chilena e a estação brasileira. Dessa forma, pudemos perceber que o Brasil está bem estruturado para apoiar a pesquisa no Continente Antártico.

Com as descobertas que foram feitas nesse estudo de ambiente glacial, tenho certeza de que o Brasil não vai ficar a dever a nenhum centro mais avançado, porque ele está, verdadeiramente, dando atenção especial ao programa.

E aos nossos militares da Marinha o nosso agradecimento especial, porque eles levam a Bandeira do Brasil aos lugares mais distantes, aos lugares mais inóspitos para mostrar que o Brasil é uma grande nação e pode dar uma contribuição para o Planeta, num trabalho solidário, porque a Antártica não é espaço de ninguém, mas espaço de todos. Lá, todas as nações se solidarizam e trabalham harmonicamente, uma ajudando a outra. Pesquisadores das mais diferentes nacionalidades estão, permanentemente, prestando solidariedade um ao outro, porque aquele ambiente é de extrema dificuldade, inóspito, perigoso e precisa exatamente da solidariedade de todos para que o trabalho aconteça.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos à Marinha do Brasil e a todos que participam do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), com a certeza de que esses pesquisadores, essas pessoas que dedicam sua vida vocacionalmente para novas descobertas em ambientes polares, na Antártica, estão dando uma grande contribuição para as gerações futuras, buscando conhecimentos que serão, absolutamente, importantes, principalmente porque, na Antártica, estão concentrados 80% da água doce do Planeta.

Fica, então, esse meu registro, Senador Paim.

Peço a V. Ex^a a gentileza de autorizar a transcrição integral deste pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, na semana passada, tive a satisfação de aceitar o convite da nossa Marinha brasileira, através do Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, e integrar a comitiva que visitou o Continente Antártico e, verificou “in loco” a reconstrução da nossa Estação Antártica “Comandante Ferraz”.

Seguiram, também, na expedição o Senador Jorge Viana, alguns deputados federais, o Major-Brigadeiro do Ar Carminati, o General-de-Divisão médico Feitosa, a Secretaria-Executiva da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Suzana Dieckmann, o Contra-Almirante Samy, o Brigadeiro do Ar Heraldo, o Contra-Almirante Jorge Machado, o Subchefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Paulo Argenta, o Secretário da SAE Sérgio Margulis, a 3a Secretária do Ministério das Relações Exteriores Bárbara Boechat, o Assessor de Relações Institucionais da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, o Capitão-de-Mar-e-Guerra reformado Teixeira e fiai! várias autoridades civis e militares que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco sobre o Programa Antártico do nosso País.

Quero agradecer aos oficiais e civis do Gabinete do Comandante da Marinha que fizeram todo o trabalho de logística para que a viagem não sofresse qualquer modificação no planejamento.

O Programa Antártico Brasileiro – Proantar foi criado em 1982, com a colaboração de um grupo de pesquisadores que juntamente com a Marinha deram início à primeira expedição brasileira à Antártica, com a tarefa inicial de realizar um reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico, e selecionar o local onde seria instalada a futura Estação Brasileira.

O sucesso da primeira expedição resultou no reconhecimento internacional de nossa presença na Antártica, o que permitiu, em 12 de setembro de 1983, a aceitação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, com base na intenção do Programa de instalar uma estação científica e de continuar realizando operações anuais naquele continente.

O Proantar é gerido por uma parceria entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e inovação, do Meio-ambiente, das Relações Exteriores, das Minas e Energia, da Defesa e o CNPq. A quantidade de órgãos públicos envolvidos evidencia a importância do programa para o País. A Antártica influencia sobremaneira no clima mundial e na vida no planeta, detém as maiores reservas de gelo e água doce do mundo e é depositária de riquezas energéticas e minerais incalculáveis.

O Programa Antártico Brasileiro vem realizando substancial pesquisa científica na Antártica, e nessas três décadas pôde realizar uma média anual de vinte projetos de pesquisas nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia e arquitetura, além de permitir à Marinha do Brasil, com

o apoio da Força Aérea Brasileira, realizar uma das maiores operações de apoio logístico, em termos de complexidade e distância. O Proantar tem legado ao País, a par da produção científica, a formação de novas gerações de pesquisadores antárticos; a consolidação de importante experiência operacional em ambiente glacial, de clima adverso e o desenvolvimento de uma logística complexa de alcance internacional, em área remota.

Em 1984 foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Península Keller, no interior da Baía do Almirantado, na Ilha Rei George. Em 2012, um grave incêndio destruiu a edificação principal da Estação. Apesar do incidente, as pesquisas científicas prosseguiram com os recursos disponíveis, e com o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, o Navio Polar Almirante Maximiano e os laboratórios que não foram afetados pelo incidente. Além disso, a comunidade científica nacional, amparada pelas manifestações de solidariedade enviadas por instituições de outros países com os quais o Brasil tem sólida cooperação na Antártica, está podendo realizar atividades conjuntas com esses parceiros, durante o tempo de reconstrução da Estação Comandante Ferraz.

Em 10 de outubro do ano passado a Marinha do Brasil recebeu o Projeto para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz. Após um concurso organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com mais de 100 inscritos, o projeto foi elaborado pelo escritório de arquitetura Estúdio 41, de Curitiba, que levou em conta as considerações da Marinha e dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Meio Ambiente para ser preparado.

O Projeto prevê uma área em torno de 4.500m² do edifício principal e mais cerca 500m² das unidades isoladas. A Estação será construída no mesmo local ocupado pela anterior, com capacidade para abrigar até 64 pessoas durante o verão e 34 no inverno. A complexa infraestrutura será composta por sistemas de água potável e residuária, energia, resíduos sólidos, rede lógica e comunicações de dados e voz, segurança, logística, instalações mecânicas e sistemas especiais, como fontes de energias renováveis. Serão 19 laboratórios, 5 unidades de pesquisa independentes (módulos de meteorologia, módulo ozônio, Punta Plaza, VLF e Ipanema) e 5 unidades de logística e segurança (refúgios, estação rádio emergência, cafangoria e oficina náutica, módulo de mergulho e casa de bombas). Além disso, terá biblioteca, academia, lan house, centro cirúrgico de emergência, dentre outros ambientes. O Projeto encontra-se em fase de licitação para contratação da reconstrução das edificações e com o custo estimado de cerca de R\$140 milhões, cuja obra de suas fundações está prevista para ocorrer no início do próximo verão austral, em novembro de 2014 e com a reinauguração prevista para março de 2016.

A partir deste ano, 20 novos projetos com a participação de pesquisadores brasileiros serão desenvolvidos na Antártica. Serão destinados R\$ 13,8 milhões de fundos setoriais, somados a recursos do CNPq e a emendas da Frente Parlamentar pela Antártica. O planejamento de ações no continente começa com oito meses de antecedência. Devido às condições climáticas, esses projetos só serão desenvolvidos no verão antártico.

Entre tantas utilidades práticas, as pesquisas científicas realizadas pelo Brasil na Antártica podem ajudar no serviço de meteorologia, na previsão de frentes frias e no impacto que elas causam em atividades agropecuárias do País.

Ao mesmo tempo, os estudos ajudam a entender os efeitos da mudança climática global, provocada pelo excessivo lançamento de gases causadores do efeito estufa, responsáveis por aquecer o planeta e provocar um acelerado do degelo da região.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr.(a) Presidente(a), Sras Senadoras, Srs. Senadores, a capital do Estado do Acre enfrentou uma situação grave com a alagação provocada pela cheia do rio Acre, que chegou a quase 17 metros em Rio Branco e desabrigou mais de mil famílias.

Hoje, a prefeitura de Rio Branco está auxiliando, com o apoio do Exército e também do governo do Estado, na remoção das famílias na chamada operação volta para casa.

Graças a Deus, as águas do Rio Acre voltaram ao nível considerado normal.

Na medição das 09h de hoje, o nível do rio Acre era de 11 metros e 84 centímetros, um nível considerado seguro pela Defesa Civil. É a vazante que permite o retorno das famílias em segurança.

Outro fator importante no retorno das famílias para as residências é o avanço nos serviços de limpeza das ruas e casas atingidas pela alagação.

O cenário, nas ruas destruídas pela enchente de 2014 é dosolador, mas o prefeito Marcus Alexandre e o governador Tião Viana trabalham com suas equipes desde segunda-feira, 17, a operação de limpeza dos bairros afetados pela cheia do Rio Acre em Rio Branco. O trabalho é coordenado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) e as áreas prioritárias foram definidas sábado passado, dia 15, em reunião ocorrida entre o prefeito e os presidentes das associações de moradores dos 18 bairros mais prejudicados pela alagação.

A operação de limpeza está sendo realizada simultaneamente em dezoito bairros da capital e contará com 144 homens e 56 equipamentos. São oito equipes fazendo a limpeza e remoção de lixo e entulho dos bairros que foram atingidos pela enchente do rio Acre.

Equipadas com: pás carregadeira, retroescavadeiras, caçambas, caminhões 'carga-seca', caminhões-pipa, dezenas de operadores e motoristas, garis encarregados fazem a operação limpeza nos bairros.

A previsão é que até este sábado, 22, todos os 18 bairros estejam completamente limpos.

Ao longo de toda a semana, além da operação de limpeza dos bairros, o trabalho está garantindo o tráfego de veículos e evitando a proliferação de diversas doenças.

O governador Tião Viana, que também é médico infectologista e doutor em Medicina Tropical, destaca a importância da limpeza para reduzir sobremaneira a possibilidade de transmissão de doenças típicas das enchentes, como a leptospirose, que é transmitida pela urina do rato e vem fazendo dezenas de vítimas no Acre, além da hepatite "A", que também tem relação com a água contaminada. Portanto, somente com uma eficaz ação de limpeza e desinfecção das vias públicas e dos quintais é possível fazer a prevenção.

Justamente por isso, essa ação de limpeza tem que acontecer antes do retorno das famílias para suas casas e o objetivo da prefeitura é que os trabalhos avancem até que os bairros estejam completamente limpos – Até o sábado!

A limpeza começou pelos bairros Taquari, Seis de Agosto, Triângulo Novo, Cornara, Cidade Nova, Alzira Cruz, Beco da Cigana, Cadeia Velha, Adalberto Aragão, Baixada da Habitasa, Base, Airton Sena, Aeroporto Velho, Palheira!, que tiveram várias ruas completamente tomadas pelas águas da enchente.

O prefeito Marcus Alexandre está acompanhado de perto a ação de limpeza – e tem feito visitas aos bairros mais atingidos.

O bairro Airton Sena foi o quinto bairro completamente limpo – Até ontem.

Até a limpeza das casas é apoiada pela prefeitura e o governo que por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) distribuiu kits de limpeza.

Quero destacar aqui, a postura responsável e comprometida das equipes do Governo do Estado e da Prefeitura no atendimento às famílias nesta alagação, desde a remoção das famílias das residências tomadas pelas águas, até o cuidado nos abrigos públicos e nas demais frentes de trabalho e agora no retorno para casa.

Há todo um esforço conjunto de gestores e voluntários.

Como já é sabido, milhares de famílias foram prejudicadas com a cheia do Rio Acre. A vazante começou no final da semana passada e o momento ainda é de cuidado e de apoio as famílias que estão retornando para casa, tentando retomar a rotina de suas vidas.

Quando o nível do rio Acre chegou aos 16,77 metros, a maior medição do ano e a quarta maior enchente já registrada, 1.176 famílias, totalizando 4.454 pessoas chegaram a receber assistência da prefeitura de Rio Branco e do governo do Estado nos três abrigos montados para receber as pessoas que ficaram desabrigadas.

De acordo com informações da Secretaria Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL, ainda nesta quinta-feira, 20, estavam no abrigo do Parque de Exposições Marechal Castelo Branco 951 famílias, num total de 3.644 pessoas.

Há ainda aquelas famílias que estão sendo retiradas dos abrigos do Sesc/Bosque e do Ginásio Coberto e que não tem condições de voltar para suas casas. Estas estão sendo levadas para o parque até que outras medidas sejam adotadas.

A secretária de Assistência Social diz que por decisão do prefeito Marcus Alexandre e do governador Tião Viana, toda a infra estrutura montada no Parque de Exposições para prestar assistência às famílias será mantida pois existem situações em que as residências não oferecem mais condições para as pessoas voltem em segurança.

Para o trabalho de remoção e retorno das famílias de volta aos bairros e casas onde já foi concluído o trabalho de limpeza, somente o Exército Brasileiro está com 12 caminhões e 150 homens do 4o Batalhão de Infantaria de Selva (4o BIS). . A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), também está atuando na operação com trabalhadores e caminhões na retirada das famílias.

Aqui vale lembrar ainda, que durante o período em que as famílias permaneceram no Parque de Exposições, receberam da Prefeitura de Rio Branco e do Governo do Estado toda a assistência social, médica, segurança e apoio necessário nesse momento tão difícil.

Neste momento, além de reconhecer o esforço e a dedicação do governador Tião Viana e do prefeito Marcus Alexandre que reafirmaram a necessidade de se manter o trabalho de seguir atendendo as vítimas da enchente, quero reconhecer de forma especial o empenho da presidenta Dilma Rousseff, que esteve em Rio Branco no último sábado para prestar solidariedade e garantir o apoio necessário do governo federal ao nosso estado nesse momento tão delicado.

A Presidenta Dilma Rousseff sobrevoou áreas alagadas em Rio Branco e visitou o Parque de Exposições, maior abrigo público para famílias afetadas pela cheia do Rio Acre.

Dilma desembarcou em Rio Branco às 12h25 e estava acompanhada do general

Adriano Pereira Júnior, secretário nacional de Defesa Civil.

No Aeroporto, foi recebida pelo governador Tião Viana e o prefeito Marcus Alexandre, além de lideranças políticas, religiosas e empresariais.

A Presidenta Dilma assistiu a vídeos e exposições sobre as cheias em Rio Branco e outros municípios. O prefeito Marcus Alexandre falou sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido no acolhimento às famílias e agradeceu muito o apoio prestado pelo Governo Federal que está apoiando as ações para diminuir os impactos das enchentes.

Foram liberados recursos emergenciais, conforme destacou o próprio prefeito Marcus Alexandre. Além disso, estão sendo enviados aviões com mercadorias e profissionais extras do programa Mais Médicos, vagas extras do Minha Casa, Minha Vida e auxílio a pescadores e pequenos e médios agricultores.

Dilma reafirmou compromissos em manter o Acre abastecido de alimentos e bens essenciais e anunciou que o Governo Federal, em conjunto com o Estado, está buscando alternativas de integração por rodovia ou hidrovias do Acre com o resto do País.

A presidenta cumprimentou o governador, o prefeito, as autoridades do Acre por um fato importante: não ocorreu nenhuma morte, nenhum ferido mesmo com esse quadro crítico e isso, como bem destacou ela, se deve às políticas adequadas praticadas pelas autoridades.

Quanto aos desastres naturais, Marcus Alexandre expôs à Presidenta e sua comitiva as séries históricas das cheias do Rio Acre e seus afluentes em Rio Branco e os conseqüentes gastos públicos com a atenção prestada aos atingidos, como na manutenção dos abrigos públicos mantidos pela Prefeitura e o Governo do Estado. Levando-se em conta o resultado das cheias a partir de 1988, de acordo com dados da prefeitura, Rio Branco acumula prejuízo de R\$650 milhões.

Na oportunidade ainda, o prefeito de Rio Branco, aproveitou para expor à presidenta Dilma os grandes investimentos que o Governo Federal realiza em Rio Branco, como o Shopping Popular, os Terminais de Integração, os quais são parte da política de mobilidade social em implementação, com 100% da frota de ônibus com GPS; 16 ônibus novos em 2013; 25 ônibus novos em 2014; idade média da frota 4 anos e meio; passagem para estudante a R\$ 1,00 em 2013; passagem a R\$ 2,35 na bilhetagem eletrônica, entre muitos outros avanços, como o programa Mais Médicos e os investimentos em saúde.

O ponto que chamou a atenção de Dilma Rousseff foi a educação da primeira infância, protagonizada fundamentalmente pelo Programa Brasil Carinhoso com aumento de 12% das matrículas em 2013 (22 mil alunos); aumento de 54% das vagas em creches em 2013; 10 novas creches em construção pelo Brasil Carinhoso que irão proporcionar mais 1650 novas vagas. Esse programa é pessoalmente coordenado pela Presidenta, que guarda especial carinho pela política de amparo à criança.

O governador Tião Viana também apresentou as ações de desenvolvimento econômico e social do Acre através de projetos apoiados pelo governo de Dilma Rousseff. A situação dos municípios em relação às cheias dos rios também foi detalhadamente relatada pelo governador Tião Viana.

Além dessa questão, Tião Viana ressaltou a política habitacional para remover, de modo definitivo e seguro, as famílias que vivem em áreas de risco. Como ele bem disse, o governo empreende política para solução definitiva não para um “curativo superficial”, disse ele, reafirmando a necessidade de se acabar com as habitações nessas áreas após a remoção da família para local seguro.

O Governo do Acre trabalha a todo vapor na construção da Cidade do Povo, o maior conjunto habitacional implantado no Estado, o qual tem como objetivo abrigar ex-moradores de áreas de risco. Estão sendo construídas mais de 10,5 mil casas e o projeto foi bastante elogiado pela Presidenta Dilma Rousseff.

Ela elogiou também o trabalho desenvolvido pelas equipes que atuam diretamente na assistência às famílias atingidas pelas cheias. A apresentação feita pelo prefeito Marcus Alexandre reafirmou a convicção da Presidenta de que as famílias estão bem assistidas, mesmo diante de uma situação tão difícil quanto o enfrentamento aos efeitos da alagação.

No Parque de Exposições, a presidenta Dilma pôde constatar pessoalmente uma questão que havia apresentada na exposição do prefeito Marcus Alexandre: o acolhimento nos abrigos é diferenciado para crianças e idosos, os quais contam com alojamento e acompanhamento especial.

Ainda em sua passagem por Rio Branco, a presidenta anunciou que o trabalho de Defesa Civil Nacional será realizado em três frentes: assistência e acolhimento das pessoas, reconstrução do foi destruído pela alagação e ações estruturantes que irão melhorar o processo de convivência das cidades com os fenômenos naturais.

Então eu quero agradecer, mais uma vez, o olhar carinhoso da presidenta Dilma Rousseff e por sua preocupação com o drama vivido pelo Acre e o estado vizinho, Rondônia, onde a cheia do Rio Madeira -que atingiu hoje 19,32 metros, podendo chegar a 19,50 metros, segundo previsão da Agência Nacional de Águas (ANA) – não apenas prejudica a população local mas também o Acre, uma vez que a BR 364, principal via de ligação rodoviária do Acre com o resto do País, está em parte coberta pelas águas do Madeira.

Essa situação também nos deixa preocupados e a presidenta Dilma, ao demonstrar-se sensibilizada com o agravamento desse quadro garantiu que a ponte aérea através das Forças Armadas será mantida e que, além disso, o governo federal irá buscar outras rotas para a reintegração do Acre.

Finalizo, comentando que a presidenta Dilma foi carinhosamente recebida pelas pessoas por todos os locais onde passou, em Rio Branco, desde o saguão do aeroporto até o abrigo público montado no Parque de Exposições. As pessoas correram para ver a Presidenta, fazer fotos com ela, dar-lhe um abraço. A todos ela retribuiu o carinho com um aperto de mão, um beijo na face ou um abraço.

Isso é reflexo da política que fazemos. A política como instrumento do bem coletivo. Com empenho, dedicação, esforço, seriedade e muito trabalho para tornar melhores as condições de vida de todos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, com certeza absoluta, Senador Anibal.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Agora eu passo a palavra a um Líder.

Eu vi uma assinatura aqui que não identifiquei. Eu sabia que era a vez do Senador Rodrigo Rollemberg, mas a assinatura eu não reconheci, é uma assinatura de doutor.

Senador Rodrigo Rollemberg, Líder do PSB, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, amigo, Senador Paulo Paim.

Eu não poderia deixar de, na condição de Líder do Partido Socialista Brasileiro, posicionar-me sobre um fato extremamente relevante e bastante veiculado pela imprensa nacional nos últimos dias: a compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras.

É importante registrar que nós estamos apresentando à Comissão de Meio Ambiente um requerimento de convocação do Ministro das Minas e Energia e de convite à Presidenta da Petrobras para que possam trazer esclarecimentos oficiais a respeito dessa questão, que é de extrema gravidade.

Em reunião no gabinete do Senador Pedro Simon – o Senador Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, o Senador Randolfe, o Senador Cristovam Buarque e eu –, decidimos que vamos ingressar com uma representação na Procuradoria-Geral da República para que esta investigue efetivamente essa compra da Refinaria de Pasadena, no Texas.

E por que isso? Entendemos especialmente que, por ser um ano político, um ano eleitoral, essa investigação deve ser feita com toda profundidade e com toda isenção. Nós estamos falando da principal empresa brasileira, a Petrobras; nós estamos falando da Presidenta do Conselho de Administração da Petrobras à época, hoje Presidenta da República.

Nós não tivemos uma experiência positiva com as últimas comissões parlamentares de inquérito aqui no Congresso. Ao contrário, a última teve um fim lamentável. Portanto, chegamos à conclusão de que a melhor maneira de promover uma investigação profunda, mas ao mesmo tempo uma investigação distante da manipulação política, seria através da Procuradoria-Geral da República.

Alguns Senadores têm posições divergentes sobre a questão da CPI, e cada um terá a oportunidade de se posicionar, mas entendemos que essa é uma ação conjunta desses cinco Parlamentares – é claro que estaremos abertos a outros Parlamentares que também defendem a mesma posição – de apresentarem essa representação na Procuradoria-Geral da República.

Faço questão de dizer que já vim a esta tribuna outras vezes ao longo das últimas semanas para mostrar o fracasso da política energética deste Governo. E digo isso lamentando porque sei da importância que é a questão energética para o desenvolvimento de qualquer país. Mas isso contesta o Governo, isso demonstra que é uma falácia a propalada capacidade administrativa gerencial da Presidenta da República.

É importante registrar que a Presidenta da República foi Ministra das Minas e Energia, Senador Cristovam, e é a responsável maior pela política energética do País. O que está acontecendo com a Petrobras em relação à compra dessa refinaria não é um fato isolado. Infelizmente, esse não é um fato isolado. E não é um fato isolado em relação à questão petrolífera, porque o que efetivamente está acontecendo é uma grande crise na política energética, com graves prejuízos para o País.

Podemos trazer um dado que demonstra que, das dez empresas entre as 500 maiores do mundo que mais perderam valor de mercado nos últimos 12 meses, quatro são brasileiras. O valor de mercado é calculado de acordo com o preço da ação da empresa multiplicado pelo total de papéis dela que são negociados e é um indicador que aponta a confiança do investidor sobre a companhia. E o pior resultado é o da Petrobras,

que perdeu 34% do seu valor em bolsa, queda que só não é maior que a do banco espanhol Bankia, 51%, um símbolo da crise espanhola, salvo da falência pelo governo local em 2012.

A companhia brasileira que, há cinco anos, figurava entre as dez maiores do mundo está, hoje, na 121ª posição, avaliada em US\$74 bilhões, um terço da rival PetroChina. É muito importante essa informação, mas ela não é a única. Foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado uma comissão externa para investigar o processo de suposta corrupção na compra de plataformas na Holanda, por parte de uma empresa holandesa. E temos a informação oficial do Governo Federal de que a Presidenta Dilma, à época Presidente do Conselho, não tomou conhecimento dos documentos que mostravam determinadas cláusulas contratuais. É muito importante a vinda da Presidenta da Petrobras para trazer esclarecimentos ao Senado Federal, porque alguns executivos da Petrobras desmentem essa informação e afirmam que todos os membros do Conselho tinham acesso a toda a documentação.

Portanto, esse é ponto importante a ser esclarecido. É importante ser esclarecido, porque a compra dessa refinaria se deu por um preço oito vezes maior, e não estamos falando de quantias pequenas, estamos falando em bilhões de reais, em bilhões de dólares. Essa compra se deu por um valor oito vezes maior do que o preço que a empresa que vendeu para a Petrobras tinha comprado no ano anterior. Então, são dados muito significativos.

Depois, quando essas informações chegaram ao Conselho de Administração da Petrobras, a Presidenta ainda era Presidenta do Conselho. Portanto, isso é muito importante.

Aqui, é essencial garantir sempre a presunção da inocência. Nós não estamos querendo, de forma prematura, irresponsável e leviana, acusar ninguém, mas entendemos, exatamente por isso, que o local adequado, o fórum adequado para uma investigação profunda, para uma investigação despolitizada, despartidarizada, é a Procuradoria-Geral da República.

Mas este momento merece reflexões sobre o conjunto da política energética, porque não há só a questão da Petrobras. A Eletrobras também sofreu uma desvalorização enorme nos últimos anos. O jornalista Elio Gaspari mostra, em seu artigo desta semana, o que significou a desvalorização dessas empresas na área de energia. E nunca o Governo gastou tanto em termelétricas como está gastando neste ano. A estimativa já é a de que R\$15 bilhões sairão do Tesouro para cobrir o rombo em função da utilização das termelétricas, sem falar do enorme prejuízo ambiental causado pelo uso das termelétricas no Brasil.

Então, são temas muito graves. Mas não para por aí. Volta e meia, a televisão e os jornais demonstram que grandes investimentos feitos na geração de energia não são utilizados porque não são realizados, concomitantemente, os investimentos nas linhas de transmissão dessa energia. Onde está a capacidade de planejamento do Governo? Onde está a capacidade de gestão da gestora, se o Governo não consegue concatenar a geração de energia com a transmissão de energia?

O Senador Cristovam se impressionou com esse dado. Na semana que vem, eu trarei o número exato.

Isso tudo nos traz insegurança quanto à forma com que se deu o leilão do pré-sal, que é uma riqueza fantástica, extraordinária, mas que chamou a atenção pela participação de apenas um consórcio, com um valor muito abaixo do esperado. Esse é um fato que surpreendeu o Senador Cristovam. O valor da licitação do pré-sal foi menor do que a concessão da privatização do Galeão, por exemplo.

Então, isso tudo traz uma sombra, traz uma nuvem de desconfiança sobre a gestão da Petrobras que precisa ser esclarecida. É importante que a Presidenta venha aqui para dar as explicações, mas é importante que a Procuradoria-Geral da República investigue, para saber se houve negligência, se houve dolo, se houve má-fé, se houve enriquecimento ilícito.

Todas essas denúncias são agravadas pela notícia de que, hoje, um ex-diretor da Petrobras que vem sendo investigado pela Polícia Federal em função da compra dessa refinaria foi preso, com grande quantia de dinheiro, em sua casa.

São assuntos que, certamente, esquentam e tornam ainda mais importante esse processo de investigação, que deve ser feito de forma profunda, com muita tranquilidade, com muita serenidade, mas também com muita firmeza.

Mas, na questão energética, nós também ficamos muito preocupados com o arrefecimento pelo Governo das políticas de agroenergia. Eu sempre digo que a agroenergia é o nosso pré-sal verde, é o nosso pré-sal sustentável, é o nosso pré-sal permanente. Mas parece que, depois da descoberta do pré-sal, o Governo arrefeceu seu entusiasmo no apoio às políticas de agroenergia. É importante registrar aqui que esse é um setor em que o Brasil é pioneiro, em que o Brasil é referência e desenvolveu tecnologias muito avançadas. O Brasil já foi elogiado internacionalmente pela utilização de automóveis *flex*, por exemplo. O setor do etanol passa por uma grave crise, por uma dificuldade, em função da falta de política energética do governo.

Portanto, são muitas questões na quais queremos nos aprofundar. Não tenho dúvida de que esse tema pautará o debate da próxima semana, e queremos estar aqui para fazer esse debate com os representantes

do Governo, para fazer um debate em alto nível, porque esse é um debate importante para o Brasil. Esse é um debate que trata de questões estratégicas para o futuro do Brasil. Nenhum país do mundo terá capacidade de se desenvolver se não tiver uma política energética forte, robusta e consistente.

Portanto, quero fazer o registro dos nossos requerimentos que estamos apresentando na Comissão de Meio Ambiente e também na Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir a Presidenta da Petrobras, para ouvir o Ministro das Minas e Energia e para iniciar o processo de esclarecimento sobre isso e, ao mesmo tempo, dessa ação conjunta com o Senador Randolfe, com o Senador Cristovam, com o Senador Pedro Simon e com a Senadora Ana Amélia junto à Procuradoria-Geral da República, no sentido de pedir uma investigação profunda sobre essa questão.

Ouç o Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Rodrigo, V. Exª já comunica, em nosso nome, em nome dos Senadores que se reuniram ainda há pouco no gabinete do Senador Pedro Simon, as iniciativas que tomamos. De fato, Senador Rodrigo, a situação da Petrobras é da mais extrema gravidade. A Petrobras é, sem dúvida alguma, a grande conquista de todas as estatais, é a grande conquista do povo brasileiro no século XX, é a grande conquista do povo brasileiro. Não é demais destacar que a Petrobras foi conquistada no momento em que, no mundo todo e no Brasil, questionava-se a existência dessa importante riqueza natural. E foi um desafio lançado para todos os brasileiros a existência da Petrobras e a consagração da Petrobras. E a que estamos assistindo? Os fatos recentes mostram a degradação da nossa empresa. Os fatos ocorridos de ontem para hoje mostram que, no mínimo, há uma história não bem explicada, envolvendo, no caso em tela, a Presidente da República. Ora, não está explicado se a Presidente do Conselho Deliberativo da Petrobras, que hoje é a Presidente da República, não agiu por omissão ou se diretores próximos dela cometeram um crime lesivo ao Erário Público. Portanto, Senador Rodrigo Rollemberg, o caso é gravíssimo, e aumentam os contornos de cores da gravidade desse caso, quando, no dia de hoje, a Polícia Federal realiza uma operação em que prende dirigentes que, na época, eram dirigentes da Petrobras, que eram dirigentes da BR Distribuidora na época em que ocorreu a transação de Pasadena. Esse caso se soma a muitos outros envolvendo também a Petrobras. Ou seja, não venham alguns aqui argumentar, como defesa contrária a qualquer investigação, que não se quer com isso defender a Petrobras! A maior defesa da Petrobras neste momento é investigar o que, de fato, está acontecendo. Então, estou convencido, Senador Rodrigo, de que a decisão que eu, V. Exª, o Senador Cristovam, o Senador Simon e a Senadora Ana Amélia tomamos ainda há pouco, no gabinete do Senador Simon, de pedirmos ao Procurador-Geral da República, na próxima terça-feira, para que o Ministério Público Federal instaure processo de investigação, sem prejuízo de outras iniciativas, inclusive, se for o caso, de Comissões Parlamentares de Inquérito, embora esse instrumento esteja muito desgastado nesta Casa, e sem prejuízo dessas iniciativas que V. Exª aqui anuncia de requerimento nas Comissões da Casa para convocar a Presidente da Petrobras, é, sem dúvida, a melhor resposta que nós podemos dar à Nação. A Nação, neste momento, exige resposta da própria Petrobras e das instituições republicanas, notadamente daquela instituição que é a fiscal da lei, a fiscal da República, que tem a função de ser os olhos e ouvidos da sociedade, que é o Ministério Público Federal, ao qual nos acorreremos na próxima terça-feira.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Peço licença ao Senador Cristovam. Antes de passar a palavra a V. Exª, vou pedir a inscrição, nos *Anais* da Casa, do artigo publicado esta semana pelo jornalista Elio Gaspari, em *O Globo*.

Em respeito aos telespectadores que nos ouvem e em respeito à qualidade do artigo e do jornalista que o escreveu, vou pedir licença para ler o artigo, porque, além de ficar nos *Anais*, é preciso e que as pessoas ouçam pela rádio Senado e vejam pela TV Senado a análise de um jornalista muito respeitado, sem influência política, mas que realmente faz uma avaliação muito próxima da avaliação que tenho feito sobre a questão energética do Brasil.

O título é: “O comissariado destruidor”, Elio Gaspari.

Quando a doutora Dilma assumiu a Presidência, uma ação da Petrobras valia R\$29. Hoje ela vale R\$2,60. Somando-se a perda de valor de mercado da Petrobras à da Eletrobras, chega-se a cerca de US\$100 bilhões. Isso significa que a gestão da doutora comeu um ervanário equivalente à fortuna do homem mais rico do mundo (Bill Gates, com US\$76 bilhões), mais a do homem mais rico do Brasil (Jorge Paulo Lemann, com US\$19,7 bilhões). Noutra conta, a perda do valor de mercado das duas empresas de energia equivale à fortuna dos dez maiores bilionários brasileiros.

Se o Governo da Doutora Dilma deve ser avaliado pela sua capacidade executiva, o comissariado petista contrapõe ao conceito de ‘destruição criadora’ do capitalismo a novidade da destruição destruidora. No caso do preço dos combustíveis, de quebra, aleijou o mercado de produção de álcool.

Há empresas, como a Polaroid, por exemplo, que vão à ruína porque vivem de uma tecnologia caduca. Outras cometem erros de concepção, como as aventuras amazônicas da Fordlândia e do Jari. É o jogo jogado. A perda de valor da Petrobras e da Eletrobras está fora dessas categorias.

Acusar a doutora Graça Foster pelos maus números da Petrobras seria uma injustiça. A desgraça derivou de uma decisão de política econômica, mas responsabilizar o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo que acontece nessa área seria caso de atribuição indevida.

O que agrava o episódio é que tanto a Petrobras como a Eletrobras atolaram por causa de uma decisão politicamente oportunista e economicamente leviana. Tratava-se de vender energia a preços baixos para acomodar o índice do custo de vida, segurando a popularidade do governo. O truque é velho. Mesmo quando deu resultados políticos imediatos, sempre acabou em desastres para a economia.

Vem aí a campanha eleitoral, e o Governo irá à luta buscando a reeleição de Dilma Rousseff com duas plataformas: a da qualidade de sua gerência e os avanços sociais que dela derivaram.

Numa área em que os governos petistas produziram o êxito do ProUni, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, criou um novo Enem em 2009. Prometia a realização de dois exames por ano. Nada, mas continuou prometendo.

Em 2012 a doutora Dilma anunciou: 'No ano que vem [serão] duas edições.' Nada. Apesar de ela ter dito isso, o Ministro Aloizio Mercadante e seu sucessor, José Henrique Paim, descartaram a segunda prova, que daria à garotada uma segunda chance de disputar a vaga na universidade. (Nos Estados Unidos, o equivalente ao Enem oferece sete datas a cada ano.)

O novo presidente do Inep, organismo encarregado de aplicar o exame, dá a seguinte explicação: 'É impossível se fazer dois 'Enens' por ano com esse Enem. O crescimento [de inscritos] foi de tal ordem que a logística se impôs.'

É um caso simples de gerência. Quem disse que ia fazer dois exames foi o Governo. As dificuldades logísticas não explicam coisa nenhuma, porque elas já estavam aí em 2009 e, desde então, o Brasil não incorporou ao seu território a Península da Crimeia.

O que há no Governo é mais do que má gerência. É uma fé infinita na empulhação, ofendendo a inteligência alheia.

Eu entendo que esse artigo, pela sua oportunidade, merece ser lido e merece estar inscrito nos *Anais do Senado Federal*.

Ouçó, agora, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Rodrigo, eu vou me referir também a esse assunto da energia e da Petrobras. Então, eu vou me guardar para uma análise mais longa na tribuna. Mas, de qualquer maneira, provocado por seu discurso, veio-me a ideia de que este Senado não pode ficar alheio ao que está acontecendo em relação ao setor elétrico e à Petrobras. O setor elétrico todo mundo sabe a crise que está vivendo. Mas a Petrobras é pior do que o que está havendo. É uma degradação; é um descontrole; são negócios escusos, porque não são claros e porque um dos diretores que fez agora é preso com dólares, levantando mais suspeitas. Por tudo isso, eu acho que o Presidente Renan prestaria um grande serviço ao Brasil se nos convidasse para aqui, juntos, debatermos esse assunto. Nós podemos vir aqui nos acertando, mas seria diferente se fosse um convite do Presidente do Congresso dizendo: devemos debater o assunto desses últimos dias ou horas relacionados à compra da Refinaria Pasadena e outros aspectos da Petrobras. Eu quero deixar aqui, Senador Paim como Presidente da Mesa, essa sugestão ao Presidente Renan. Convoque-nos. Agora, se ele não convocar, eu quero convocar V. Ex^a e outros para que na terça-feira estejamos aqui. Vamos debater com um número maior do que hoje. Já é final de quinta-feira, ano eleitoral, o plenário já está vazio. Vamos, terça-feira, reunir o máximo de colegas Senadores para debater esse assunto. Inclusive com o contraditório do Governo, explicando-se, justificando-se. Talvez nós estejamos errados, talvez a imprensa inteira esteja errada, talvez a empresa que vendeu esteja errada, porque ela disse que foi um excelente negócio quando vendeu ao Brasil a refinaria. Então, vamos, terça-feira, juntos, aqui, reunir-nos para debater esse assunto, esperando, quem sabe, que o Presidente Renan tome a iniciativa de ele próprio nos convidar.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu quero registrar que eu estarei aqui, na terça-feira, para participar desse debate, para podermos nos aprofundar.

Quero registrar que, realmente, a empresa que vendeu deve estar muito satisfeita, deve considerar um grande negócio, porque comprar uma empresa por um valor e vendê-la no ano seguinte por um valor oito vezes superior realmente é um excelente negócio.

E quero registrar aqui, antes de encerrar, o meu profundo apreço, Senador Paim, pela Petrobras, pelo que representa a Petrobras. Eu digo isso, e repito, que há três empresas no Brasil que demonstram com clareza a capacidade de realização da população brasileira e mostram que toda vez que o Estado brasileiro resolveu investir em ciência, tecnologia e inovação os resultados foram muito significativos. Eu me refiro à Petrobras, à Embrapa e à Embraer. Elas representam o sucesso de uma política de Estado, de uma política de apoio à ciência, à tecnologia e à inovação.

Entendo que a melhor defesa que podemos fazer da Petrobras neste momento é colocar luzes sobre a Petrobras, é colocar luzes para que haja uma transparência total, para que os processos sejam conhecidos, para que a gente evite a partidarização, o aparelhamento de uma empresa como a Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Na verdade, o que está acontecendo com a Petrobras, que tem uma visibilidade muito grande em função da sua importância no cenário mundial, é fruto do que Eduardo Campos e Marina Silva têm denunciado permanentemente nos seus encontros no Brasil: o aparelhamento da máquina administrativa. Nós estamos vivendo um ciclo que precisa ser encerrado, se não o Brasil não aguenta. O Brasil não aguenta mais que o Estado brasileiro, as empresas públicas brasileiras, as empresas estratégicas do Brasil, como a Petrobras, sejam dominadas pelo aparelhamento político-partidário, que não tem compromisso com o interesse público – não tem compromisso com o interesse público!

Essa questão precisa ser modificada. É por isso que Eduardo e Marina afirmam, e eu reafirmo aqui, que esse pacto político que sustenta o Governo, que sustenta esse tipo de ação, de atitude está mofado, está superado, precisa ser sepultado, precisa ser encerrado. Nem o País aguenta, nem a população aguenta ou suporta mais.

Portanto, Senador Cristovam, quero dizer que estaremos aqui, na terça-feira, fazendo esse debate. Queremos aprofundar, porque estamos tratando de uma questão estratégica para o Brasil, estamos falando da sobrevivência de uma empresa estratégica da maior importância para o País e estamos falando de um setor sem o qual nenhum país se desenvolve, que é o setor energético.

Infelizmente, estamos vivendo no Brasil uma grande crise pela falta de política energética ou por uma política energética que vem destruindo as condições de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Rodrigo Rollemberg. Agora é a minha vez de usar a tribuna.

Senador Cristovam, o senhor é convidado a usar a palavra, mas depois o senhor assume, para eu falar? Então, fazemos o seguinte, Senador Cristovam, o senhor é convidado a usar a tribuna – eu já fiz em alguns momentos isso –, e eu faço o meu no encerramento da Presidência.

Combinamos, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, já faz algum tempo, alguns anos que eu subo aqui com um discurso de que a economia brasileira vai bem. Aliás, a economia brasileira está bem, mas não vai bem. Alertava sobre 15 pontos que ameaçavam o futuro da nossa economia. Hoje, pouco a pouco, a gente começa a mudar o título e, em vez de dizer que a economia está bem, mas não vai bem, nós já somos obrigados a dizer que a economia não está bem. Não está bem em diversos aspectos, muitos dos quais eu já tive aqui a oportunidade de falar: no problema do câmbio, no problema da inflação, no problema das contas do setor público, no sentido das contas externas, no sentido da incapacidade de inovação, na burocratização, em cada um dos pontos.

Hoje, eu quero me referir ao assunto da energia. Não estamos bem, não estamos bem, não estamos bem porque não temos feito o dever de casa como deveríamos. Não temos trabalhado com planejamento e com competência atacando os diversos eixos necessários em qualquer política energética, hoje, no mundo. Por exemplo, não demos ênfase à busca de fontes alternativas de energia, acreditando que é inesgotável o potencial hidráulico, hídrico e que, por isso, energia solar, energia eólica não merecem credibilidade. É assim que o setor vem pensando. Aqui e ali há um projeto, sim, de eólica. Há alguns projetos de energia solar, mas muito pouco. Não há um incentivo à produção de painéis solares no Brasil como deveria ser. Mesmo para o que a gente faz hoje de eólico e de solar, a gente importa a tecnologia. Não há um investimento nisso.

O Senador Rodrigo falou aqui no seu orgulho da Embraer. A gente devia ter uma Embraer da energia alternativa. Não temos. Não há essa ênfase.

Nós cometemos o erro – o segundo ponto – de incentivar o consumo em um tempo em que o mundo inteiro procura reduzir o consumo.

Eu até aproveito o ensejo, Senador Paim, para fazer um apelo a todos vocês que têm alternativas, propostas de como reduzir o consumo de energia: escrevam para o Senado, usem o meu *site*. Escrevam, eu quero ver sugestões.

Todos sabemos que, quando foi preciso, num momento de apagão, este País reduziu o consumo em 20%. De lá para cá, as coisas melhoraram um pouco, subimos o consumo. E agora há um verdadeiro incentivo do Governo Federal ao aumento do consumo. Com poucos gestos, o Brasil poderia reduzir o consumo sem que caísse a qualidade de vida, mas nós não fazemos esse exercício. Ao contrário, ao reduzir a tarifa da energia elétrica, o que o Governo fez foi sinalizar: "Gastem mais, gastem mais, gastem mais!"

Nós – terceiro ponto – descapitalizamos o setor elétrico. Descapitalizamos pela redução da tarifa, que ou exige uma injeção brutal de recursos do Governo Federal, que leva ao déficit nas contas, ou promove inflação, ou endividamento, ou desvio de dinheiro de algumas prioridades mais importantes para o setor elétrico. Se não fizermos uma dessas quatro coisas, nós vamos ter um setor elétrico velho, arcaico, ineficiente, arriscado.

Nós agora estamos no momento de perceber a degradação da outra base de nossa energia, a elétrica. A Eletrobras e a Petrobras. As duas empresas estão hoje sob suspeita de degradação, de perda de credibilidade, de manipulação de informações, de manipulação de contas de um lado para outro, e a tutela política usa essas empresas para fins imediatistas na política. Isso é de uma gravidade profunda. E o resultado, Senador Paim, da falta de competência, da falta de gestão, da falta de planejamento, da arrogância como receberam aqui as nossas críticas, chegando ao ponto de nos chamarem de pessimistas, de desconhecedores. Quantas vezes aqui a gente viu a maneira arrogante como os representantes do Governo trataram aqueles que faziam alertas – eu não digo críticas, mas alertas.

E finalmente a euforia, a euforia que engana, a euforia que cega, a euforia que faz com que a Presidenta do Conselho Diretor da Petrobras assine uma coisa sem olhar com cuidado o que está por trás. O que fez a Presidenta Dilma, naquele momento, assinar com tanta facilidade aquele acordo que agora ela reconhece que não tinha as informações necessárias. Foi a euforia, o deslumbramento, o mesmo que levou o Sr. Eike Batista à falência. Foi a euforia. A euforia que cega, que não permite ver a realidade, não permite ver, por exemplo, as informações que estavam por ali.

Isso levou a Petrobras à situação em que está hoje. Um dos grandes problemas da empresa é o controle de preços dos derivados que o Governo impõe como forma de enganar os preços. Inflação não se controla com mão política, inflação só se controla com o aumento da produção ou com a redução da demanda. Ninguém quer redução da demanda. Então tem de ser com a produtividade. Mas procura-se uma maneira mais fácil. O País tem uma empresa enorme e diz: "Vamos baixar o preço dos combustíveis, mesmo que a empresa perca lucros". Com isso, perde a credibilidade, com isso, tem as suas ações jogadas para baixo, mas, ao menos, adia-se um pouco, artificialmente, a elevação da taxa de preços.

Todo mundo gosta quando o Governo toma medidas que baixam os preços, mas depois vem a conta. E a conta vai chegar. A conta vai chegar quebrando esse controle que não se sustém por muito tempo e ameaça a situação da empresa. Com o aumento da importação de combustíveis para atender ao forte crescimento da demanda, essa política tem drenado uma parte significativa do caixa da estatal, impedida de alinhar os seus preços com o mercado internacional.

Ficamos um uma estrutura de preços, aqui, diferente da estrutura lá fora. A Petrobras, se exportasse, teria uma rentabilidade muito maior, mas é obrigada a vender barato aqui. Aqui perto, a Argentina passou por isso, um tempo atrás, com relação à carne, e com uma visão muito mais humanitária, que era a de alimentar a sua população. Mas a economia pagou o preço.

A empresa tem mantido os preços domésticos defasados em relação ao mercado internacional com o objetivo de controlar a inflação e de incentivar a atividade econômica. Desde 2003, a defasagem dos preços da gasolina e do diesel promoveu perdas de mais de R\$40 bilhões, Senador Rodrigo. V. Ex^a falou naquelas perdas que o Elio Gaspari mostrou. Faltaram essas perdas, R\$40 bilhões pela defasagem de preço.

Em 2013, a estatal tem perdido algo em torno de R\$1 bilhão mensal só com importação de gasolina e diesel. E o País se dizia, há poucos anos, autossuficiente. Mentiam ou erraram, uma das duas. Ou mentiam para nós dizendo que havia autossuficiência, ou incompetentemente ficamos para trás. A empresa tem enfrentado dificuldades para cumprir seus cronogramas de investimentos. Desconfia-se que os investimentos para o pré-sal não serão cumpridos, até porque se preferiu – o que tem suas vantagens – que fossem investimentos nacionais. O resultado tem sido o atraso e a revisão de vários projetos, e aquela da produção da empresa, que, em 2013, deve ser de 2%, voltando aos níveis observados em 2009, cinco anos atrás.

A construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, reflete problemas relativos a gestão de projetos de construção de refinarias pela Petrobras. O custo previsto multiplicou – pasmem – por dez, de US\$2,3 bilhões para US\$20 bilhões. E a sócia venezuelana não aportou o dinheiro que prometeu, até o momento, o que, mais

uma vez, é o resultado daquele item de problema chamado euforia. Assinou-se levemente. A leviandade é uma filha da euforia, da mesma maneira que a Presidente assinou, levemente, porque apressada, sem ter todas as informações, embora alguns diretores digam que ela tinha as informações, o que aí é mais grave ainda do ponto de vista de caráter.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um minuto. A compra da Refinaria de Pasadena, que hoje está na imprensa, é mais do que um negócio péssimo, do ponto de vista financeiro. É um negócio escuso, e é um negócio suspeito. Apesar de, em 2010, ter realizado a maior capitalização da História, que gerou a injeção de R\$45 bilhões no seu caixa, a empresa está hoje perigosamente perto dos níveis que fariam com que perdesse seu *status* de grau elevado de investimento.

No *ranking* elaborado pela consultoria internacional PFC Energy, mostra-se que, em 2010, ano da megacapitalização, a estatal brasileira é a terceira maior petrolífera do mundo, com um valor de mercado de US\$228,9 bilhões; em 2012, caiu para a sétima posição. Sétima posição! Isso depois que descobrimos o pré-sal.

Algo está muito errado em tudo isso, algo está muito errado naquilo que eu levantei, de incompetência de gestão, de leviandade na gestão, de arrogância nas decisões, de euforia na visão do horizonte e na falta de planejamento total, que é uma das coisas que caracterizam este Governo. É um Governo do presente, do imediato, porque é um Governo que privatizou a política. Perdeu a perspectiva do global e do longo prazo e se preocupou com o imediato para cada um. Beneficia a cada um, mas não beneficia o todo. Trata o Brasil como se fosse a soma dos brasileiros. Não é! O Brasil é a soma dos brasileiros que estamos aqui e dos que virão no futuro. Às vezes beneficiar os que estão aqui prejudica os que virão no futuro. Aliás, em geral. O grande papel do estadista é combinar o benefício dos que estão vivos aqui, seus eleitores, com os que virão no futuro e nem nasceram ainda.

Os governos que nós tivemos, esses últimos dois, não têm preocupação de longo prazo. Eu poderia citar aqui, um por um, os projetos deste Governo, que são bons, eu até chamo de privatização benéfica, diferente da de Pasadena, que é uma privatização maléfica. Pois bem, nós colocamos a nossa empresa nessa situação.

A dívida total saltou – e eu passo depois disso a palavra ao Senador Rodrigo – de R\$117 bilhões, no fim de 2010, para R\$249 no final de junho deste ano, ou seja, mais que dobrou em três anos.

Teme-se que um dos próximos passos seja a realização de nova capitalização da Petrobras (após as eleições de 2014). Teme-se. Isso implicará, se for feito, em maior diluição do poder dos minoritários, aprofundando o movimento de estatização da empresa, com consequências de ela ser ainda mais manipulada, ainda mais manejada, com fins imediatistas e privatistas do ponto de vista dos resultados apenas para o consumidor no presente.

Eu passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito rapidamente, Senador Cristovam, só para cumprimentar V. Ex^a. Como V. Ex^a mesmo propôs, nós vamos voltar a esse tema com mais profundidade na semana que vem, com certeza, com a presença de representantes do Governo, o que vai nos permitir aprofundar o debate e ter o contraditório. Mas duas questões chamam muito a atenção no pronunciamento de V. Ex^a. Eu levantei este microfone de aparte para lembrar, mas V. Ex^a assim o fez. Todos nós, brasileiros, lembramos o quanto o Governo gastou em campanhas de publicidade ufanistas, mostrando que o Brasil havia se tornado autossuficiente em petróleo. Realmente, se olharmos o mercado publicitário, talvez tenha sido uma das maiores campanhas publicitárias da história do País. No entanto, o que percebemos hoje é que, efetivamente, nós não somos autossuficientes; pelo contrário, compramos gasolina mais caro do que vendemos, o que tem produzido um déficit importante para a Petrobras, tem feito com que as ações da Petrobras estejam caindo no mercado de ações e com que a Petrobras venha perdendo importância no mercado internacional do petróleo. Outra questão que chama a atenção, e não está presente apenas na questão da Petrobras, podemos perceber praticamente em todos os ambientes do País, pois chama a atenção, é a falta de planejamento. A falta de planejamento é, realmente, uma coisa impressionante e não se refere à questão energética. É uma questão muito grave, porque o Governo... E quero lembrar a frase da Presidente Dilma, de que “para ganhar uma eleição se faz o diabo”. A frase não é minha, mas da Presidente Dilma, que “para ganhar a eleição se faz o diabo”. E nós temos de estar preocupados, Senador Cristovam, porque estamos em ano de eleição e o Governo pode fazer o diabo para tentar ganhar a eleição. É importante registrar isso porque há medidas que precisam ser tomadas com coragem, pois muitas vezes desagradam, mas, em função de estarmos em ano eleitoral, não são tomadas porque o Governo precisa fazer o diabo para tentar ganhar a eleição. Nós estamos vendo, os jornais mostram, a queda substantiva da reserva de água dos reservatórios das hidroelétricas brasileiras. Estamos percebendo que há um aumento no consumo de energia, o que pode levar a um colapso energético. Ao invés de o Governo assumir que esse risco existe... Tomara que não ocorra, eu não sou daqueles que torcem pelo

pior, longe de mim. Não, eu quero que chova bastante para irrigar as terras brasileiras, para melhorar a nossa agricultura e para encher os nossos reservatórios. Mas a responsabilidade de quem está no comando do País é tomar todas as medidas e alertar a população para os riscos que nós temos se não reduzirmos o consumo de energia. Não seria muito mais honesto dizer: olha, a situação está crítica e é importante que todos possamos fazer um esforço para fazer uma redução no consumo de energia elétrica e reduzir o risco de um efetivo apagão? Não seria muito mais honesto? Mas acontece, Senador Cristovam, que, naquele momento, a Presidenta Dilma foi traída pela própria sinceridade, ao dizer que para se ganhar a eleição se faz o diabo. E o Governo já está fazendo o diabo para tentar ganhar a eleição. Eu acho que não vai ganhar de jeito nenhum, porque o que eu sinto é que há um esgotamento do modelo. A população hoje está mais informada – são as redes sociais, as tecnologias de comunicação e informação – e enfadada. A população está percebendo que a sua qualidade de vida está diminuindo. Portanto, tenho plena convicção de que, quando começar o processo político-eleitoral... Eu não me iludo com pesquisas a essa altura do campeonato. O que percebemos é o sentimento da população. A população está dizendo: "Nós não queremos mais as instituições funcionando como estão. Nós preferimos um governo sincero, que reconheça as dificuldades e diga assim: vamos compartilhar juntos..."

(Soa a campanha.)

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) –...a solução para o enfrentamento dessas dificuldades, mas não fingir que não existe dificuldade, fazendo o diabo para tentar ganhar a eleição".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Rodrigo, eu lembro que, há uns três anos, Senador Randolfe, aqui, num discurso sobre esses assuntos – não sobre Pasadena –, sobre a crise que vinha, eu falei que é famosíssimo o discurso de Churchill na Inglaterra, quando ele, no início da guerra, disse: "Para vocês, eu ofereço sangue, suor e lágrimas". Foi assim que ele ganhou. E eu dizia que, se fosse a Presidenta Dilma naquele governo, na Inglaterra, ela teria dito: "Já ganhamos a guerra". E teria perdido. Eu lembro que eu falei isso.

É um erro a euforia nos momentos arriscados. Ou é porque acha que tudo está bem – chama-se isso incompetência –, ou é...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –...porque sabe que está mal, e diz e contrário – aí é desonestidade.

Nós estamos vivendo um momento de profunda gravidade. Eu creio que, inclusive, devemos despolitizar isso, no sentido de partidizar. Devemos retirar a disputa de um candidato contra outro, e que se torne uma preocupação patriótica de todos com o bom funcionamento das nossas instituições, não apenas as políticas, mas as econômicas e as de nossas grandes empresas.

Por isso, Sr. Presidente, eu quis trazer este assunto e vou deixar para a próxima semana o assunto Pasadena, para me dedicar mais a esse fato, esperando, inclusive, o que vai acontecer neste final de semana na mídia, quais são as novas informações que a gente tem, quais as explicações que o Governo vai dar que, de repente, nos convença de que nós estamos errados. Eu vou deixar o aspecto específico Pasadena, essa refinaria que foi comprada por um preço muitas vezes maior do que tinha sido comprada um ano antes por outra empresa e que depois entrou naquela confusão toda e terminou custando – quem sabe? – R\$2 bilhões, para falar na próxima semana.

Mas, antes de encerrar, eu passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Cristovam, talvez o convencimento por parte do Governo, neste momento mais difícil, seja provar que nós estamos errados, porque, de ontem para hoje, nas últimas 24 horas do surgimento das denúncias, o Governo teve oportunidade de tentar contradição os fatos. E os fatos das últimas 24 horas são aqueles que se têm levantado contra o Governo. O que nós estamos assistindo por parte do Governo é um jogo de empurra de um lado para o outro, num triste espetáculo que eu diria antirrepublicano, um jogo de empurra, um tentando jogar a responsabilidade para um outro personagem sobre quem foi de fato o verdadeiro negligente. E um desses personagens é aquele, ou melhor, é aquela que hoje é a responsável pela condução dos destinos do nosso País. Isso que é mais temeroso. Por isso, quero reiterar, Senador Cristovam, que a decisão que tomamos ainda há pouco, no gabinete do Senador Pedro Simon, foi a mais adequada: nós irmos... A instituição republicana, eu acho que a grande conquista que nós tivemos com a Constituição de 1988 foi com os poderes que foram concedidos pela Constituição ao Ministério Público. Eu vi recentemente um documentário da Associação Nacional dos Procuradores da República em que o ex-Ministro do Supremo, que o senhor conhece bem, e Procurador da República Sepúlveda Pertence comentava como foi escrito o capítulo sobre o Ministério Público na Constituição de 1988. E eu reputo que os

poderes que foram lá concedidos não poderiam ter sido mais adequados, porque o fato de nós termos essa instituição com os poderes que nós temos hoje é que nos possibilita dar os passos que nós podemos dar. De fato, eu sei que aqui nós poderemos utilizar o instrumento da CPI, como talvez seja até levantado aqui por alguns colegas Senadores. Eu até apoio e acho que V. Ex^a também apoiará, subscreverá um pedido de CPI que haja aqui. Não há problema. Eu até dizia que requerimento de CPI é a coisa mais fácil que há, eu tenho até um pronto aqui, não é problema. Fazer requerimento de CPI é fácil. A gente solicita a algum assessor nosso que vá ali fazer e está pronto o requerimento de CPI. O difícil é como concluir a CPI. Eu estive em uma, a CPI do Cachoeira. Foi uma das maiores vergonhas que este Congresso Nacional já fez. Então, o problema é como vai terminar a CPI. Eu acho que, como nós estamos questionando um *error in vigilando*, no caso, cometido pela Presidente da República,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...nós não podemos incorrer em um *error in vigilando*, como Senadores da República, que temos o dever de fiscalizar. Informados que somos do erro que houve, temos o dever de agir de imediato. E não tenho dúvida de que a medida que tomamos é a mais adequada, correta e urgente – procurar o Procurador-Geral da República, ir até ele pedir a atuação imediata do Ministério Público. E as providências e apurações que forem necessárias haver por conta dele, que ele as faça e que, inclusive, comunique o Congresso Nacional em relação a isso. Eu não tenho dúvida de que esta é a melhor medida que tem que ser tomada diante desses notórios e graves acontecimentos, que denotam contra a Petrobras e denotam contra a Nação – R\$1,9 bilhão é o dado que dá conta. É um sacrifício enorme para o Erário, para uma Nação – inspirado na sua presença aí na tribuna, vendo daqui falar de educação – que tem ainda 9% da sua população analfabeta, que tem Estados do Nordeste com 22% da população analfabeta, 14 milhões de analfabetos – parece-me que é este o número –, desperdiçar milhões que poderiam ser destinados para isso. É um crime que não pode ficar sem a devida apuração, que não poderia deixar de ficar sem uma providência por parte de nós. E não tenho dúvida de que essa providência que tomamos na tarde de hoje foi, sem dúvida nenhuma, a mais justa e adequada que deveríamos tomar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu quero concluir, Senador Paim, dizendo que o Governo, para não citar a Presidenta pessoalmente – mas acho que, no fundo, é ela –, nos deve três desculpas, Senador Randolfe.

A primeira desculpa é por ter assinado aquele negócio sem ter as informações necessárias. É uma desculpa. Não apenas dizer que não tinha, mas pede desculpas à opinião pública por ter assinado um documento sem ter as informações devidas e que levou a um prejuízo de R\$2 bilhões.

A segunda é por ter descoberto isso algum tempo depois e não ter nos comunicado, ter esperado que a imprensa descobrisse, que a imprensa divulgasse. Se a imprensa não divulgasse, o erro continuaria sendo falado aqui como um acerto.

E, terceiro, por ter mantido no cargo os responsáveis pelo erro cometido. É inacreditável! Porque um erro que leva a um prejuízo de R\$2 bilhões...

Além disso, some-se o erro que leva à perda de credibilidade de uma Presidente da República. Porque o prejuízo de R\$2 bilhões é grave, mas o prejuízo da perda de credibilidade, de confiabilidade, de respeito pela sua capacidade de gestão não é menor. Eu creio que ela não ter demitido as pessoas que a colocaram nessa situação faz com que ela tenha que nos pedir desculpa, porque esse foi mais um erro cometido em toda essa confusão criada na gestão atual dessa empresa maravilhosa, que é a Petrobras.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não há problema nenhum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não há problema?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Eu faço o meu registro daqui e encerramos a sessão.

Eu faço o meu pronunciamento da tribuna? *(Pausa.)*

O Senador Rodrigo Rollemberg disse que assumirá aqui para que eu possa fazer o meu pronunciamento. Fica mais protocolar e mais adequado. Eu faria isso só numa emergência.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Rodrigo Rollemberg, eu não poderia deixar de vir à tribuna, porque hoje nós realizamos, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para homenagear as pessoas com síndrome de Down neste dia internacional que debate o tema.

Depois, à tarde, eu tive que fazer uma palestra, junto com a Senadora que é Ouvidora desta Casa, no Banco Central, num evento dos Ouvidores. Lá se reuniram 400 Ouvidores de todo o País. Como eu estive lá, acabei não fazendo meu discurso aqui sobre a síndrome de Down, o que faço neste momento, já que havia assumido este compromisso com diversas lideranças que aqui estiveram hoje, no período de 13h até 14h30min, pela informação que recebi. Entre eles, estava o meu amigo e colega de Parlamento Romário, uma figura muito interessante e que fez um belo depoimento lá na Comissão de Direitos Humanos e também aqui, na parte da tarde, segundo a informação que recebi.

Sr. Presidente, começo registrando que hoje participei do Fórum de Ouvidorias Públicas e Privadas.

Esse evento foi organizado pela Coordenação-Geral de Orientação e Acompanhamento de Ouvidorias. Em torno de 400 Ouvidores de todo o País estavam reunidos no auditório do Edifício Sede do Banco Central aqui em Brasília. O objetivo principal desse fórum é debater – e isso estará acontecendo até amanhã – a reorganização da atuação da categoria como “instância de controle e participação social”.

Importante destacar que o Brasil está prestes a instituir a Política Nacional de Participação Social e o Sistema de Ouvidorias Públicas no Poder Executivo Federal. Lembro também que esta Casa, via Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa deste Senador, realizou, ainda em 2012, audiência para tratar do tema Ouvidoria e Direitos Humanos.

Sr. Presidente, as ouvidorias públicas exercem papel importantíssimo na relação entre o povo e o Estado. A Senadora Lúcia Vânia destacou muito esse tema quando falou em nome da Ouvidoria da Casa. Temos que lembrar também o exemplo da Ouvidoria da Secretaria de Política para as Mulheres, aqui da Casa, que contribuiu muito para a elaboração, inclusive, do projeto que resultou na Lei Maria da Penha.

Hoje, a Ouvidora das Mulheres, desta Casa, é a Senadora Vanessa Grazziotin. Graças ao trabalho dessa Ouvidoria, foram criados serviços de proteção às mulheres e vítimas de violência. Há outro exemplo que também foi subsidiado pelas ouvidorias do Congresso, que é caso da Lei da Ficha Limpa.

Ao longo do nosso mandato parlamentar – eu dizia lá e repito aqui –, apresentamos mais de mil projetos, em diferentes áreas. Todos esses projetos foram fruto de discussão e ouvindo a população brasileira. Lembro, entre eles, o Estatuto do Idoso, que já é lei; o Estatuto da Igualdade Racial, que já é lei; a política do salário mínimo, que já é lei; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está para última votação no plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que o Senado já o aprovou. Lembro aqui também a Voz do Cidadão aqui no Senado, que nos remete demandas de todo o Brasil, que são respondidas pela Casa.

Quando relatamos o PL nº 122 (criminalização da homofobia) – lembro-me aqui neste momento –, recebi milhares, para não dizer milhões de contribuições de todo o País, meu gabinete funcionando quase como uma ouvidoria desse sistema.

Relatei, Sr. Presidente, que há na Casa inúmeros projetos que tratam da Ouvidoria. Temos o PL 342/2007, do Deputado Sérgio Barradas Carneiro; o PLS 157/2004, do Senador Pedro Simon; o PLS nº 1/2003, do Senador Magno Malta; o PLS nº 275/2000, do ex-Senador Valmir Amaral. Enfim, todos eles tratam do tema.

Temos ainda a PEC nº 45/2008, Senador Rodrigo Rollemberg, que é de autoria do Governador do Espírito Santo, do seu partido, o ex-Senador Renato Casagrande, que também trata do tema, valorizando os ouvidores. Temos ainda o PL nº 5.442/2013, de autoria do Deputado Leonardo Picciani, que vai na mesma linha; temos ainda o PL 5.028/2003, de autoria do Deputado Décio Lima. Todos buscando caminhos.

Eu dizia lá e repito aqui que é interessante lembrar que falamos tanto em ouvidoria, mas, diferentemente dos países europeus, a competência do ouvidor não está prevista, de forma explícita, na nossa Constituição.

Lembro aqui uma fala do especialista nessa área, Dr. Edson Luiz Vismona: “Quando relacionamos governo e democracia, não estamos falando apenas de um governo que precisa ser democraticamente eleito, mas de um governo que, depois de eleito, tem que agir democraticamente.”

O Estado brasileiro tem que valorizar, cada vez mais, os ouvidores, porque são canais de ligação, pontes, elos entre o povo e o Estado, como são aqui no Parlamento, por exemplo, audiências públicas, projetos de iniciativa popular, plebiscitos, referendos e o próprio orçamento participativo, que, na década de 80, tínhamos em Porto Alegre.

Enfim, por meio de ouvidorias, as pessoas mandam sugestões, fazem críticas, demonstram preocupações e exigem participação nas decisões. O Estado brasileiro tem que dar o devido valor e importância a essas demandas e ao papel das ouvidorias. A realidade mostra que os movimentos sociais têm muito a contribuir.

Poderíamos lembrar aqui da jornada de junho e de julho, por onde passaram grandes demandas da população, com cartazes, com faixas, com protestos, com discursos, que chegaram à Casa. Foi assim que aprovamos, por exemplo, o fim do voto secreto. E V. Exª, Senador Rollemberg, ajudou muito no encaminhamento aqui, para acabarmos com o voto secreto em cassação de Parlamentar e também no momento de apreciação de vetos, que é, com certeza, no meu entendimento – e dizia lá e repito aqui –, a grande revolução no Parlamento das últimas décadas.

Enfim, reafirmo aqui a importância das ouvidorias. Vamos apoiar esse projeto, que será amplamente discutido com os ouvidores e com a população. Vamos ouvir a população sobre como ela gostaria que fosse a redação final dessa proposta que vai, de uma vez por todas, regulamentar o papel fundamental da ouvidoria em nosso País.

Fazendo este registro, Sr. Presidente, eu agora vou fazer aqui o que tinha de fazer hoje à tarde. Não o fiz porque estava lá nessa palestra, que aqui resumo neste momento.

Trata-se da sessão de hoje sobre o Dia Internacional da Síndrome de Down, que se comemora no dia 21 de março, ou seja, amanhã.

A síndrome de Down seria melhor entendida se fosse escrita no plural. – isso mesmo, síndromes de Down –, pois ela não se expressa apenas de uma forma.

As variações podem ir desde expressão puramente física da deficiência, sem prejuízo do intelecto e até mesmo com inteligência acima da média, até uma diminuição severa do cognitivo.

Trouxe esta análise para mostrar que nossa percepção do ser humano reside nos extremos. Tudo aquilo que foge aos padrões que nos tentaram mostrar ao longo de nossas vidas cai nos estereótipos.

Nós temos o péssimo hábito de classificar, ordenar, padronizar tudo, colocar as coisas dentro de uma caixinha e rotular, segundo aquilo que alguém disse ou que uma elite disse que é bonito, que é feio, que deve ser visto, ou que não deve ser visto, para onde devemos caminhar e para onde não devemos caminhar.

Fazemos isso também com as pessoas, agrupando-as pelo poder aquisitivo, pela função que ocupam, por sua origem, pela cor da pele, pelas características de seu corpo, por suas deficiências. Com isso, separam-se as pessoas por grupos, e, para uma elite que quer comandar, é mais fácil dominar aqueles que ela chama de “minorias”, mas que na verdade são maioria.

Daí, julgamos os grupos de acordo com os conceitos que nos ensinaram e que se incorporam aos conceitos da minoria que quer falar em nome da maioria. É como se o ser humano não fosse único por sua natureza e por sua história de vida.

No caso de pessoas com deficiência, existe o estigma do coitadinho, do incapaz de uma vida em condições de igualdade, ou do super-herói que vence suas limitações de uma forma quase mágica.

Seja por um ângulo, seja por outro, temos dificuldades para olhar para elas simplesmente como pessoas iguais, como pessoas que são inteligentes, intuitivas, sensíveis, mas que também têm incertezas, inseguranças, frustrações, que choram, que riem, que amam e que têm decepções.

Oscilamos, enfim, entre a desconfiança e a expectativa exagerada.

Eu sou daqueles que pensam que devemos nos colocar lado a lado e dar à deficiência o peso que ela tem, sem exagerar, sem pender para um extremo ou para outro. Devemos vê-la como algo natural, sereno e real.

No dia de hoje, quando celebramos essa data, não quero me ater às causas genéticas dessa deficiência, até porque acredito que elas atualmente já são mais conhecidas de todos. E muitos dizem que nem o termo deficiência é correto usar.

Quero falar da inclusão dessa parcela da população, da derrubada de barreiras, da mudança de paradigmas. Em seu artigo acadêmico, Suad Nader Saad deixa a seguinte reflexão:

Parece [ainda] que a informação concorre para a mudança do modo como a sociedade [...] vê [as pessoas com síndrome de Down], porém não de modo suficiente para erradicar o preconceito de imediato. Este, ao esbarrar na cultura e no inconsciente das pessoas, não permite que se considere a diferença como diversidade ao invés de desigualdade, requisito importante para a constituição da sociedade inclusiva. [dos nossos sonhos.]

Das pessoas com síndrome de Down, 99% têm o desenvolvimento intelectual comprometido. Mas é um grande engano pensar que este fato as impede de ter uma vida ativa.

Cada um de nós mede o seu potencial intelectual? Claro que não. Por que temos que medir somente o deles?

Algumas delas são destaques no cinema – como vimos aqui hoje pela manhã –, no esporte; outras se dedicam à culinária e à dança. Temos aqui o espetáculo de um pintor que está expondo aqui no salão do Senado, e eu me comprometi com ele que amanhã passarei lá. Outros mostram o seu potencial trabalhando em empresas dos mais diversos segmentos.

Porém, recente pesquisa da consultoria aqui do Senado revela que, entre as pessoas com deficiência que são contratadas, apenas 4,8% fazem parte do grupo de pessoas com deficiências múltipla e intelectual.

Esse percentual baixíssimo de contratações mostra que é necessário dar maior atenção às pessoas com esse tipo de deficiência, entre as quais estão aqueles com a síndrome de Down.

Precisamos aumentar esse índice de contratações.

A especialista em inclusão e consultora em educação inclusiva Marina da Silveira Rodrigues Almeida elenca uma série de argumentos apresentados por parte dos contratantes e que ajudam a explicar esse baixo número.

Não é bom para a imagem da empresa ter pessoas com deficiência intelectual; pessoas com deficiência intelectual não se relacionam bem [chegam a dizer], cometem demasiadamente erros, não interagem com as equipes de empregados, apresentam dificuldades de arrumar postos de trabalho onde possam desempenhar-se com sucesso, não são competitivos e atrapalham a produção dos resultados da empresa, etc.

Vejam bem a gravidade dessa discriminação, que, segundo a especialista, ela ouviu de alguns empresários.

Notamos, então, que estas observações são baseadas somente em mitos e em preconceitos em relação à pessoa com deficiência intelectual, como alguém desprovido de maturidade, autonomia e independência.

Numa visão panorâmica, o processo de exclusão historicamente imposto às pessoas com deficiência deve ser superado por intermédio de implementação de políticas inclusivas, ações afirmativas e pela conscientização da sociedade acerca do potencial dessas pessoas. Eu sempre digo que cada um de nós tem a sua deficiência. Eu, por exemplo, com a idade que estou, para eu ler só usando óculos; não deixa de ser uma deficiência. Eu, com a idade que estou, já tenho que tomar um remédiozinho para a pressão.

Com o processo de inclusão, todos acabam ganhando – essa é a grande verdade. Com a inclusão, todos ganham. Ganha a pessoa contratada, uma vez que o trabalho melhora a sua autoestima, a independência, a autoconfiança, a valorização de si mesmo e a percepção de sua capacidade laborativa. Ganha a família, pois a qualidade de vida dessas pessoas melhora. As empresas que contratam essas pessoas também ganham, pois se sabe que as relações entre os empregados da empresa melhora sensivelmente quando a diversidade é incorporada em sua política. Os outros trabalhadores também percebem: essa empresa é sensível, essa empresa tem responsabilidade com o social, essa empresa tem uma política de diversidade, de inclusão, de participação. Só valoriza a empresa. Pobre daquela empresa que, embora rica financeiramente, não tem a capacidade intelectual de entender que tem que cumprir, sim, a política de cotas e tem que contratar pessoas com deficiência. Essa empresa é pobre. É pobre porque não tem responsabilidade social.

As relações ficam mais humanas, a solidariedade entre os trabalhadores e o próprio empregador ganha espaço. E a percepção de que o lucro não é tudo contribui, com certeza, para a boa imagem da empresa, tanto no meio social, quanto entre seu quadro funcional.

Sr. Presidente, aqui eu termino, e essa é uma boa reflexão para se fazer no Dia Internacional da síndrome de Down, com relação ao incluir, ao participar, ao permitir que todos tenham oportunidade.

Hoje, um dos doutores que falou na Comissão de Direitos Humanos, o Dr. Zen, disse que a palavra-chave para as pessoas com deficiência é só uma: “oportunidade”. De fato, elas só querem oportunidade. Ele chegou a dizer – ele que é especialista no tema, sociólogo, psicólogo, eu diria até, um grande doutor no campo das pessoas com deficiência – que até discorda daquela frase tão conhecida de que “querer é poder”. Ele disse: “querer pode ser poder, desde que a pessoa tenha oportunidade”. Assim, se não lhe derem nem a oportunidade, como ela vai mostrar todo o potencial que ela pode desenvolver?

Que este dia seja celebrado com reflexões e ações inclusivas, o dia de hoje e o dia de amanhã, porque amanhã, 21 de março, é o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a de retornar – estava atendendo a um grupo de pessoas, eu sei, na sala ao lado – para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB-DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero dizer que é sempre um prazer poder ouvi-lo e, mais uma vez, quero aqui fazer um registro, que faço questão de fazer, Senador Paulo Paim, quando vejo V. Ex^a nessa tribuna: V. Ex^a tem sido um exemplo nesta Casa na defesa dos direitos humanos, na defesa daqueles segmentos sociais mais fragilizados, na defesa da transparência, na defesa das pessoas com deficiência.

Eu quero registrar que também estive aqui na sessão, fui convidado a participar da mesa, pelo que fiquei muito honrado e acabei saindo sem fazer o meu pronunciamento em função de um compromisso. A sessão atrasou, demorou a começar, e eu acabei não podendo ficar.

Dessa forma, eu quero aproveitar esta oportunidade também para saudar todas as pessoas portadoras de síndrome de Down, todas as famílias e todos os brasileiros nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Síndrome de Down. E quero ainda fazer alguns registros, muito rapidamente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faço questão do ouvi-lo aqui da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB-DF) – O primeiro deles é da importância do Congresso Nacional ao aprovar a Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência.

Essa convenção é um marco, porque ela foi aprovada com *status* constitucional e ela constrói novos paradigmas na relação do Estado e da sociedade com as pessoas com deficiência no sentido de garantir todo tipo de acessibilidade, de garantir oportunidades para as pessoas com deficiência.

Uma das coisas mais bonitas da nossa sociedade é a sua diversidade: a diversidade cultural, a diversidade étnica, a diversidade biológica. As pessoas que têm síndrome de Down, que têm um cromossomo a mais, são

apenas diferentes. São pessoas maravilhosas que, quando têm oportunidade, podem desenvolver suas habilidades, sua criatividade e, além de fazer muita gente feliz, também se tornar pessoas felizes.

Quero registrar também o papel aqui, no Senado Federal – V. Exª ajudou, eu tive a honra de participar assiduamente desse processo –, da votação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, de garantir a continuidade da ação das escolas de ensino especial e também das Apaes, garantindo o direito das pessoas com deficiência de estudarem nas escolas regulares, mas também abrindo a oportunidade para que, por opção das famílias, as crianças, os jovens possam estudar nas escolas de ensino especial e nas Apaes.

Tive a oportunidade de levar a Senadora Ana Amélia, o Senador Cyro Miranda, respectivamente Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Educação, na visita a um centro de educação especial. E, ali, ficou claro que as escolas não estão preparadas para atender a todos os tipos de deficiência. Portanto, temos que garantir que as escolas regulares tenham cada vez mais condições de acolher as pessoas com deficiência, isso é o ideal; mas não podemos interromper o trabalho que os centros de ensino especial e que as Apaes desenvolvem.

Quero dar um testemunho. Eu conheço muito bem a Apae do Distrito Federal e suas diversas unidades. Tenho muita honra de dizer, Senador Paulo Paim, que, como Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, todos os anos, fiz pelo menos um ou mais de um convênio com a Apae do Distrito Federal, no sentido de instrumentalizar esses centros com equipamentos, com centros de inclusão digital, com equipamentos para a educação profissional. Tenho um carinho imenso e sou tratado com carinho imenso pelos alunos e pelos professores da escola. Tenho um depoimento muito sincero a dar, com conhecimento de causa, do trabalho excepcional desenvolvido pelas Apaes, nesse caso específico, pela Apae do Distrito Federal.

Quero registrar, Paulo Paim, que V. Exª não pode deixar de visitar com calma a exposição do Lucio Piantino. O Lucio é um grande amigo, filho da Lurdinha, sobrinho do Luciano; enfim, é uma família tradicional aqui em Brasília, de gente muito querida aqui em Brasília, de artistas. O Luciano é um artista. E o Lúcio é um grande artista. E, hoje, ele deu um *show*, ele deu um *show*! Eu não sabia dessas habilidades dele. Sabia da habilidade de pintor. E, como ele mesmo se descreve, artista, arteiro, lúcido, pintor. Luciano é Lúcio Piantino. E ele, hoje, regeu o Coral do Senado, o que nos emocionou, tanto o Coral pela beleza, pela singeleza, pela delicadeza e pelo repertório fantástico desenvolvido aqui, mas também pela regência linda, emocionante do nosso querido Lúcio Piantino.

Assim, eu quero aqui abraçar, de forma muito carinhosa, todas as pessoas deste País, do mundo que têm síndrome de Down, abraçar suas famílias e cumprimentar a população brasileira, que vem avançando, evoluindo no sentido de reconhecer a diversidade como uma característica positiva. Nós todos somos diferentes, graças a Deus! Nós todos somos diferentes, e está nessa imensa diversidade a grande riqueza da humanidade, a grande riqueza do Planeta.

Portanto, eu quero fazer a minha grande homenagem a todos os profissionais, aos cientistas que, através do seu trabalho, têm compreendido essa particularidade, mas sobretudo às pessoas que, com o seu trabalho, com a sua dedicação, têm criado oportunidades para as pessoas com deficiência, especialmente, neste momento, em função da data internacional, os portadores da síndrome de Down.

E fazer aqui um registro, para concluir, da participação do Deputado Romário. O Deputado Romário tem sido um parlamentar brilhante, que tomou para si a causa das pessoas com deficiência. E o importante é que ele está dando voz, está dando vez a essas pessoas, e tem sensibilizado muita gente.

Ainda outro dia, participei de um seminário fantástico, Senado Paulo Paim, também celebrando o Dia Nacional de Combate às Doenças Raras – outra questão importante sobre a qual precisamos desenvolver conhecimento científico cada vez maior para compreender, desenvolvendo técnicas e tecnologia para seu tratamento e garantir oportunidades.

Tivemos ali também uma demonstração do que o amor é capaz de fazer, com a Srª Carolina Cordeiro e o seu filho Pedro. Fizeram uma dança muito bonita e que dá um depoimento da importância dessa compreensão da sociedade, da solidariedade, da generosidade e do aprofundamento do conhecimento das doenças raras.

Portanto, cumprimento o Deputado Romário, que tem dedicado o mandato a essa causa e, com isso, tem feito um trabalho extremamente importante e reconhecido por todos.

Senador Paulo Paim, parabéns V. Exª pelo seu compromisso, pelo seu pronunciamento.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs Senadoras, Sr. Senadores, todos os anos milhares de pessoas morrem no trânsito. A má qualidade na sinalização, as péssimas condições das vias são fatores que contribuem com essa triste realidade. No entanto, a imprudência dos motoristas ainda é o câncer dessa violência diária nas ruas de todas as cidades brasileiras. Em Manaus, por exemplo, segundo os dados oficiais recentemente contabilizados do ano de 2013 pelo Departamento Estadual de Trânsito, em média, 13 acidentes com vítimas ocorreram todos os dias. Esse número aumentou em 17% comparado com os dados de 2012.

Ainda de acordo com o Detran do Amazonas, a falta do uso de equipamentos de segurança como o cinto e capacetes para os motociclistas têm contribuído com o aumento de vítimas fatais no trânsito. A negligência

de expressiva parcela dos motoristas, principalmente do sexo masculino, tem levado parte deles a perderem suas vidas. Apenas para ilustrar a gravidade do problema: Em 2013, homens com idade entre 18 e 30 anos formaram a maioria de vítimas no trânsito de Manaus. Esse mesmo público também somou mais casos de autuação pela Lei Seca, algo em torno de 80% do total de ocorrências.

Outro fator que tem prejudicado o fluxo do trânsito da capital amazonense é o número de veículos que aumentou de um ano para o outro em 7%, agravando ainda mais o problema de mobilidade urbana. A falta de transporte público eficiente tem obrigado os manauaras a investirem no seu próprio meio de locomoção. Isso piora o problema, gera engarrafamentos que ocasionam em atrasos no deslocamento de casa para o trabalho e prejudica o convívio familiar. O estresse diário que motoristas e usuários do transporte coletivo enfrentam, sem dúvida, deixa a sociedade cada vez mais descrente das políticas públicas voltadas para o setor. Não podemos nos esquecer de que esse clima de insatisfação foi o estopim das manifestações de junho de 2013. O problema é complexo e as soluções são de longo prazo e, por essa razão, as ações de um modo geral, não são percebidas na mesma velocidade que todos nós desejamos. É fundamental melhorar a qualidade do transporte urbano. Os cidadãos não agüentam mais perder horas e horas no trânsito.

O cenário é ruim, mas não é justificativa para o aumento da violência no trânsito. É preciso acima de tudo investir em programas de educação e de conscientização para termos um trânsito mais seguro. Nessa questão muita coisa tem sido feita. O DETRAN do Amazonas está construindo a Cidade do Trânsito, prevista para ser inaugurada no fim deste ano. Este complexo servirá como um centro de treinamento para os motoristas. Acredito que ações pedagógicas como essa e demais ações realizadas pelos órgãos de trânsito serão úteis para minimizar a violência. Reconheço a importância das medidas, mas sabemos que não são suficientes. É necessário investir com mais rapidez em obras de infraestrutura que vão desafogar o trânsito da cidade. É fundamental concluir o mais breve possível os investimentos no setor que, em virtude da Copa do Mundo, transformaram as cidades-sedes em grandes canteiros de obras para melhoria do transporte urbano.

A segunda etapa dos investimentos do PAC em Mobilidade Urbana para Manaus, lançado neste mês pela presidente Dilma, destinará mais de R\$ 400 milhões somente neste ano. Outros R\$ 294 milhões foram autorizados pelo governo federal para obras com a mesma finalidade em diversos municípios do Amazonas. O dinheiro será investido em corredores de ônibus que contribuirão para a fluidez do trânsito e redução do tempo de viagem dos passageiros. Somente a Prefeitura de Manaus, vai receber mais R\$ 125 milhões para a implantação de 48 quilômetros de corredores, sendo R\$ 59,9 milhões em recursos do orçamento da União e o restante via financiamento.

Vontade política atrelada à liberação de recursos é, sem sombra de dúvida, a melhor receita para garantir a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo. Ações estruturantes desse porte vão oferecer à sociedade um sistema de transporte urbano adequado, e uma infraestrutura de mobilidade urbana mais viável. No entanto, faço um apelo a todos os motoristas: respeite as leis de trânsito. Uma direção defensiva pode salvar a sua vida e a do próximo. Jamais dirija sob efeito de álcool ou de entorpecentes; não trafegue em alta velocidade. Adote uma conduta mais responsável – isso sim contribui para termos segurança do trânsito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB-DF) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

20/03/2014

Quinta-feira

11h	Lançamento da exposição Onde a esperança se refugiou Salão Negro do Congresso Nacional
12h	Sessão Especial destinada a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyrol Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,98) Rodrigo Rollemberg (65,97) Inácio Arruda (91,100,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (115)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (103) Eduardo Suplicy (99)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,98)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,97)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,100,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,119)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119)</p> <p>SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PROS - 1 Líder Ataides Oliveira - PROS (94,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.

45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme Of. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme Of. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o Of. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfê Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.

81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
119. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
 2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDDB).
 3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

4) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n°s 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ^(2,13,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁵⁾
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
- Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
- Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
- Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
- Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas
(Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Cidinho Santos (PR) ^(67,53,91,92,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) ^(32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Cidinho Santos (PR) ^(66,67,81,112,113,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).

114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 44/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. VAGO ^(44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Feçury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,82,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. Cidinho Santos (PR) ^(39,65,71,70,83,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011-GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (OF. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (OF. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. nº 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (OF. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ^(5,2)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Aníbal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. VAGO ^(6,8,32,25,81,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63,80,79)
Marcelo Crivella (PRB) ^(73,82,65,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011 - GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**.. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*, Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Aníbal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(18,17,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lidice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 46/2014 - GLDBAG).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (4,2,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (6,5,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6.8.7.9.10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. VAGO (4.3.11)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**, Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***, Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. VAGO (12,11,24)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) (20,19,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) (71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) (36,28)	4. Jayme Campos (DEM) (37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Cidinho Santos (PR) (45,35,60,79,57,78)	2. João Vicente Claudino (PTB) (60,81,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 359/2012).
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 45/2014 - GLDBAG).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**, Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).
- *. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7.8.4.3.5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (OF. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) (21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) (79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Cidinho Santos (PR) (41,42,56,55,81,82,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*******. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(20,19,44,45,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).

27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 47/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(8,3)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Cidinho Santos (PR) ^(10,4,9)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO (3)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayne Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2014**Notas:**

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) ⁽³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDTAcir Gurgacz (RO) ⁽³⁾**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽⁴⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽⁵⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 17/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.º 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
VAGO ^(13,2)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.º 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.º 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽¹²⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾
PRB
VAGO ^(13,5)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾
SDD

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2-** Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3-** Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4-** Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5-** Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6-** Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7-** Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8-** Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9-** Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10-** Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11-** Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12-** Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13-** Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14-** Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Relator do PLDO / 2015:
Relator do PLOA / 2015:
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Luiz Henrique (PMDB/SC)
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD ¹	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Marco Maia (PT/RS)
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2.
	3.
	4.
	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Moreira Mendes (PSD/RO)	3. Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
Dimas Fabiano (PP/MG)	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
	1.
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
	1. Miro Teixeira (PROS/RJ)
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	Cleber Verde (PRB/MA)
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 28, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 19 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Syrkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** ⁴**Vice-Presidente:** ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-SP) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

(Atualizada em 06.03.2014)

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Comissões (SCOM)**Diretor:** Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefones:** (61) 3303-3487 / 3303-4440**E-mail:** scomgab@senado.gov.br**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 42 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**3-** Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.**4-** Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.**5-** Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**6-** Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 8}	Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁴

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 06.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CEL SO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÉDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁹	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercossul

Edição de hoje: 262 páginas
(O.S. 10981/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

